

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SHIRLEY BARTHOLD**

**EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE AUDITORIA NO BRASIL**  
**NO PERÍODO 1999 A 2018**

**UBERLÂNDIA**

**2020**

**SHIRLEY BARTHOLD**

**EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE AUDITORIA NO BRASIL  
NO PERÍODO 1999 A 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

**Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Lemes**

**UBERLÂNDIA**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Contábeis				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 087 - PPGCC				
Data:	27 de fevereiro de 2020	Hora de início:	16h00	Hora de encerramento:	18h00
Matrícula do Discente:	11812CCT020				
Nome do Discente:	Shirley Barthold				
Título do Trabalho:	Evolução das pesquisas acadêmicas sobre auditoria no Brasil no período de 1999 a 2018				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade financeira				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC04- Contabilidade Internacional de Financeira				

Reuniu-se na sala 1F146, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professoras Doutoras Adriana Maria Procópio de Araújo (FEA/RP); Marli Auxiliadora da Silva (UFU) e Sirlei Lemes (UFU), orientadora da candidata. A professora Adriana Maria Procópio de Araújo participou da banca por web conferência.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr<sup>a</sup> Sirlei Lemes, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Sirlei Lemes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2020, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marli Auxiliadora da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/02/2020, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **adriana maria procopio de araujo, Usuário Externo**, em 03/03/2020, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1856206** e o código CRC **F5EC54C7**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B286 2020	<p>Barthold, Shirley, 1982- Evolução das Pesquisas Acadêmicas sobre Auditoria no Brasil no Período 1999 a 2018 [recurso eletrônico] / Shirley Barthold. - 2020.</p> <p>Orientadora: Sirlei Lemes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Contábeis. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.556">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.556</a> Inclui bibliografia.</p> <p>1. Contabilidade. I. Lemes, Sirlei, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências Contábeis. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 657</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, força, alegria, pelas oportunidades que me proporcionou todos os dias e por ter me concedido a bênção, vontade, inteligência e coragem, dádivas indispensáveis nesses dois anos do meu mestrado.

Meus agradecimentos também vão aos meus pais, que mesmo estando longe, sempre me apoiaram psicologicamente, dando todo o suporte e força necessária para que eu pudesse levar adiante essa jornada do mestrado. Não posso deixar de agradecer-los pelos esforços empenhados para que eu tivesse uma educação tão boa. Agradecimentos especiais ao meu pai por sempre me lembrar dos meus objetivos ao deixar o Haiti, incentivando-me sempre a lutar por uma causa muito importante: “aprimorar meus estudos de forma bem-sucedida”.

Ao Jean Michel Félix, meu primo que me incentivou e ofereceu a oportunidade de estudar a Contabilidade. Ao Bruno Mentor por me ajudar a me tornar contadora que sou hoje. Agradeço ao Michelet Estil pelo apoio durante a minha graduação e ao Rony Renéus pela atenção durante o meu mestrado. Ao Dupleix Vital que me incentivou a apresentar minha candidatura no programa de bolsas da Organização dos Estados Americanos (OEA), acreditando em minhas capacidades, competências e também me encorajando a realizar esses estudos no exterior.

Agradeço a Organização dos Estados Americanos e o Grupo Coimbra das Universidades Brasileiras por terem me escolhido e me concedido esta oportunidade. Eu sou muito grata a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) que apostaram em minha capacidade, me possibilitando essa grande conquista. Tudo não seria possível sem o suporte financeiro da FAPEMIG e da CAPES durante esses dois anos do curso, meus sinceros agradecimentos.

Não posso deixar de agradecer a minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sirlei Lemes, pela compreensão juntamente com os incentivos, apoio e ensinamentos recebidos, além da paciência e dedicação que teve comigo durante todo esse período. Meus sinceros agradecimentos a todos os professores do PPGCC que, sempre de alguma maneira, contribuíram para que eu adquirisse mais esta experiência.

Por fim, dedico este último parágrafo para agradecer todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. E todos os amigos e colegas que sempre estiveram presentes comigo nos momentos de angústia e desespero e que me auxiliaram nessa árdua caminhada. Meus agradecimentos a Valérie Chadic, Wilderson Naurelus, Carl Huggens René, Pierre André Romulus pelas dicas sobre a vida e por estarem

sempre dispostos a me ouvir. Aos meus primos Ludie Patrice Morin e Wilfort Félix, por acreditarem em mim e sempre me ajudarem em tudo que eu preciso. Aos amigos Jean Képler Nellant, Duterval Jéssuka, Yohanna Hernández, Isolfi Vieira Rocha Neto, Dinah Vieirah Dos Santos, Larissa Couto Campos, Michelle Vieira, Tais Duarte Silva, Cláudia Olímpia Neves Mamede Maestri, Marcela Ferreira Oliveira, Camila Soueneta Nascimento Nganga, Alvine Bankole, Hadja Rokia Kone, Daniel Pinheiro e todos os não citados do Programa em Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

## RESUMO

Categorizou-se os temas das pesquisas em auditoria na literatura nacional com o objetivo de classificar as temáticas de pesquisas em auditoria nas publicações científicas brasileiras sobre o tema no período de 1999 a 2018 e ao mesmo tempo, verificar se a adoção das IFRS impactou a produção acadêmica sobre auditoria. Especificamente, identificou-se os autores, periódicos mais relevantes e palavras-chave mais usadas em auditoria, e estimou-se os temas recorrentes ao aplicar as três leis da Bibliometria (Lei de Lotka para a produtividade dos autores, Lei de Bradford para a produtividade das revistas e Lei de Zipf para mapear as palavras-chaves mais utilizadas). A amostra do estudo foi de 282 artigos de 31 periódicos encontrados na Plataforma Sucupira CAPES, para o período de 1999 e 2018. Os temas Mercado de Auditoria (MRKT), Pareceres de Continuidade (GCOP), Profissão (PROF), Pesquisa em Auditoria (RESE), Regulação Internacional (INTR), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO), Comitê de Auditoria (ACOM), Governança Corporativa (CGOV), Auditoria Externa (EXTE) e Educação (EDUC) foram os temas mais presentes nos artigos da amostra. Identificou-se ainda que os temas Relação sobre Auditoria (RELA), Auditoria Ambiental (AMA), Auditoria Operacional (OPA) e Ética e/ou Moral (ETHI) são quatro novos temas que foram catalogados. Foi possível observar um crescimento acentuado no volume de artigos publicados nos principais periódicos considerados neste trabalho entre 2009 a 2018. Esse período coincidiu com o da adoção das IFRS, bem como com o aumento dos programas de pós-graduação em contabilidade no Brasil. Os resultados da pesquisa fornecem evidências de que as expansões dos cursos de pós-graduação em contabilidade nos últimos anos no Brasil, além da adoção das IFRS, podem ter intensificado a produção de artigos acadêmicos em contabilidade e, conseqüentemente, de auditoria.

**Palavras-chave:** Evolução. Auditoria. IFRS. Bibliometria. CAPES. Periódicos Nacionais.



## ABSTRAIT

Les thèmes de recherche en audit ont été classés dans la littérature nationale afin de classer les thèmes d'audit dans les revues scientifiques brésiliennes sur le sujet en question, de 1999 à 2018 et, en même temps, vérifier si l'adoption des IFRS a eu un impact sur la production en audit. Plus précisément, les auteurs, les revues les plus pertinentes et les mots-clés les plus utilisés en audit ont été identifiés, et les thèmes récurrents ont été estimés en appliquant les trois lois de la bibliométrie (la loi de Lotka pour la productivité des auteurs, celle de Bradford pour la productivité des revues et celle de Zipf pour cartographier les mots-clés les plus utilisés). L'échantillon de l'étude était composé de 282 articles de 31 revues rencontrées à travers la plateforme Sucupira CAPES, pour la période 1999 à 2018. Il a été constaté que les thèmes Marché de l'Audit (MRKT), Avis de Continuité (GCOP), Profession (PROF), Recherche en Audit (RESE), Réglementation Internationale (INTR), Rapport d'Audit et les Utilisateurs des Etats Financiers (REPO), Comité d'Audit (ACOM), Gouvernance d'Entreprise (CGOV), l'Audit Externe (EXTE) et l'Education (EDUC) étaient les thèmes les plus pertinents dans les contenus des articles. Il a été également identifié que les thèmes Relation sur l'audit (RELA), Audit environnemental (AMA), Audit opérationnel (OPA) et Éthique et / ou Morale (ETHI) sont quatre nouveaux thèmes qui ont été catalogués. Il a été possible d'observer une croissance marquée du volume d'articles publiés dans les principales revues étudiées dans ce travail de 2009 à 2018. Cette période a coïncidé avec l'adoption des IFRS, ainsi qu'avec l'augmentation des programmes d'études supérieures en comptabilité au Brésil. Les résultats de la recherche prouvent que l'expansion des cours de comptabilité du troisième cycle au Brésil ces dernières années, ainsi que l'adoption des IFRS, peuvent avoir intensifié la production d'articles académiques en comptabilité et, par conséquent, en audit.

**Mots-clés:** Evolution. Audit. IFRS. Bibliométrie. CAPES. Revues Nationales.

## ABSTRACT

The topics of audit research in the national literature were categorized in order to classify the themes of audit research in Brazilian scientific publications on the subject from 1999 to 2018 and, at the same time, to verify whether the adoption of IFRS impacted production audit. Specifically, the authors, the most relevant journals and the keywords most used in auditing were identified, and the recurring themes were estimated by applying the three laws of Bibliometry (Lotka's Law for authors' productivity, Bradford's Law for productivity and Zipf Law to map the most used keywords). The study sample consisted of 282 articles from 31 journals found on the Sucupira CAPES Platform, for the period 1999 and 2018. The themes Audit Market (MRKT), Continuity Opinions (GCOP), Profession (PROF), Audit Research (RESE), International Regulation (INTR), Audit Report and Financial Statement Users (REPO), Audit Committee (ACOM), Corporate Governance (CGOV), External Audit (EXTE) and Education (EDUC) were the most relevant topics in sample items. It was also identified that the topics Relationship on Audit (RELA), Environmental Audit (AMA), Operational Audit (OPA) and Ethics and / or Moral (ETHI) are four new themes that have been cataloged. It was possible to observe a marked growth in the volume of articles published in the main journals considered in this work from 2009 to 2018. This period coincided with the adoption of IFRS, as well as with the increase in accounting graduate programs in Brazil. The research results provide evidence that the expansion of postgraduate accounting courses in recent years in Brazil, as well as the adoption of IFRS, may have intensified the production of academic articles in accounting and, consequently, auditing.

**Keywords:** Evolution. Audit. IFRS. Bibliometry. CAPES. Nationals Journals.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Evolução da adoção das IFRS no Brasil .....	27
Figura 2 – Palavras-chaves frequentes nas pesquisas em auditoria de 1999 a 2008 .....	75
Figura 3 – Palavras-chaves frequentes nas pesquisas em auditoria de 2009 a 2018 .....	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre o Auditor Interno e o Auditor Externo .....	26
Quadro 2 – Distribuição regional dos cursos dos PPG em Ciências Contábeis no Brasil .....	33
Quadro 3 - Estudos sobre as tipologias em auditoria .....	36
Quadro 4 - Temas pesquisados em auditoria.....	45
Quadro 5 - Critério de classificação dos temas abordados em pesquisa de auditoria .....	45
Quadro 6 - Definição dos temas incluídos na pesquisa .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da amostra inicial por periódicos .....	42
Tabela 2 – Artigos da amostra com respectivo extrato Qualis/CAPES 2013-2016 .....	43
Tabela 3 – Representação dos artigos por periódico .....	47
Tabela 4 – Quantidade de artigos publicados por revista anualmente por extrato Qualis.....	49
Tabela 5 – Resultado anual por periódico na ordem qualis.....	54
Tabela 6 – Quantidade de temas por ano na pesquisa sobre auditoria .....	58
Tabela 7 – Periódicos que mais publicaram os temas do estudo.....	65
Tabela 8 – Relações entre os temas sobre auditoria .....	71
Tabela 9 – Relação de número de autores por artigo .....	76
Tabela 10 – Autores que mais publicaram no trabalho .....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
ACOM	Comitê de auditoria
AH	<i>Accounting Horizons</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
AJPT	<i>Journal Practice and Theory</i>
AMA	Auditoria ambiental
ANPCONT	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
AOS	<i>Accounting, Organizations and Society</i>
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASAA	<i>Advances Scientific Applied in Accounting</i>
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercados e Futuros de São Paulo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRC	<i>Blue Ribbon Committee</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOV	Governança corporativa
CLT	Cliente
CONT	Contrato
CPA	<i>Critical Perspective on Accounting</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EDUC	Educação
ETHI	Moral e ética
EXTE	Auditoria externa
FEA	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GCOP	Pareceres de auditoria e opiniões sobre auditoria
IAS	<i>International Accounting Standard</i>

IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICONT	Controle interno
IE	Instituição de Ensino
IES	Instituição de Ensino Superior
IESA	Instinto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo
IESs	Instituições de Ensino Superior
IFAC	Instituto Francês de Auditoria e Controle Interno
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
INTE	Auditoria interna
INTR	Regulação internacional
ISA	<i>International Standards of Auditing</i>
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
JAE	<i>Journal of Accounting and Economics</i>
JAR	<i>Journal of Accounting Research</i>
JUDG	Julgamento
LITG	Litígio e responsabilidade
MIDI	Mídia e cobertura em contabilidade
MRKT	Mercado de auditoria
NAS	Serviço não auditoria
NBC-TA	Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente
OPA	Auditoria operacional
PAA's	Principais assuntos de auditoria
PECONT	Pensar Contábil
PPG	Programas de Pós-Graduação
PROC	Procedimento
PROF	Profissão
RAC	Revista de Administração e Contabilidade
RCF	Revista Contabilidade & Finanças
RCMCC	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ
RECCC	Revista Catarinense da Ciência Contábil
RELA	Relações sobre auditoria
REPEC	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade

REPO	Relatório de auditoria
RESE	Pesquisa
RISK	Risco e fraude
SAMP	Amostragem e método sobre auditoria
SEDC	Dados socioeconômicos
SOX	<i>Sarbanes-Oxley</i>
SSCI	<i>Social Sciences Citation Index</i>
TAR	<i>The Accounting Review</i>
TAX	Auditoria de Imposto
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNIFECAP	Universidade da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNOCHAPECO	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
USP	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Contextualização, problema e objetivo .....	15
1.2 Relevância do tema e justificativa .....	19
<b>2 ESTUDOS DO RELATÓRIO DO AUDITOR E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AUDITORIA .....</b>	<b>22</b>
2.1. Breve retrospectiva da auditoria e seu aspecto histórico do Brasil .....	22
<b>2.1.1 Conceito de auditoria .....</b>	<b>23</b>
2.2 Adoção das IFRS: impactos e mudanças econômicas e acadêmicas.....	26
2.3 Expansão da pós-graduação no Brasil .....	29
2.4 Estudos bibliométricos em auditoria .....	34
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>40</b>
3.1 Abordagem da bibliometria .....	40
3.2 Delimitação da amostra e coleta de dados.....	41
3.3 Definição das temáticas do estudo e método de codificação.....	43
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>47</b>
4.1 Palavras-chave dos estudos .....	75
4.2 Relação entre autores e artigos .....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – Dados dos artigos da amostra.....</b>	<b>119</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização, problema e objetivo

Observadas como instrumentos importantes de análise e suporte para a tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil, as demonstrações contábeis são fonte de informação sobre a situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa. Elas representam também o meio de comunicação entre a entidade e os *stakeholders*.

No que diz respeito às demonstrações contábeis, a NBC TG 26 (R2) (Apresentação das Demonstrações Contábeis) destaca que elas possuem a finalidade de proporcionar as informações necessárias para a tomada de decisões gerenciais em relação à posição patrimonial e a geração de fluxo de caixa da empresa (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2014). Damascena, Firmino e Paulo (2011) relatam que as demonstrações contábeis possuem um papel importante para os usuários internos e externos da contabilidade, tendo como objetivo principal fornecer informações úteis e confiáveis para tomada de decisões. Para que os objetivos das demonstrações contábeis sejam alcançados, é importante que as informações divulgadas sejam confiáveis. Nesse sentido, a auditoria tem o papel de dar maior credibilidade à essas informações. Conforme Franco e Marra (2011), a auditoria é a confirmação dos registros contábeis e das demonstrações financeiras. Os mesmos autores relatam que a auditoria contribui com os objetivos da Contabilidade, pois verifica a adequação desses registros, fornecendo à administração, ao fisco, aos proprietários da empresa e aos financiadores a certeza de que as referidas demonstrações refletem corretamente a situação da entidade e as variações ocorridas em determinado período.

A evolução econômica dos países, o crescimento das empresas e a expansão das atividades produtoras, que produziram uma crescente complexidade na administração dos negócios e de práticas financeiras, suscitaram a evolução da contabilidade e, conseqüentemente, da auditoria. De acordo com Damascena, Firmino e Paulo (2011), a auditoria desempenha um importante papel na economia, no desenvolvimento de uma empresa e de seus negócios, no governo e na prestação de informações para usuários internos e externos.

Cordeiro (2002) destaca que a auditoria com sua natureza preventiva e saneadora é um campo da contabilidade que lhe serve como um instrumento de gestão. Ela surge com o objetivo de verificar se as demonstrações contábeis das empresas foram elaboradas em conformidade com as normas de contabilidade estabelecidas pelos órgãos reguladores e

representa, em todos os aspectos relevantes, a realidade econômica da firma (DAMASCENA; FIRMINO; PAULO, 2011).

Moreira *et al.* (2015) afirmam que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (as IFRS, *International Financial Reporting Standards*) no Brasil gerou mudanças nas informações econômico-financeiras reportadas nas demonstrações contábeis. O movimento de convergência para as normas internacionais de contabilidade surgiu em razão do incremento das operações internacionais entre as companhias, seja em função do comércio de mercadorias e serviços, da busca por capitais, entre outros. No Brasil esse processo teve início com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, como órgão responsável pela emissão dos pronunciamentos contábeis de acordo com as IFRS.

A adoção das IFRS no Brasil, a partir da divulgação da Lei nº 10.303 de 2010, gerou mudança das práticas de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis pelas empresas brasileiras. Neste aspecto a auditoria torna-se uma peça fundamental na fiscalização das informações, verificando a adequação às normas internacionais. Na literatura brasileira, a auditoria assume uma posição de destaque nas discussões em que são investigadas sua implicação na implementação das normas contábeis e seus honorários, assim como o impacto de suas ações no valor das empresas (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; NARDI *et al.*, 2018).

Levando em consideração o papel da auditoria e sua maior evidenciação com a adoção das IFRS, ressalta-se o interesse a respeito da evolução das pesquisas que envolvem a auditoria antes e depois da adoção das IFRS no Brasil no período de 1999 a 2018. Isto porque as publicações contábeis contribuem para a disseminação do conhecimento contábil e para o avanço dos pensamentos acadêmicos.

Ao longo do tempo, a literatura tem examinado as dimensões da pesquisa contábil, os atributos e a evolução dos paradigmas em várias revistas acadêmicas por diferentes períodos (BROWN; GARDNER; VASARHELYI, 1987; LEITE FILHO, 2008). Vieira, Teixeira e Hansen (2015) relatam que contadores e auditores profissionais que se mantêm informados através das informações contínuas relacionadas às suas áreas de conhecimento, consultam vários meios para obter acesso a informações atualizadas; sobre esse assunto, a leitura de periódicos especializados é um deles, que através de suas publicações, trazem notícias, novidades e aplicabilidade para suas áreas de atuação. Na busca de informações sobre as publicações contábeis observa-se que há necessidade de uma investigação quanto a evolução das pesquisas acadêmicas sobre auditoria, pois algumas pesquisas realizadas (CAMARGO *et al.*, 2014; OLIVEIRA; CARVALHO, 2008) não tratam da evolução do tema considerando a influência da adoção das IFRS nas pesquisas sobre auditoria.

No Brasil, destaca-se o trabalho bibliométrico de Oliveira e Carvalho (2008) que tratou da tipologia dos temas pesquisados em auditoria. O estudo foi realizado no Caderno de indicadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2004 a 2006. Os autores observaram os treze programas de pós-graduação *stricto sensu* analisados publicaram, conjuntamente, 3.280 trabalhos, e que foram defendidas 653 teses e dissertações, sendo o tema auditoria ainda pouco pesquisado. E também o programa que mostrou maior número de publicações tratando da temática em periódico da temática em periódicos relacionados no Qualis foi o da Universidade de São Paulo (USP); de um total de oito, cinco publicações se deram em periódicos de maior pontuação pela CAPES, seguido do programa da Universidade Regional de Blumenau (FURB), com três publicações. Sendo assim, verificar a tendência de crescimento ou de retratação da pesquisa e do conhecimento em auditoria desenvolvido ao longo do tempo, por conta da sua importância na prática contábil constitui-se em uma boa oportunidade de pesquisa. É de se supor uma melhoria da qualidade da informação com a adoção das IFRS o que poderia ser estendido ao trabalho de auditoria, resultando, conseqüentemente, no incremento dos estudos sobre o tema (MOREIRA *et al.*, 2009). Assim, a inquietação que esta pesquisa objetiva satisfazer se refere à avaliação do impacto das IFRS nas pesquisas acadêmicas sobre auditoria no Brasil.

Nota-se que no campo da Auditoria, o *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) desenvolveu em 2009 as 36 *Internacional Standards of Auditing* (ISA) as quais representam as Normas Internacionais de Auditoria. No Brasil, a adoção dessas normas se deu por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente (NBC-TA), de forma editada, mas integrada com as ISA.

Tendo em conta alguns trabalhos bibliométricos sobre auditoria realizados no Brasil, Martins *et al.* (2012) verificaram a produção em auditoria nas publicações em contabilidade no Congresso USP de Contabilidade de Controladoria, no período de 2004 a 2009 e no Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), no período de 2007 a 2009. De modo geral, os resultados do estudo evidenciam que as publicações científicas em auditoria mantiveram uma proporção estável, em que existe predominância de publicações em instituições públicas, e que são mais predominantes as redes formadas entre autores e instituições (MARTINS *et al.*, 2012).

Então, a partir da adoção das IFRS no Brasil em 2010 passou a haver maior julgamento profissional para mensuração, reconhecimento, classificação e apresentação das transações nas demonstrações contábeis, visto que as normais internacionais de contabilidade são baseadas em princípios. Conseqüentemente, essa nova abordagem trouxe impactos

substanciais para a profissão contábil, visto que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil (ANTUNES *et al.*, 2012).

Silvério, Takamatsu e Miranda (2014) afirmam com a necessidade da adoção das normas contábeis a um nível internacional, diante da globalização e a dinâmica dos negócios, foi absorvida pela legislação contábil brasileira, que passou por uma reestruturação, destacando-se a promulgação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as quais atribuíram nova redação ao texto da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76. Tendo em vista do já comentado processo de convergência dos padrões contábeis, a Lei nº 11.638/07 alterou a Lei nº 6.338/76 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários - CVM) acrescentando um artigo que lançou a possibilidade da CVM, BACEN (Banco Central do Brasil) e demais órgãos e agências reguladoras a celebrarem convênio com entidade que tenha por objetivo o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria.

Lima *et al.* (2014) afirmam que o processo de adoção das IFRS oferece à auditoria uma excelente oportunidade para se envolver, quer no período de conversão das informações financeiras das organizações, quer para permanecer envolvida. Considerando que a convergência às IFRS representa a globalização no âmbito contábil, no Brasil, esse desenvolvimento que mudou consideravelmente o ensino e a aprendizagem da contabilidade pode ser considerado um incentivo de evolução das pesquisas acadêmicas em contabilidade. Essa convergência aumentou também a mudança na legislação que fez com que as empresas fossem mais fiscalizadas em questões como fraudes e corrupção. Nota-se também que a adoção das IFRS desencadeou novas discussões e pesquisas sobre a auditoria, para contribuir com a literatura. Através desse trabalho, e tendo como hipótese de estudo que a adoção das IFRS possa ter impactado as pesquisas em auditoria, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como as pesquisas acadêmicas sobre a auditoria, no que se refere às temáticas evoluíram no Brasil no período de 1999 a 2018 e quais foram os temas mais relevantes?

Alinhando-se com a questão de pesquisa, tem-se por objetivo classificar as temáticas de pesquisas em auditoria nas publicações científicas brasileiras sobre o tema no período de 1999 a 2018, bem como verificar se a adoção das IFRS impactou a produção acadêmica sobre auditoria.

O IASB, tanto pela emissão das IFRS quanto das ISA, teve o mesmo objetivo, qual seja a regulamentação das normas de contabilidade e auditoria para melhorar a compreensão por parte de usuários de distintos países, bem como para dar maior confiabilidade às

informações divulgadas pelas companhias. No tempo e no espaço, este estudo foi realizado no Brasil no período de 1999 a 2018 para permitir a avaliação da evolução das pesquisas acadêmicas brasileiras, fazendo uma classificação dos temas tratados sobre auditoria, levando-se em conta o período pré-adoção e pós-adoção das IFRS para verificar se essa adoção pode ter relação com o aumento das publicações sobre auditoria.

## **1.2 Relevância do tema e justificativa**

A pesquisa social é como um suporte para a tomada de decisão tanto no contexto prático quanto político, tem sido utilizada desde o início do século XX, como mencionou Flick (2013), o mesmo pode ser dito para suas áreas derivadas, inclusive a contabilidade. Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa científica nas áreas das ciências contábeis detém um papel essencial para a progressão das ciências sociais, tendo em vista que sua natureza busca por resultados com validade e utilidade, os quais têm a capacidade de convergir os interesses da sociedade com o rigor da universidade. Assim, o mapeamento das pesquisas em auditoria pode também auxiliar pesquisadores a conhecer melhor esta área e delinear futuras pesquisas dentro do campo de auditoria.

Sabendo a utilidade da contabilidade na pesquisa científica, Soares, Richartz e Murcia (2013), abordam a expansão do conhecimento da ciência como um dos principais objetivos das pesquisas científicas, o que traz à luz o tema de pós-graduação com o papel importante na produção de conhecimento, tendo em visto que boa parte das pesquisas realizadas no Brasil surge desse meio, como observado por Vendramin (2014) e Silva, Oliveira e Ribeiro Filho (2005).

Segundo Espejo *et al.* (2017), o crescimento e valorização do ensino superior em contabilidade no Brasil podem ser representados pelo aumento da quantidade de programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área, o que aumenta também a importância do incentivo à pesquisa nos diferentes níveis de ensino. Essa expansão dos programas de pós-graduação resultou em um “gradativo crescimento das pesquisas e publicações científicas” em contabilidade (SILVA *et al.*, 2012, p. 2). Dessa maneira, é importante entender se o cenário expansionista, que a pós-graduação em contabilidade vivencia, também impacta em um maior número de pesquisas em auditoria.

Murcia e Borba (2007) fizeram uma pesquisa sobre a possibilidade de inserção da pesquisa brasileira no cenário internacional com o objetivo de propor uma metodologia de avaliação para os periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua

inglesa e disponibilizados no Portal de Periódicos CAPES. A coleta dos dados foi realizada principalmente nos sites eletrônicos de cada periódico e envolveu a análise dos seguintes aspectos: corpo editorial (*editorial board*) e sua internacionalização, instrução para os autores (*guide for authors*), enfoque (*aim/focus*), revisão às cegas (*blind review*), indexação ao SCOPUS, indexação ao *Institute of Scientific Information*, grau de impacto de acordo com o *Journal Citation Report* e índice de temporalidade. Com base nos critérios propostos, oito revistas foram classificadas com o conceito “A”, 20 com “B” e 12 com “C”, sendo que o *Journal of Accounting Research* (JAR), o *Journal of Accounting and Economics* (JAE), e o *The Accounting Review* (TAR) foram os três periódicos com maior pontuação.

Os estudos de Reina, Varolo e Gozer (2011), Antunes *et al.* (2012) e Castro, Vasconcelos e Dantas (2017) relatam que a adoção das IFRS trouxe mudanças na prática de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis pelas empresas brasileiras. Pode-se destacar que a partir da convergência brasileira às IFRS, as empresas passaram a adequar seus sistemas internos, principalmente no que diz respeito à forma de elaborar e divulgar seus relatórios contábeis para gerar transparência e proteger o direito dos acionistas. A auditoria participa do processo ao verificar a conformidade das informações contábeis divulgadas pelas companhias. Destaca-se neste cenário as pesquisas bibliométricas que monitoram a evolução das discussões sobre o tema na literatura.

Ao reconhecer os conceitos referentes à importância da internacionalização das normas no campo da auditoria, a identificação dos principais temas tratados nas pesquisas da área e a associação entre eles, a pesquisa pode contribuir com a compreensão de fatores oportunos que afetam a escolha do tema para pesquisa e a forma como os pesquisadores avaliam as mudanças. Supostamente modificações na contabilidade podem trazer mudanças para a auditoria, uma vez que a auditoria atesta o adequado cumprimento das normas, as IFRS no caso deste trabalho.

Ao classificar os principais temas das pesquisas acadêmicas em auditoria, assim como o foco das pesquisas realizadas pré-adoção e pós-adoção das IFRS e do aumento dos Programas de Pós-graduação que incentivam a pesquisa, e em função desse cenário político-econômico, onde a identificação de fraudes tem sido recorrente, o estudo contribui com uma avaliação da evolução do conhecimento sobre auditoria. Este trabalho busca contribuir com a literatura fazendo um levantamento das produções acadêmicas sobre auditoria, publicadas nos períodos de 1999 a 2008 e de 2009 a 2018, pretendendo verificar se a adoção das IFRS influenciou e trouxe mudança no perfil das publicações em auditoria no Brasil. A escolha pelo Brasil é justificada, não só por questão de facilidade ao acesso às informações, mas também

em razão da expansão do mercado de capitais no país, cuja bolsa de valores era, em volume, a oitava do mundo no ano de 2011 (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014). Além disso, o fato da adoção das IFRS ter ocorrido em duas etapas, diferentemente dos demais países da Europa (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014), faz com que o Brasil forneça um contexto particular de análise do processo de convergência das normas, cujos efeitos podem estar surtindo nas empresas brasileiras até os dias atuais.

Diante desse cenário, esse trabalho está estruturado em cinco partes a seguir. O Capítulo 1 traz a apresentação do tema, objetivo e justificativa para a elaboração do trabalho. O Capítulo 2 tem-se a apresentação do referencial teórico compreendendo, uma breve retrospectiva sobre auditoria e seu aspecto histórico do Brasil, impactos e mudanças econômicas e acadêmicas com a adoção das IFRS, a expansão da Pós-graduação e os estudos bibliométricos em auditoria. No Capítulo 3, se aborda os procedimentos e técnicas adotados. O Capítulo 4 trata dos resultados alcançados bem como a discussão de tais resultados. No Capítulo 5, nas considerações finais, demonstra-se o alcance dos objetivos e sugere-se a elaboração de pesquisas futuras.



## **2 ESTUDOS DO RELATÓRIO DO AUDITOR E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AUDITORIA**

### **2.1. Breve retrospectiva da auditoria e seu aspecto histórico do Brasil**

De modo geral, o surgimento da prática de auditoria tem relação direta com a busca por maior confiabilidade e segurança das demonstrações contábeis produzidas pelas empresas que atuam, principalmente, no mercado de capitais, nas quais os potenciais investidores têm como principal forma de informação da realidade econômico-financeira das entidades. No entanto, foram as crises do mercado de capitais, as fraudes contábeis e os diversos tipos de escândalos corporativos que definiram a regulamentação do setor e apressam os estudos e pesquisas científicas na área de auditoria (SANTOS; LEMES, 2007).

Segundo o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON, 2007), a auditoria é tão antiga quanto à contabilidade, cujas primeiras características apareceram com a criação de uma função que garantisse segurança aos governadores das províncias persas e o controle das operações financeiras de coleta de impostos e utilização do tesouro real.

Reis, Silva e Silva (2007) destacam que a história da Contabilidade no Brasil iniciou-se a partir da época Colonial, representada pela evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras alfândegas (locais em que se controlava as entradas e saídas de mercadorias) que surgiram em 1530. Os mesmos autores afirmam que a doutrina contábil é recente no Brasil, e até a primeira metade do século XX sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, país considerado o berço da Contabilidade e que deu origem ao método das partidas dobradas.

Com o passar do tempo foram atraídas empresas estrangeiras que pudessem exercer a auditoria, sem prejudicar as empresas locais envolvidas, como foi o caso do primeiro trabalho de auditoria registrado em território brasileiro, em 1902, realizado pela firma canadense Clarkson & Cross (CARDOZO; FERNANDES, 2018).

Entre 1915 e 1963, diversas filiais de firmas estrangeiras se aportaram no Brasil, o que ajudou no desenvolvimento da contabilidade e nas práticas de auditoria no país, por meio do intercâmbio de todo um conjunto de técnicas que posteriormente foram aperfeiçoadas. Cardozo e Fernandes (2018) afirmam que as transformações político-econômicas ocorridas neste período solidificaram o mercado de auditoria brasileiro que acompanhou o crescimento corporativo, uma vez que a demanda de investimentos estrangeiros só aumentava.

O ano de 1976 foi um marco importante para a auditoria, com a criação da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da CVM. A Lei nº 6.404/76 determinou que as companhias abertas, além de observarem as normas expedidas pela CVM, seriam obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma Comissão (ATTIE, 2010, p. 9).

A CVM foi criada em 1976, pela Lei nº 6.385/76, e teve como um dos principais papéis estabelecer a disciplina e a fiscalização para as atividades de auditoria das companhias abertas (MATOS; COELHO; CLEMENTE, 2015). Sendo assim, a Comissão exercia sua função através do exame dos registros contábeis e livros dos auditores independentes. No caso do Brasil, observou-se tendência de convergência às normas do IASB, pois, órgãos como o Banco Central do Brasil, a CVM, o IBRACON e também o CFC enunciaram normas, no sentido de ajustar certas práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, como a Instrução Normativa CVM 247/96. Isso é comprovado também pela criação do CPC, organismo que envolve os órgãos anteriormente citados (MARTINS; BRASIL, 2008).

### **2.1.1 Conceito de auditoria**

De origem latina, o termo auditoria (vem de *audire*), foi classificado pelos ingleses como uma técnica contábil de revisão. As práticas de auditoria proveem do final de século XVIII na Inglaterra como consequência das transformações econômicas ocorridas naquele período da Revolução Industrial (IBRACON, 2007).

Alguns autores têm se dedicado ao estudo da auditoria, explanando conceitos, técnicas, aplicabilidade e procedimentos (ATTIE, 1998; PEREZ, 2006; HOOG; CARLIN, 2009; MAIA, 2016). De acordo com Attie (1998) a auditoria é uma especialidade da contabilidade direcionada a provar a eficiência e eficácia do controle patrimonial, estabelecida com o objetivo de emitir uma opinião sobre determinado dado. De modo geral, para o autor, a auditoria tem por base a análise conjunta de quatro elementos: critério, condição, causa e efeito.

Conforme Franco e Marra (2001), a contabilidade utiliza a auditoria como forma de atingir seus objetivos para com os usuários de forma confiável, adequada e precisa, pois, por meio dela é possível verificar a verdadeira situação do patrimônio com base nas demonstrações contábeis, colaborando com a administração e o fisco.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 953, de 24 de janeiro de 2003, no seu item 11.1.1.1 relata que a auditoria das demonstrações contábeis é definida

como “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica” (CFC, 2003).

A auditoria é uma técnica independente entre os meios das ciências contábeis, causa pela qual ela tem potencialidade perfeitamente identificada e definida, sendo este não apenas únicos, mas múltiplo, de acordo com o entendimento uniformemente considerado, afirmou Perez (2006).

Na visão de Hoog e Carlin (2009), a auditoria contábil é a confirmação dos elementos da contabilidade com o exercício da sociedade empresarial, facilitando a segurança das informações dos dispositivos contábeis e a integridade do patrimônio líquido, objetivando a minimização dos riscos operacionais, fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários, sistêmicos do mercado e outros, por meio de técnicas específicas.

Hoog e Carlin (2009) relatam que a auditoria, de maneira geral, é uma análise metódica das demonstrações financeiras, registros e operações com objetivo de definir se estão de acordo com os princípios da contabilidade geralmente reconhecidos, com as políticas aprovadas pela instituição em si, e com qualquer outro tipo de norma legal ou voluntariamente adotado. Para os autores, o objetivo da auditoria é averiguar e assegurar a veracidade, autenticidade, exatidão e integridade do conjunto das demonstrações financeiras.

A auditoria é uma das ferramentas de qualidade mais eficientes para monitorar um sistema de gestão (COSTA; ALEVATO, 2010). Defond e Zhang (2014) complementam afirmando que a auditoria melhora a qualidade das demonstrações contábeis e contribuem para uma tomada de decisão mais assertiva.

Maia (2016) define a auditoria financeira como um serviço que se caracteriza pela expressão de uma opinião objetiva sobre as demonstrações financeiras de uma entidade, fazendo referência a um conjunto de normas que têm natureza de interesse público e que contribuem para o aumento da credibilidade da informação financeira. Para o autor, a auditoria financeira tem como objetivo emitir sua opinião sobre as demonstrações contábeis, objetivando assegurar ao mercado que as mesmas estão corretas e expressam de forma adequada o patrimônio da companhia e o resultado de suas operações.

Segundo Duarte (2010), a auditoria deixa cada vez mais de ser uma atividade somente de fiscalização, para ser mais participativa no desempenho empresarial, tendo um papel importante de apoio em toda a cadeia produtiva, financeira, contabilística e de processos.

Existem diversas categorias de auditoria, nomeadamente auditoria interna, auditoria operacional, auditoria de gestão, auditoria informática, auditoria social, entre outras. A

auditoria interna e externa possui como ponto inicial a análise de registros (não necessariamente contábeis) objetivando sanar possíveis anomalias, propor sugestões e melhorias, e também análise do desempenho da entidade auditada. Este estudo detalha brevemente as auditorias interna e externa por estar mais proximamente relacionada ao objeto de estudo.

De acordo com o Instituto Francês de Auditoria e Controle Interno (IFACI, 2009), a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, que dá a uma organização uma garantia sobre o grau de controle de suas operações. Ela ajuda a organização a alcançar seus objetivos, avaliando, por meio de uma abordagem sistemática e metódica, seus processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa, e fazendo propostas para melhorar sua eficácia.

O *Institute of Internal Auditors* (IIA) define a auditoria interna como uma atividade independente de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Traz para a organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco, controle e governança, ajuda-a a atingir seus objetivos.

A auditoria externa por sua vez foi definida por Attie (1995) como o exame das demonstrações financeiras feito com o propósito de expressar uma opinião sobre a propriedade com que as mesmas empresas apresentam sua situação patrimonial e financeira e o resultado das operações em um período de análise.

Para Franco e Marra (2001), a auditoria externa é a atividade cuja execução é feita por um profissional independente ou liberal, sem qualquer ligação com a empresa analisada, podendo exercer suas funções continuamente ou casualmente com seus próprios métodos. O auditor externo pode seguir as normas usuais de auditoria, e adquirir os fundamentos de convicção com os quais dará a sua opinião sobre a matéria analisada.

Segundo Maia (2016), a auditoria externa visa chancelar de forma independente e transparente as demonstrações financeiras, buscando mitigar ou evitar a ocultação de atos de má gestão, intencional ou não, realizada por meio de manipulações resultantes da utilização de técnicas de “contabilidade criativa” ou “*Earnings Management*”, para fins escusos e lesivos a governança. Nesta circunstância, uma comparação entre a auditoria interna e externa é dada por Almeida (1996) como destacada no Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre o Auditor Interno e o Auditor Externo

<b>Auditor Interno</b>	<b>Auditor Externo</b>
Empregado da empresa auditada	Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada.
Menor grau de independência	Maior grau de independência
Executa auditoria contábil e operacional	Executa apenas auditoria contábil
Os principais objetivos são: - Verificar se as normas internas estão seguidas; - Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes - Verificar a necessidade de novas normas internas - Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais	O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos da caixa de empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior.
Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Fonte: Almeida (1996, p. 26).

Mesmo usando de métodos semelhantes, as auditorias internas e externas mantêm algumas diferenças. A principal distinção é a independência. Como o nome indica é importante que o auditor externo mantenha sua independência em relação à empresa auditada. Na auditoria interna, o grau de independência é baixo, mas essa autonomia, embora limitada, ainda existe para atingir o objetivo final da função.

Na seguinte subseção a adoção das IFRS, seus impactos e mudanças econômicas e acadêmicas serão desenvolvidos para se indicar as instituições que foram envolvidas no processo de adoção dessa nova norma contábil no Brasil.

## 2.2 Adoção das IFRS: impactos e mudanças econômicas e acadêmicas

De acordo com Mackenzie *et al.* (2012), o ano de 2005 foi um marco de uma nova era na gestão global de negócios, após o esforço de 30 anos para criar as regras de demonstrações contábeis para um mercado mundial de capital. Neste ano, os 27 estados-membros da União Europeia e outros países (como Austrália, Rússia e África) adotaram as IFRS, estabelecidas pelo IASB. Após o desenvolvimento das IFRS, a IASB, em 2009, aprovou as 36 ISA, normas diretamente ligadas aos procedimentos de auditoria também aceitos, mas relacionadas ao setor público.

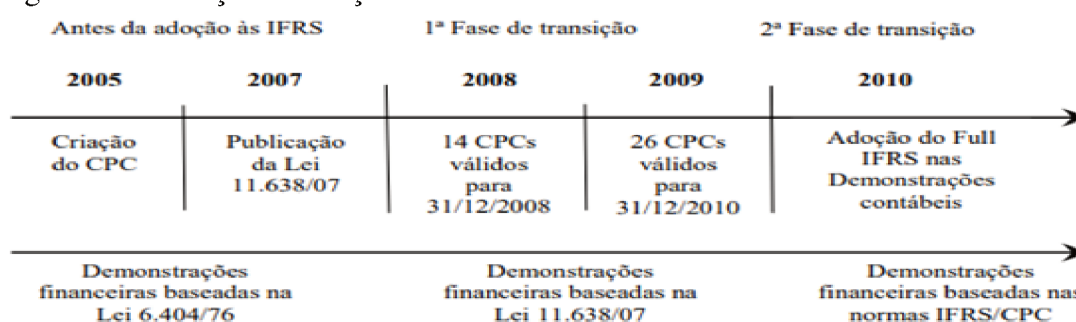
Ademais em 2005, a partir da Resolução CFC nº 1.055/05 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, composto por seis entidades tais como: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Valores de São

Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), tendo por objetivo o estudo, preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre os procedimentos de contabilidade e a divulgação de tais informações visando à centralização e uniformização do processo de produção, sempre buscando aliar os padrões da contabilidade brasileira aos adotados internacionalmente.

No entanto, a convergência contábil solidifica-se somente no ano de 2007, “[...] com a publicação da Lei nº 11.638/07 (alterando a Lei das Sociedades Anônimas por Ações nº 6.404/76) com o objetivo de harmonizar as normas [...] brasileiras às normas internacionais de contabilidade” (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 2). Assim, passaram a ser publicados pronunciamentos de acordo com as IFRS, sob a indicação de CPC, os quais mantem-se atualizados conforme as normas internacionais.

O processo de evolução da adoção das IFRS no Brasil ocorreu em duas fases como retratado na Figura 1.

Figura 1 – Evolução da adoção das IFRS no Brasil



Fonte: Barcellos, Silva e Costa (2012, p. 7).

A primeira fase (Figura 1) é regida por um conjunto de normas que determinava duas datas diferentes para adequação às novas normas: 1º de janeiro de 2007, para as empresas que rerepresentaram as demonstrações contábeis de 2007 conforme as novas normas ou 1º de janeiro de 2008. Na segunda fase, foi a adoção completa das normas internacionais, ou seja, do *full IFRS*, e se deu para as demonstrações publicadas a partir de 2010, compreendendo a introdução de novas normas e a revisão de outras já aplicadas. Assim foi obrigatória a apresentação das demonstrações contábeis de 2010, juntamente com a rerepresentação das demonstrações contábeis de 2009 com a adoção completa (COUTINHO; SILVA, 2013).

Apesar de as IFRS serem normas para a contabilidade, uma mudança relevante na forma de apresentar as demonstrações contábeis afetou, conseqüentemente, a forma como a

auditoria independente atua, uma vez que a contabilidade e a auditoria são atividades correlatas. Tendo isso em mente, e também como as IFRS uniformizam o processo de produção das informações contábeis, o Brasil adotou as NBC-TA, elaboradas pelo IASB. O IASB também foi o responsável pela elaboração e aprovação das ISA em 2009, com vigência a partir de 2010. Ainda em 2009, objetivando harmonizar as normas de auditoria com as adotadas internacionalmente, o Brasil acolheu esse conjunto de normas, editadas sob a forma de NBC-TA.

Soares, Motoki e Monte-Mor (2018) estudaram o período de transição e pós-transição da adoção das IFRS no Brasil, com o objetivo de analisar seu efeito na republicação de relatórios financeiros e na emissão de pareceres de auditoria com ressalva ou reprovação. Os resultados obtidos indicaram que houve uma redução na probabilidade de pareceres com ressalva ou reprovação tanto no período de transição das IFRS quanto no pós-IFRS, com um efeito mais pronunciado neste último. Os resultados revelaram também que as IFRS podem ter incluído um impacto positivo na qualidade das demonstrações, embora não tão forte quanto o desejado. Inserindo o auditor nesse contexto, quanto à essência sobre a forma, Silvestre, Sprenger e Kronbauer (2016) acrescentam que com a adoção das IFRS, tanto o contador quanto o auditor devem conhecer bem a operação a ser contabilizada e as circunstâncias que a cercam, ou seja, não basta apenas contabilizar o que está escrito, mas ter certeza que o documento formal represente, com efeito, a essência econômica dos fatos registrados.

A utilização de princípios, no lugar de regras objetivas, dá certa flexibilidade e liberdade às interpretações do profissional, permitindo à contabilidade representar de forma mais adequada a sua realidade econômica, mas também gerando subjetividade considerável nas decisões. No mesmo contexto, Antunes *et al.* (2012) argumentam que as mudanças introduzidas visam melhorar a qualidade das informações contábeis, cujo principal objetivo é a sua utilidade para o usuário dessas informações, melhorias visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e comparabilidade das informações divulgadas, o que constitui as características qualitativas das informações contábeis e que as tornam úteis. Para Gonçalves *et al.* (2014), o aumento de relevância da informação contábil pode estar relacionado ao fato das normas internacionais serem mais voltadas para o mercado de capitais, além de produzir informações, números, mais próximas da realidade econômica da empresa, pois estas são baseadas em princípios e não apenas em regras, como regras fiscais no caso brasileiro, que acabam por distanciar os números das companhias de sua realidade econômica, o que era prejudicial para os analistas de mercado de capitais.

De acordo com Antunes *et al.* (2012) a adoção das normas internacionais modificou a prática contábil e especificamente a forma de se analisar o aspecto econômico das empresas, uma vez que elas se diferenciam do padrão anteriormente utilizado no Brasil. Pode-se dizer que a mudança no padrão da divulgação das demonstrações contábeis trouxe como consequência uma variação nos índices econômico-financeiros.

Essa variação resultou na promulgação de uma série de normas de contabilidade em que buscam melhorar a qualidade da auditoria e da estrutura de governança nos últimos anos, destacando-se: (i) NBC TA 260 (R2), (ii) NBC TA 570, (iii) NBC TA 700; (iv) NBC TA 701, (v) NBC TA 705, (vi) NBC TA 706. Em síntese, esse conjunto de normas alinhou a filosofia, conteúdo e estrutura dos relatórios de auditoria e a dinâmica das prestações de contas por parte das companhias (MARQUES; SOUZA, 2017). Os mesmos autores apontaram que dentre as normas citadas, duas delas assumem um papel de destaque. A NBC TA 570 que apresenta Continuidade Operacional da companhia auditada e a NBC TA 701 que oferece os Principais Assuntos de Auditoria. No primeiro caso, determina a norma que a Administração deverá avaliar a capacidade de a entidade manter a continuidade operacional e rivalizará ao auditor coletar evidências de que tal avaliação foi adequadamente realizada. Dedicar-se de uma responsabilidade já implícita na atividade de auditoria, mas que está, agora, expressamente determinada. Complementarmente, a NBC TA 701 (CFC, 2016, p. 3) estabelece que “o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria”.

Como já foi mencionado na parte introdutória do estudo, o crescimento de programas de pós-graduação, com seu papel na produção do conhecimento, foi um incentivo para a realização de pesquisas no Brasil. Esse fato pode também ter impactado o número de pesquisas em auditoria e por esse motivo na próxima sequência será discorrido a evolução dos programas de pós-graduação no Brasil.

### **2.3 Expansão da pós-graduação no Brasil**

O primeiro curso referente à pós-graduação apareceu na década 1930, de maneira independente nas universidades, com base no sistema europeu de universidade em cátedras. Nesse esquema, as atividades relacionadas à pesquisa e extensão eram concentradas em um único professor, o professor catedrático que, para exercer suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, considerava um grupo escolhido de assistentes nomeados por ele. Esse tipo de modelo foi inaugurado no país por professores, alguns enviados pelos governos europeus



para as missões acadêmicas, outros imigrados, escapando das dificuldades da Europa no período precursor à segunda Guerra Mundial. Por ser uma disposição de importância moderada, pouco impacto aconteceu no ensino superior como um todo, já que a pós-graduação não era o único aspecto de ingresso na profissão acadêmica (BALBACHEVSKI, 2005).

Segundo Santos (2003), na década de 1940, o conceito de pós-graduação foi utilizado oficialmente pela primeira vez no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil e, na próxima década, muitos acordos foram combinados entre Brasil e Estados Unidos incluindo pactos entre escolas brasileiras e norte-americanas por meio de intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores.

Em 1951, com o Decreto 29.741/1951, foi implantada a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo é preparar professores para o ensino superior, especialistas e pesquisadores com o objetivo de responder a demanda da industrialização do país no período. A missão da CAPES, é garantir a existência de pessoal habilitado em quantidade e qualidade suficientes para responder as necessidades do setor de companhias públicas e privadas essenciais ao desenvolvimento do país. Também naquele ano foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (PILATI, 2006).

No ano de 1965, houve a primeira normatização dos cursos de pós-graduação, por meio do Parecer 977/65, reputado como Parecer Sucupira, emitido pelo revogado Conselho Federal da Educação. Por meio deste parecer, todo curso que dessa sequência a graduação seria intitulado pós-graduação (SANTOS, 2003)

O parecer 977/65, segundo Santos (2003), indicava que os currículos deveriam imitar o modelo norte-americano que possuía o *major* (área de concentração) e o *minor* (assuntos relacionados). Basicamente, os cursos receberam grande influência norte-americana. Assim se diz que os sistemas de julgamento estavam próximos dos padrões europeus não-anglo-saxões.

Em 1968, a Lei 5.5408/68 estabeleceu os programas de pós-graduação no Brasil, criando os níveis de mestrado e doutorado, regulando assim a pós-graduação e segregando os cursos em *lato sensu* e *stricto sensu*. Relatado por Newton Sucupira, o instrumento legal definiu a pós-graduação *stricto sensu* como sendo um sistema de ensino que abrange mestrado e doutorado e a pós-graduação *lato sensu* como modalidade de aperfeiçoamento e especializações cujo objetivo é “proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico profissional”. A pós-graduação *stricto sensu* é de natureza acadêmica e de pesquisa, possui objetivo essencialmente

científico e confere grau acadêmico, enquanto a lato sensu tem objetivo técnico profissional; seus “cursos são destinados ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico” e sua meta é formar o profissional especializado; oferece certificado de aproveitamento.

Com a reforma educacional de 1968, a pós-graduação passou do padrão de cátedras para o padrão departamental, guiado pelo padrão norte-americano, cujas poucas unidades acadêmicas funcionais da universidade é o departamento. Nesse modelo, as atividades de ensino e pesquisa e as responsabilidades são repartidas entre os professores da mesma especialização (BALBACHEVSKI, 2005).

De acordo com Sguissardi (2008), com a criação do Conselho Nacional de Pós-graduação em 1974, corpo de caráter interministerial, criado pelo Ministro da Educação e do Planejamento e os presidentes do CNPq, surgiram no país os planos nacionais de pós-graduação com análises da situação e preparação de ações futuras.

O papel de coordenar, regular e motivar o sistema de pós-graduação foi atribuído à CAPES em 1976, na cláusula de agencia financiadora. A estratégia de avaliação válida seria a avaliação externa, ou avaliação por pares, cujo efeito serviria como suporte para a gestão de novos programas, ou credenciamento, provando, em todo espaço nacional, os diplomas deliberados, ou seja, a aprovação ou segurança pública da qualidade.

O sistema de pós-graduação no Brasil não é tão recente ao comparar-se com outras economias mundiais, pois, a pós-graduação em Contabilidade no Brasil tem sido marcada por momentos especiais, particularmente em função da comemoração dos 30 anos do primeiro curso de doutorado e, até bem pouco tempo (2007), o único no Brasil oferecido pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP conforme informado pelos dados obtidos pela CAPES.

Todavia, apesar de primeiro programa de mestrado ter seu início em 1970, o segundo curso surgiu oito anos depois, novamente em São Paulo, e o terceiro em 1998 no Rio de Janeiro. Após esse período, de 1970 a 1998, percebe-se um aumento do número de programas de pós-graduação em ciências contábeis, indicado pela criação de 39 programas em 19 anos, resultando em 29 programas.

Havia, em 2019, 43 programas recomendados pela CAPES em 16 das 27 Unidades Federativas do Brasil. Dentre estes 43 programas nem todos oferecem o doutorado. Na Universidade Federal do Espírito Santo, por exemplo, foi considerado apenas o programa do

mestrado, tendo em vista que o doutorado foi recomendado em 05/09/2018 e ainda está em projeto, conforme observado na Plataforma Sucupira CAPES.

Com a segregação dos programas de acordo com a região geográfica brasileira, percebe-se, a partir das informações obtidas no sítio eletrônico da CAPES, uma expansão da pós-graduação desde o ano de 1970 até o ano de 2019. O Quadro 2 apresenta a evolução dos programas em Pós-graduação no Brasil. Foi observado que o primeiro curso de doutorado teve início em 1978 na USP sendo oito anos após de ter sido aberto o mestrado na mesma Universidade, conforme já mencionado. Por sua vez, o segundo curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado só foi criado três décadas depois, em 2007, com a criação do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de pós-graduação em ciências contábeis (Universidade de Brasília - UNB/Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), conforme dados obtidos da *homepage* da CAPES.

Outro ponto importante a se comentar sobre a conjuntura atual é que apesar de atualmente, a região Nordeste estar em crescimento na oferta de Programas de Pós-Graduação (PPG) em ciências contábeis, com 11 dos 43 programas, as regiões Sudeste e Sul ainda detêm a maioria dos cursos, com 28 no total. Além disso, a região Centro-Oeste apresenta quatro programas e a região Norte não apresentou nenhum Programa de Pós-graduação na área de contabilidade recomendado pela CAPES.

Como observa-se (Quadro 2), há apenas um programa de pós-graduação em ciências contábeis com nota máxima da CAPES (6), sendo este o programa da Universidade de São Paulo (USP). Existem sete programas com nota 5, três no Sudeste e quatro no Sul. Há 47 programas com nota 4 distribuídos em três regiões: Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. Além disso, observa-se também uma predominância de programas com nota 3, correspondendo um total de 14 instituições distribuídas entre quatro regiões: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Também, a partir do Quadro 2, em que se apresenta a evolução dos programas de pós-graduação no Brasil, pode-se observar que há um visível crescimento na oferta de programas tanto de cursos de mestrado quanto de doutorado na região Nordeste e Centro-Oeste.

Em se tratando do crescimento de programas de pós-graduação, ainda no Quadro 2 se observa desde o período inicial dos PPG, ou seja, de 1970 a 2008, antes da adoção das IFRS, que existem 13 programas de pós-graduação com mestrado e dois programas de pós-graduação com doutorado. No período pós-adoção, ou seja 2009 a 2018, o Brasil passou a ter 16 cursos de mestrado e 12 de doutorado incluindo um em 2019.

Quadro 2 – Distribuição regional dos cursos dos PPG em Ciências Contábeis no Brasil

Universidades	Sigla	UF	Região	Nota da CAPES	Ano do Início	
					Mestrado	Doutorado
Universidade de Brasília	UNB	DF	Centro-Oeste	4	2014	2014
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	Centro-Oeste	3	2016	
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	Centro-Oeste	3	2017	
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	Nordeste	3	2007	
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	Nordeste	3	2007	2017
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Nordeste	4	2009	2015
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	Nordeste	4	2015	2015
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	Nordeste	3	2015	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	Nordeste	3	2015	
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - São Luís	FUCAPE	MA	Nordeste	3	2017	
Universidade de São Paulo – São Paulo	USP/SP	SP	Sudeste	6	1970	1978
Pontifícia Universidade Católica	PUC	SP	Sudeste	3	1978	
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Sudeste	5	1998	2014
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Vitória	FUCAPE	ES	Sudeste	5	2001	2019
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto	USP/RP	SP	Sudeste	5	2005	2013
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	Sudeste	3	2006	
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste	4	2007	2017
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Sudeste	4	2009	
Universidade da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	UNIFECAP	SP	Sudeste	4	2012	
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	Sudeste	4	2013	2016
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	Sul	5	2000	2013
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Sul	5	2004	2013
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	Sul	5	2005	2014
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	Sul	5	2005	2008
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	Sul	3	2014	
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	Sul	3	2015	
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	Sul	3	2015	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sul	3	2016	
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	Sul	3	2017	

Fonte: CAPES (2019).

Na atual estrutura de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, um fator de avaliação dos programas acadêmicos relevante é a publicação científica em periódicos. Conforme Soares, Richartz e Murcia (2013), apesar dos diversos fatores que influenciam na qualidade de um programa de pós-graduação (composição e formação do corpo docente, estrutura do curso, linhas de pesquisa etc.), a publicação em periódicos de alta qualificação é um aspecto importante na atribuição da nota a um programa de pós-graduação. Nesse sentido, segundo os autores, a publicação científica em periódicos afeta, de modo sensível, o desempenho dos programas e, conseqüentemente, os conceitos atribuídos pela CAPES.

Destaca-se, também, o papel da pós-graduação na formação de docentes que supram necessidades e provoquem melhorias no ensino de Contabilidade nos cursos de graduação (CRUZ *et al.*, 2009; PELEIAS *et al.*, 2007).

Alguns estudos abordam a questão de expansão da pós-graduação em contabilidade no Brasil. Comunelo *et al.* (2012) verificaram a contribuição dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade em nível de mestrado quanto a formação de professores e pesquisadores. Os resultados comprovaram que os PPG em ciências contábeis formaram professores em sua maioria e não pesquisadores.

Klopel, Lunkes e Schimtz (2013) verificam também a participação de pesquisadores em contabilidade gerencial nos programas de Pós-graduação em Contabilidade no Brasil. O resultado encontrado mostrou que as linhas de pesquisa de maior destaque são Contabilidade Gerencial (44%) e Contabilidade Financeira (36%).

Miranda *et al.* (2014) identificaram a existência de relações entre o desempenho dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, medido pelo Conceito Preliminar de Curso e o ingresso dos alunos em programas de pós-graduação, em nível de mestrado. Foram examinados os programas de mestrado acadêmicos em Ciências Contábeis mantidos por instituições públicas brasileiras e reconhecidos pela CAPES até 31/12/2011. Também foi verificado que 71% dos alunos pesquisados vieram de universidades públicas e 43% fazem o mestrado na mesma instituição em que se graduaram.

Após a exibição da expansão dos programas da pós-graduação é importante apresentar estudos similares em auditoria para subsidiar o presente estudo o que é feito na seção a seguir.

## **2.4 Estudos bibliométricos em auditoria**

Na área da auditoria, é importante verificar a tendência da evolução da pesquisa e do conhecimento desenvolvido ao longo do tempo, por conta de seu papel de controle na prática

contábil. Alguns trabalhos são apontados para a definição do que se produz em auditoria, de pesquisadores internacionais e nacionais.

No âmbito internacional, autores como Gendron e Bedard (2001) fizeram uma pesquisa em reação à publicação da *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)/American Accounting Association (AAA)* da monografia intitulada *Auditing Practice, Research and Education: A Productive Colaboration*. Nas opiniões dos autores, a monografia contava com uma concepção limitada da utilidade da auditoria. O artigo teve como objetivo investigar a utilidade da pesquisa em auditoria de uma perspectiva mais global que a da monografia. Em particular a amostra foi de 102 artigos de auditoria, que foram escritos por pesquisadores norte-americanos e que foram publicados nas edições de 1992 e 1993 dos cinco seguintes periódicos: *The Accounting Review (TAR)*, *A Journal Practice and Theory (AJPT)*, *Accounting Horizons (AH)*, *Accounting, Organizations and Society (AOS)* e *Critical Perspective on Accounting (CPA)*. Os resultados sugeriram que pesquisa em auditoria é bastante “útil” para os auditores, ou seja, os documentos/artigos de auditoria geralmente possuem alto grau de aplicabilidade e o grau em que esses documentos/artigos, por tratar de problemas limitados de eficiência e técnica, não ameaçam a legitimidade da profissão de auditoria.

Krogstad e Smith (2003) fizeram uma análise de citação para explorar o impacto e a posição da Auditoria no AJPT. Os resultados do estudo apresentaram citações que aparecem em periódicos adicionais de contabilidade e auditoria de alta qualidade (não incluídas no *Social Sciences Citation Index - SSCI*), são combinadas com autocitações para produzir em torno de 3.102 citações para o período de 1985 a 2000. O banco de dados produzido possibilitou a análise de tendências e a identificação dos periódicos mais relevantes, com destaque para a *Auditing Section's Journal*, que tem promovido constantemente a comunicação entre a pesquisa científica e a prática de auditoria.

Lesage e Wechtler (2012) buscaram identificar os principais tópicos sobre auditoria explanados em periódicos relevantes bem como analisar sua evolução durante o século XX. Os autores utilizaram uma análise informatizada de conteúdo em todos os resumos (2.099) de artigos de 23 principais periódicos acadêmicos com foco em auditoria, compreendendo o ano de 1.926, ano de criação do periódico, até o ano de 2005. Pelo estudo foram identificados 16 grandes temas em pesquisa de auditoria. Também foi destacada a importância do tema e a tendência das pesquisas, assim como a contribuição das principais revistas para o desenvolvimento das temáticas que permitem uma classificação mais relacionada com a evolução da pesquisa e com o surgimento e desenvolvimento das ideias na área. No trabalho

dos mesmos autores, eles apresentam alguns trabalhos bibliométricos os quais são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Estudos sobre as tipologias em auditoria

<b>Autores</b>	<b>Síntese do trabalho</b>
Lazarsfeld (1937)	Estudo da lógica das tipologias
Littleton (1947)	Análise lexical dos verbos utilizados na literatura em auditoria
Shenkir (1971)	Proposição de exercício de auditoria usando taxonomia dos componentes provas e auditoria técnicas
Wright (1992)	Apresentação de processo que conduz ao relatório de auditoria. O autor distingue: competência e habilidade auditor, coleta de provas, testes de dados de auditoria e fatores governamentais.
Abdolmohammadi (1999)	Construção de uma taxonomia global das tarefas de auditoria de um abrangente inventário, incluindo 332 diferentes tarefas.
Arnold <i>et al.</i> (2001)	Identificação de seis categorias (habilidades de auditor, coleta de provas e análise, relatórios de auditoria, contrato social, conclusões da auditoria) que descreve o processo pelo qual um auditor chega a sua opinião sobre as demonstrações financeiras e as questões indicadas no seu relatório de auditoria.

Fonte: Adaptado de Lesage e Wechtler (2012).

Em termos nacionais, Cunha, Correa e Beuren (2010) identificaram os assuntos pesquisados na área de auditoria publicados nos periódicos nacionais e internacionais de contabilidade listados no Qualis CAPES sendo os nacionais no período de 2005 a 2008 e os internacionais no período de 2005 a 2007. Para os periódicos internacionais, indexados no *SCOPUS* ou ISI, foram considerados os artigos que contêm no seu título ou palavras-chave a palavra “*auditing*”, totalizando 48 artigos. A pesquisa revelou que os assuntos mais pesquisados na área de auditoria foram: amostragem em auditoria, auditores internos, auditoria interna, controle interno, gestão de conhecimentos dos auditores, normas de auditoria, profissão de auditoria, testes de observância e testes substantivos. Eles concluíram que os assuntos de auditoria publicados em periódicos no Brasil e do Exterior são distintos.

Damascena, Firmino e Paulo (2011) identificaram os fatores mais frequentes que motivam a emissão de pareceres de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase nas companhias abertas brasileiras. A população compreendeu os pareceres das empresas listadas na bolsa de Valores de São Paulo referentes aos exercícios sociais de 2006 a 2008, sendo que da amostra de 1.466 demonstrações contábeis, 647 apresentam pareceres com ressalva e/ou parágrafos de ênfase. Os resultados evidenciaram que os motivos que mais provocaram ressalvas versam sobre limitação de escopo e impossibilidade da formação de opinião, ao passo que os parágrafos de ênfases foram pela existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de capital de giro.

Marassi, Brizola e Cunha (2014) fizeram uma pesquisa bibliométrica e análise sociométrica com objetivo de identificar redes sociais sobre o rodízio de auditoria nas bases

*Science Direct* e SCOPUS entre os anos de 1996 e 2012. A amostra do estudo foi 69 artigos publicados em 36 periódicos internacionais e um nacional. Os autores constataram que as abordagens encontradas com maior recorrência se relacionam a qualidade da auditoria e a independência de auditores. Outro ponto importante percebido pelos autores é referente ao número de citações dos estudos analisados, os quais poderiam apresentar um fator de impacto mais alto, caracterizando a consolidação do tema como um campo de pesquisa fértil para os pesquisadores.

Camargo *et al.* (2014) identificaram as características da produção científica em auditoria desenvolvida no Brasil, entre os anos de 2005 e 2010. Foram identificados os seguintes aspectos: evolução temporal; principais meios utilizados para divulgação (congressos e periódicos); estratégias de pesquisa utilizadas; assuntos abordados nos trabalhos; autores mais prolíficos; e, relações de colaboração entre pesquisadores e Instituição de Ensino (IE), utilizando-se as análises bibliométrica e sociométrica. Observou-se a predominância das estratégias de pesquisa documental e *survey*. Quanto aos assuntos os mais recorrentes foram relatórios da auditoria, troca de auditores, conselhos/comitês, qualidade da auditoria e procedimentos de auditoria. Ademais, no que se refere às relações de colaboração entre pesquisadores e instituições de ensino, verificou-se baixa densidade, centralidade e intermediação, indicando dispersão e pouca coesão entre os atores, com ausência de um ator claramente central.

Viera, Teixeira e Hansen (2015) analisaram a importância dada à publicação de artigos sobre auditoria contábil na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC) no período de 2008 a 2014. Foram publicados 150 artigos nas 25 revistas editadas, sendo que apenas cinco do total de artigos estavam relacionados ao tema auditoria. O resultado desta análise demonstrou que a REPeC publicou um número pequeno de artigos voltados para o tema auditoria e que há um grande espaço para estudo e publicações de trabalhos voltados para este tema no Brasil.

Ribeiro (2015) realizou uma investigação sobre a produção acadêmica do tema auditoria publicada em periódicos brasileiros no período de 1999 a 2013, utilizando nesta pesquisa as técnicas de análise bibliométrica e de rede social com uma amostra de 107 estudos. O autor constatou-se que houve predominância de publicações em parceria. Entre os autores mais profícuos estão Luiz Alberto, Ilse Maria Beuren, Bruno José Machado de Almeida, Edilson Paulo e Paulo Roberto da Cunha. No que se refere às Instituições de Ensino Superior (IESs), as mais prolíferas foram: USP, UFPB e UFSC, que, por sua vez, também estão entre as mais centrais na rede social das IESs. Em relação aos temas abordados, os que



ficaram em evidência foram: auditoria independente, governança corporativa, procedimentos de auditoria e de gestão.

Cunha, Picolli e Toigo (2016) analisaram a produção científica internacional sobre Comitê de Auditoria por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica, com 130 artigos de periódicos internacionais das bases de pesquisa *ISI Web Knowledge* e SCOPUS, referentes ao período de 2000 a 2012. Os achados demonstraram uma rede de pesquisa forte nos Estados Unidos e pequenas redes sendo formadas em outros países. Identificou-se também que os temas independência do comitê de auditoria e SOX e *Blue Ribbon Committee* (BRC) foram os mais abordados. Também, em um recorte longitudinal, verificou-se que os atores centrais das redes do período pré e pós SOX são diferentes, que surgiram pequenas redes de autores que foram crescendo com o transcorrer dos anos e também que houve um aumento gradativo do número de publicações, principalmente a partir do ano de 2006.

Souza e Marques (2017) buscaram identificar os principais assuntos de auditoria (PAA's) reportados nos relatórios dos auditores de empresas brasileiras. A amostra foi de 49 empresas que compuseram o IBOVESPA no último trimestre de 2016. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo, da estatística descritiva, de testes de diferenças entre as médias e medianas e da Correlação de *Spearman*. Os resultados evidenciaram que foram reportados 171 PAA's, em torno de 3,49 por empresa. Os PAA's reportados foram sobre recuperabilidade dos ativos (16%), contingências (15%), reconhecimento de receitas (13%) e projeção de resultados futuros para a realização de ativos (10%). Quanto ao posicionamento sobre a capacidade de manutenção da continuidade (Risco de Descontinuidade), apenas duas empresas apresentaram tal informação, entretanto, elas reportaram dados já disponíveis em outras partes do conjunto completo das demonstrações contábeis.

Mello *et al.* (2017) mapearam as características da produção científica em auditoria. A análise da produção em 26 periódicos contábeis brasileiros de 1989 a 2013 resultou em 3.737 artigos, sendo 145 sobre auditoria. Esse mapa gerou informações sobre a produção por ano, por periódico, por filiação dos autores, além de um *ranking* com os pesquisadores que mais publicaram na área. Além disso, a produção em auditoria foi analisada sob os pressupostos teóricos das Leis de Lotka e de Zipf. Os resultados encontrados pela Lei de Lotka sugerem que existem poucos autores que produzem muito e muitos autores que produzem pouco, aspecto verificado na produção nacional de auditoria. Ainda pela aplicação da Lei de Lotka, foi encontrado um percentual de 60,8% de autores que publicaram apenas uma vez e em auditoria esse percentual foi de 81,2%.

Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) examinaram a produtividade científica em auditoria entre 2002 e 2014 e identificaram 22 temas de auditoria na era pós a Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Os critérios utilizados pelos autores foram a definição de palavras-chave, resumos ou títulos associados à temática de auditoria, que culminaram na análise bibliométrica de artigos científicos incluídos na *Web of Science do Institute for Scientific Information (ISI)*. Para uma amostra de 1.650 publicações, os autores evidenciaram que os temas relatório de auditoria e usuários de demonstrações financeiras, governança corporativa, auditoria de mercado, auditoria externa, dados socioeconômicos da empresa, regulamentação internacional e risco de fraude e risco de auditoria foram os mais abordados nas publicações sobre auditoria. Além disso, constataram que a governança corporativa tem uma associação mais ampla com os outros temas da área.

Colares e Clemente (2018) analisaram artigos publicados nos periódicos de contabilidade avaliados pelo QUALIS/CAPES, sobre o tema da auditoria. A metodologia adotada foi de cunho exploratório-descritivo com análise bibliométrica e de natureza quantitativa, utilizando-se a Lei de Zipf. Foi determinado um total de 36 artigos científicos, cinco nacionais e 31 internacionais, que continham a palavra amostragem e auditoria no título e resumo do artigo. O resultado apontou que as palavras com maior ocorrência foram: *sampling* (112 vezes), *audit* (105 vezes), *sample* (45 vezes), *auditing* (35 vezes) e *auditor* (20 vezes). Os autores destacaram o ano de 2013, com o total de oito artigos científicos, as bases AAA, *Springer e Science Direct*, com maior número de artigos e as revistas *Auditing: A Journal of Practice & Theory* e os *Annals: The Annals of the University of Oradea*.

A partir das pesquisas discutidas nesta seção, que contemplam as produções acadêmicas sobre o tema auditoria, percebe-se que ainda persiste na literatura a necessidade de desvendar os novos interesses por temáticas relacionadas à auditoria, que podem ter emergido em função do desenvolvimento da contabilidade. Neste contexto, este trabalho foi realizado para contribuir com a literatura brasileira ao classificar as temáticas em auditoria relacionando a evolução das pesquisas acadêmicas em auditoria.

Nesse capítulo, uma breve retrospectiva da auditoria e seu aspecto histórico do Brasil foram desenvolvidos, bem como seu conceito por alguns autores, sua importância e função na área da contabilidade. Como a existência da contabilidade sempre requer mudança nas normas, e também como a adoção das IFRS se relaciona com o objetivo desse trabalho, algumas informações sobre o seu impacto e mudanças econômicas e acadêmicas foram exploradas. Ao buscar a fonte da evolução das pesquisas acadêmicas sobre auditoria, a expansão da pós-graduação foi um ponto destacado.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Abordagem da bibliometria

Para atingir o objetivo desta pesquisa, o método bibliométrico foi o instrumento adotado para avaliar e classificar os resultados. A bibliometria é um campo fundamental da ciência da informação que estuda de forma quantitativa os dados bibliográficos (MERIGO; YANG, 2017). Vanti (2002) destaca que o estudo bibliométrico desenvolveu-se a partir da elaboração de três principais leis sobre o comportamento dos artigos científicos. Dentre os principais marcos de seu desenvolvimento tem-se o método de medição da produtividade de cientistas de Lotka (1926), a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934) e o modelo de distribuição e frequência de palavras em um texto de Zipf (1949), assim definidos:

a) Lei de Lotka (1926) ou Lei do Quadrado Inverso:

Refere-se ao cálculo da produtividade dos autores. Tal Lei defende a hipótese de coexistência de um pequeno número de pesquisadores extremamente produtivos com uma grande quantidade de cientistas menos produtivos (KOBASHI; SANTOS, 2008).

b) Lei de Bradford (1934):

É aplicada para descrever como os elementos são gerados por fontes em uma determinada área da especialidade. Ela trata da dispersão dos autores em diferentes periódicos em relação a um termo específico. Para Oliveira *et al.* (2008), o objetivo dessa Lei é avaliar as produções acadêmicas e suas implicações.

c) Lei de Zipf (1949):

Está relacionada à frequência de ocorrência de palavras em um texto. Esta Lei se baseia na Lei do Esforço Mínimo. A partir dela, surgiram as técnicas de análise léxica aliada à concorrência de palavras ou *co-word analysis* (ARAÚJO; SANSÃO; YEHIA, 2016).

Com o objetivo de classificar os artigos científicos publicados em revistas brasileiras no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2018 fez-se uma comparação entre a quantidade e a qualidade dos artigos publicados, por meio de uma avaliação da evolução das pesquisas sobre a auditoria, considerando os efeitos da implementação das IFRS no Brasil. As técnicas

de análise léxica das três Leis foram utilizadas neste estudo. A Lei de Lotka foi utilizada para encontrar quais foram os autores que publicaram mais artigos, a de Bradford para encontrar quais foram as revistas mais relevantes, a de Zip para o mapeamento das palavras-chaves mais usadas.

### 3.2 Delimitação da amostra e coleta de dados

A coleta de dados foi feita no mês de maio de 2019 em periódicos Qualis da Plataforma Sucupira da CAPES do quadriênio 2013-2016 da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, priorizando-se aqueles classificados nos estratos A2 a B5. Com a palavra de busca “Contabilidade” identificou-se 55 resultados. Na sequência, foi feita uma busca com o termo “Contábil” e surgiram 15 itens adicionais. Foi incluída na amostra a revista *Advances Scientific Applied in Accounting* (ASAA), que por ter título em inglês não foi anteriormente localizada.

Em um segundo momento, dos 71 resultados obtidos, identificaram-se revistas cujos títulos são idênticos, porém com ISSN diferentes, que foram excluídas da contagem. Dessa nova filtragem foram excluídos 30 resultados, produzindo uma amostra de 41 revistas. Dessas 41 revistas, foram excluídas as revistas *Contabilidad y Negócio*s e a revista *Ibero-americana de Contabilidad de Gestión*, por serem revistas internacionais publicadas no idioma espanhol. Foram também excluídas duas revistas que alteraram os nomes ao longo do tempo: a UNB Contábil, atual Contabilidade, Gestão e Governança e revista de Administração e a Contabilidade e Finanças, atual revista de Administração e Contabilidade (RAC) do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA). Foram excluídas adicionalmente quatro revistas em que nenhum dos artigos publicados abordou o tema auditoria, que são a revista *Tecnologia de Administração e Contabilidade*, a revista *Interdisciplinar de Contabilidade Administração e Direito* a revista de *Contabilidade Ciência da Gestão* e a revista *Práticas em Gestão*. Por fim, foram excluídas duas revistas que não publicam artigos: a revista *Portuguesa de Contabilidade* (que é uma revista cujo acesso aos artigos é pago) e a revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (cujos artigos são técnicos).

É importante destacar que este trabalho foi feito tendo em consideração os seguintes critérios de inclusão e exclusão dos artigos: artigos que fazem parte do período da amostra, isto é, de 1999 a 2018 e revistas nacionais publicadas em língua portuguesa. As 31 revistas

restantes compuseram a amostra final do estudo. Na Tabela 1 demonstra-se a composição da amostra de periódicos considerados nesta pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição da amostra inicial por periódicos

<b>Resultado e meio de busca de periódicos</b>	<b>Quantidade</b>
Periódicos do Qualis/CAPES com a palavra contabilidade no título	55
Periódicos do Qualis/CAPES com a palavra contábil no título	15
Periódico nacional de contabilidade com o título em inglês (ASAA)	1
<b>Subtotal</b>	<b>71</b>
Periódicos repetidos	(30)
Periódicos que não publicaram nenhum artigo	(2)
Periódicos internacionais publicados em espanhol	(2)
Periódicos que mudaram de nome	(2)
Periódicos que não publicaram artigos sobre auditoria	(4)
<b>Periódicos da amostra</b>	<b>31</b>

Fonte: dados da pesquisa.

O estudo teve por objetivo classificar as temáticas que foram tratadas na evolução das pesquisas acadêmicas relacionada à auditoria no Brasil antes e após a implementação das normas internacionais IFRS, compreendendo o período de 1999 a 2018. Para identificar os artigos publicados na área de auditoria, foi feita uma busca pelas palavras-chaves auditoria, auditores, *Big Four* e *Big Five* existentes no título, no objetivo, no resumo ou nas palavras-chaves dos artigos dos 31 periódicos, resultando em 816 artigos. Escolheu-se também, a data de início e data de fim de cada uma delas, respeitando, uma vez mais a data de 01/01/1999 a 31/12/2018.

Após a leitura do resumo desses 816 artigos, identificou-se 305 artigos com foco no estudo da auditoria. Com a leitura completa desses 305 artigos foram excluídos dois artigos não completos (sem referências bibliográficas), três artigos do ano de 1997 da revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis, um artigo do ano 1998 e dois artigos que foram publicados em 2019 por estarem fora do prazo da pesquisa. Também foram excluídos um artigo não localizado, cinco artigos em inglês e cinco em espanhol. Por fim excluiu-se quatro artigos que mesmo com a palavra auditoria no resumo não trataram do tema, ficando a amostra final composta de 282 artigos em 31 revistas.

Como pode-se observar, na Tabela 2 é apresentada a quantidade inicial de artigos obtidos para cada nível de classificação do Qualis, assim como a quantidade de artigos que compõe a amostra final após as exclusões.

Tabela 2 – Artigos da amostra com respectivo extrato Qualis/CAPES 2013-2016

Composição da amostra	Quantidade de artigo por Qualis						Total	
	Qualis/CAPES	A2	B1	B2	B3	B4		B5
Artigos Identificados		102	40	80	22	40	21	304
(-) Artigos que não tratam de auditoria		3					1	4
(-) Artigo não localizado			1					1
(-) Artigos de ano 1997				3				3
(-) Artigo de 1998				1				1
(-) Artigo de 2019		1				1		2
(-) Artigos em inglês		3		2				5
(-) Artigos em espanhol		4		1				5
(-) Artigos incompletos		1	1					2
Total		12	2	7	0	1	1	23
<b>Amostra Final</b>		<b>90</b>	<b>38</b>	<b>73</b>	<b>22</b>	<b>39</b>	<b>20</b>	<b>282</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 282 artigos considerados nesta pesquisa, o extrato Qualis A2 apareceu em primeiro lugar com 90 artigos, seguido pelo extrato B2 com 73, e B4 e B1 com 39 e 38 artigos, respectivamente. Os extratos Qualis B3 e B5 foram aqueles que obtiveram menor quantidade de artigos na amostra final, 22 e 20 artigos, respectivamente.

Os artigos, autores, revistas e Qualis/CAPES das revistas da amostra estão compilados no Apêndice A. As datas de publicação apresentadas no Apêndice são as datas de publicação encontradas nos artigos ou na lista gerada pelas revistas, caso não houvesse data de publicação nos artigos.

### 3.3 Definição das temáticas do estudo e método de codificação

Para construir o conjunto dos temas que serviram de base para a elaboração deste trabalho, baseou-se nos estudos de Santos, Gaspari e Marques (2016) e de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018). Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) incluíram nas suas pesquisas as 16 tipologias temáticas de Lesage e Wechtler (2012), retiraram uma das tipologias que foi o tema cliente e acrescentaram sete temas relacionados à auditoria resultando em um conjunto de 22 tipologias que também refletiram os impactos da SOX. As 16 tipologias utilizadas por Lesage e Wechtler (2012) foram: profissão (PROF), relatório de auditoria (REPO), regulação internacional (INTR), cliente (CLT), serviço não auditoria (NAS), contrato (CONT), litígio e responsabilidade (LITG), governança corporativa (CGOV), pareceres de auditoria e opiniões sobre auditoria (GCOP), Mercado de auditoria (MRKT), Auditoria de Imposto (TAX), Educação (EDUC), Amostragem e método sobre auditoria (SAMP), procedimento (PROC), risco e fraude (RISK), julgamento (JUDG).

Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) excluíram a tipologia CLT por tratar do relacionamento entre auditor e cliente e incluíram sete novas tipologias, quais sejam: auditoria interna (INTE), auditoria externa (EXTE), mídia e cobertura em contabilidade (MIDI), comitê de auditoria (ACOM), controle interno (ICON), dados socioeconômicos (SEDC) e pesquisa (RESE). A tipologia que foi substituída (CLT) se relacionava, na classificação de Lesage e Wechtler (2012), com: auditoria interna, cliente, moral, ética, emprego, percepção, objetividade, negociação, comprometimento e pressão. No presente trabalho julgou-se necessário aumentar quatro outras temáticas para poder classificar artigos que tratam de relações sobre auditoria (RELA), moral e ética (ETHI), auditoria operacional (OPA) e auditoria ambiental (AMA), além de excluir a tipologia MIDI, totalizando assim 25 temáticas. Além do estudo de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018), a presente pesquisa seguiu também a metodologia de Santos, Gaspari e Marques (2016), que utilizaram a Lei de Bradford para coletar e organizar de modo sistemático a medição da produtividade anual das revistas. A partir de então, foi possível verificar a evolução das pesquisas sobre a auditoria, considerando os impactos da convergência às IFRS no Brasil.

Com a presença de 282 artigos analisados e com o objetivo de manter um padrão para a comparação de resultados, as 16 tipologias identificadas por Lesage e Wechtler (2012) foram utilizadas inicialmente. Após a identificação dos temas dos artigos, iniciou-se a etapa de codificação dos temas.

Para a codificação dos temas, as propostas e hipóteses de pesquisa foram avaliadas em cada artigo, buscando relacionar seu tema com as 16 tipologias de Lesage e Wechtler (2012). Se o tema não fosse conciliável com nenhuma das tipologias predefinidas, ele seria relacionado a uma nova tipologia. Esse procedimento de codificação foi o mesmo usado no trabalho de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018). Notou-se, de uma maneira diferente dos estudos referidos anteriormente, que neste se identificou todos os temas por artigo, uma vez que muitos destes artigos compreendem mais de um tema sobre auditoria. Por essa razão uma análise das relações entre os temas sobre auditoria foi desenvolvida.

Para melhor entendimento da classificação dos temas, o Quadro 4 apresenta os 16 temas abordados por Lesage e Wechtler (2012). Os 16 temas desenvolvidos por esses autores foram considerados no estudo de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) que incluíram mais sete temas para investigar a associação dos estudos relacionados a auditoria com as normas do SOX, conforme já mencionado. A combinação feita por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) gerou um conjunto de 22 temas, sendo no presente trabalho incluído mais quatro temas destacados do Quadro 4 em negrito.

Quadro 4 - Temas pesquisados em auditoria

16 temas abordados por Lesage e Wechtler (2012)	22 temas abordados por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018)	26 temas a investigar no presente trabalho
PROF	PROF	PROF
REPO	REPO	REPO
INTR	INTR	INTR
NAS	NAS	NAS
CONT	CONT	CONT
LITG	LITG	LITG
CGOV	CGOV	CGOV
GCOP	GCOP	GCOP
MRKT	MRKT	MRKT
TAX	TAX	TAX
EDUC	EDUC	EDUC
SAMP	SAMP	SAMP
PROC	PROC	PROC
RISK	RISK	RISK
JUDG	JUDG	JUDG
CLT	INTE	INTE
	EXTE	EXTE
	MIDI	MIDI
	ICONT	ICONT
	RESE	RESE
	ACOM	ACOM
	SEDC	SEDC
		<b>RELA</b>
		<b>AMA</b>
		<b>OPA</b>
		<b>ETHI</b>

Fonte: Elaborado com base em Lesage e Wechtler (2012) e Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018).

A definição dos assuntos tratados em cada tipologia, de acordo com os trabalhos de Lesage e Wechtler (2012) e de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018), são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Critério de classificação dos temas abordados em pesquisa de auditoria

(continua)

Temas	Definições
Mercado de auditoria (MRKT)	Estabelecimento de empresas de auditoria, estudos relacionados à empresa de auditoria, taxas de auditoria e honorários cobrados para serviços de auditoria
Relatório de auditoria (REPO)	Análise sobre o valor justo, ajustes e erros existentes nas demonstrações financeiras ou contábeis e relatórios de transparência
Governança corporativa (CGOV)	Gerenciamento de resultado, custos de capital, conselho de administração e CEO
Risco de Fraude e risco de auditoria (RISK)	Fraude, risco de distorção, tempo estimado pelo auditor para realizar tarefas, metodologia de auditoria e erros contábeis
Regulamentação internacional (INTR)	Aplicação e implementação de regras para divulgação de demonstrações financeiras, autoridade reguladora, aspectos legais relativos a proteção de partes interessadas e responsabilidade legal das empresas
Responsabilidade e litígio (LITG)	Litígios de risco, hipóteses de seguro, sanções impostas às empresas de auditoria, reputação do auditor e litígio dos custos
Profissão (PROF)	Nível de experiência, idade, formação educacional, sustentabilidade especializada e atuarial



Quadro 5 – Critério de classificação dos temas abordados em pesquisa de auditoria

(Conclusão)

Auditoria fiscal (TAX)	Dupla tributação, taxas de cobrança, direito fiscal, serviços fiscais e incentivos fiscais
Comitê de auditoria (ACOM)	Conhecimento da área financeira, tamanho, eficácia, papel de comitê, titularidade de membros independentes e experiência legal
Auditoria externa (EXTE)	Qualidade dos serviços de auditoria, independência do auditor, poder de barganha do cliente, atraso no trabalho, valor agregado, serviço de garantia, demissão /aposentadoria do auditor, ética e relação cliente-auditor
Auditoria Interna (INTE)	Terceirização de auditoria interna, monitoramento contínuo, conhecimento contábil, competência, investimento, campo do treinamento de gerenciamento, experiência, ética e eficiência
Controle interno (ICON)	Deficiências de controle interno, fraquezas materiais, relatórios de gerenciamento de voluntários, efetividade, recursos humanos, qualidade, tecnologia da informação, relatórios públicos, custo, confiabilidade, investimento e eficiência
Cobertura de mídia em contabilidade (MIDI)	Exposição de escândalo pela empresa, divulgação de relatórios financeiros pelas empresas em mídia de empresa e informações sobre a imagem da empresa
Pesquisa (RESE)	Estudo da revisão da literatura em auditoria, temática, bibliometria e metodologia de pesquisa
Dados socioeconômicos da empresa (SEDC)	Tamanho da empresa, idade, complexidade operacional, localização, valor da empresa e aspectos de classificação como públicas, privadas e sem fins lucrativos

Fonte: Adaptado de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018, p. 45-48).

As definições dos temas sobre auditoria dispostas no Quadro 5 foram adaptadas de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018), sendo as mesmas definições adotadas nesse trabalho. O Quadro 6 apresenta a definição dos quatro novos temas desse presente trabalho.

Quadro 6 - Definição dos temas incluídos na pesquisa

<b>Temas</b>	<b>Definições</b>
Auditoria Ambiental (AMA)	Todos os assuntos que se tratam da auditoria Ambiental
Auditoria Operacional (OPA)	Todos os assuntos que se tratam de auditoria operacional
Ética/Moral (ETHI)	Todos os assuntos acerca da ética ou moral, código de ética
Relação sobre auditoria (RELA)	Todos assuntos tratando do relacionamento ou relação sobre auditoria

Fonte: Elaborada pela autora.

Após se apresentar as etapas dos passos metodológicos, a próxima seção tratará da análise e discussão dos resultados.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 3 apresenta a quantidade de artigos extraídos de cada revista que compuseram a amostra, suas classificações Qualis e a porcentagem que cada uma representa. Como pode-se observar, a revista Contabilidade & Finanças (RCF-USP) foi aquela que apresentou uma quantidade mais significativa com 35 artigos (12,4%), seguida pela Pensar Contábil (PECONT) com 24 artigos (8,5%), revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (RCMCC) com 19 artigos (6,7%). As revistas Contabilidade Gestão e Governança (RCGG) e Catarinense da Ciência Contábil (RECCC) com 17 artigos (6%) cada. A revista Contabilidade e Organizações (RCO) com 16 artigos (5,67%), a de Contabilidade Vista e Revista (CVR) com 15 artigos (5,3%). As revistas Universo Contábil (RUC), Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC), Contabilidade e Controladoria (RC&C) e Auditoria Governança e Contabilidade (RAGC) com 11 artigos (3,9%) cada. Também as revistas Contemporânea de Contabilidade (RCC-UFSC) e Sociedade Contabilidade e Gestão (SCG) com dez artigos (3,5%) cada. O estudo definiu como produtivas as revistas que publicaram dez artigos ou mais no período estudado. Assim, as 13 revistas mencionadas foram consideradas como as revistas mais produtivas do estudo.

Tabela 3 – Representação dos artigos por periódico

(continua)

Revista com artigo sobre Auditoria	Revista abreviada	QUALIS	Quant. de artigos	% da amostra
Contabilidade Vista Revista	CVR	A2	15	5,3%
Revista de Contabilidade e Organizações	RCO	A2	16	5,7%
Revista Contabilidade & Finanças	RCF-USP	A2	35	12,4%
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	RCC-UFSC	A2	10	3,5%
Revista Universo Contábil	RUC	A2	11	3,9%
Advance in Scientific and Applied Accounting	ASAA	A2	3	1,1%
Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	BASE-RAC	B1	3	1,1%
Contabilidade, Gestão e Governança	RCGG	B1	17	6,0%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	REPEC	B1	11	3,9%
Enfoque: Reflexão Contábil (Maringá)	ERC	B1	7	2,5%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	RCMCC	B2	19	6,7%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	RGFC	B2	3	1,1%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	SCG	B2	10	3,5%
Pensar Contábil	PECONT	B2	24	8,5%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	RECCC	B2	17	6,0%
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	RACE	B3	4	1,4%
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace	RACEF	B3	3	1,1%
Revista de Contabilidade e Controladoria	RC&C	B3	11	3,9%
Revista Mineira de Contabilidade	REMICONT	B3	4	1,4%
Revista de Administração e Contabilidade	RAC-IESA	B4	3	1,1%
Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade	RACG	B4	11	3,9%

Tabela 3 – Representação dos artigos por periódico

(conclusão)				
Revista com artigo sobre Auditoria	Revista abreviada	Qualis	Quant. de artigos	% da amostra
Revista de Contabilidade da UFBA	RC-UFBA	B4	8	2,8%
Revista Dom Alberto da Contabilidade	RDAC	B4	6	2,1%
Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP	RFC-UNIMEP	B4	3	1,1%
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	GECONT	B4	2	0,7%
Revista Unemat de Contabilidade	R-UNEMAT	B4	4	1,4%
Contabilometria-Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting	BJQMAA	B4	1	0,4%
Revista Conhecimento Contábil	RECOCONT	B4	1	0,4%
Revista de Administração e Contabilidade	REAC	B5	5	1,8%
Registro Contábil	RECONT	B5	6	2,1%
Revista de Informação Contábil	RIC	B5	9	3,2%
<b>Total</b>			<b>282</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, de acordo com a Tabela 3, as revistas que apresentaram menores números de artigos, entre um e três, destacam-se com três artigos cada, a de *Advance in Scientific and Applied in Accounting* (ASAA), a de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE - RAC), a de Gestão, Finanças e Contabilidade (RGFC), a de Administração e Economia da Fundace (RACEF), a de Administração e Contabilidade (RAC-IESA) e a de Finanças e Contabilidade da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Com dois artigos tem-se a revista de Gestão e Contabilidade da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Somente com um artigo sobre auditoria no período tem-se a revista Contabilometria do Brasil Aplicado a Métodos Contábeis ou *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting* (BJQMAA) e a de Conhecimento Contábil (RECOCONT).

Tabela 4 – Quantidade de artigos publicados por revista anualmente por extrato Qualis

Revista abreviada	Anos																			Total		
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2018	
CVR					1	1				1	6	2	2			1				1	15	
RCO									1			3	2	1	1	4					4	16
RCF-USP				1	1	4	1	2	1	2	2	1	2	3	1	3	3	1	3	4	35	
RCCCUFSC									2					1	1	1				2	3	10
RUC											1		2	1	1	3	1	1	1		11	
ASAA													2	1							3	
BASE - RAC															1	1			1		3	
RCGG					1			1		2		1		1	1	1	1	4	2	2	17	
REPEC										1					3	1	1	2	2	1	11	
ERC										1				1	1		1	2		1	7	
RCMCC		1	3				2	1	1	2			1	1	4	2	1				19	
GESTAO F e C														1						2	3	
SCG										1	1					1	2			3	2	10
PECONT				2				2	2	2	2	1		3	1			4	4	1	24	
RCCC										2	2	1	1			3	1	2	1	4	17	
RACE																1			2	1	4	
RACEF																1			1	1	3	
RC&C											1				1	3	3			3	11	
REMICONT																	1	1	1	2	4	
RACIESA																			1	2	3	
RAGC																1	2	3		5	11	
RC -UFBA											1			2	1	2	1			1	8	
RDAC														2			1			3	6	
RFC-UNIMEP																	1			2	3	
UFPIGECONT																		2			2	
R- UNEMAT														2	1	1					4	
BRAZILIAN																					1	1
RECOCONT																		1			1	
REAC											1			1	1						2	5
RECONT													3		1	1	1				6	
RIC										2	3						1		2	1	9	
<b>Grand total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>282</b>	
<b>Porcentagem</b>	0,0%	0,35%	1,06%	1,06%	1,06%	1,77%	1,06%	2,13%	2,48%	4,61%	5,67%	5,67%	5,32%	6,38%	6,74%	9,93%	7,45%	9,57%	10,99%	16,67%	100%	

Fonte: dados da pesquisa.

Após a representação das revistas que compõem a amostra final, mostra-se, por meio da Tabela 4, a quantidade de artigos publicados anualmente para cada uma das revistas ao longo do período considerado neste estudo. Vale destacar “crescimento dos programas em pós-graduação” (2009-2018), período também pós-adoção das normas brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade, houve um crescimento acentuado de artigos sobre auditoria publicados pelas revistas. Neste contexto observa-se que 84% dos artigos que compõem a amostra foram publicados no período de 2009 a 2018. Nos quatro últimos anos, os números de publicações evoluíram de maneira significativa, sendo 16,67% publicados em 2018, 10,99% em 2017 e 9,57 % em 2016 e 7,45% em 2015. Este cenário mostra que houve maior interesse por parte das revistas e dos acadêmicos em realizar e publicar artigos sobre os temas relacionadas a auditoria.

A Tabela 4 mostra a quantidade de artigos publicados anualmente sobre auditoria em cada revista destacando-se até três maiores números na análise dos anos para cada revista. Considera-se também todos os números idênticos, caso fossem considerados um dos maiores números para cada ano. Na sequência aponta-se na posição vertical as principais observações a respeito.

Em 1999, o ano inicial do período do estudo, não havia nenhum artigo publicado.

No ano de 2000 um artigo foi publicado na revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis. Esse ano foi o único ano com menor número de publicação.

Nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2005 foram publicados três artigos por cada ano. No primeiro ano os três artigos foram publicados na revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis (UERJ). No segundo ano duas revistas foram responsáveis para a divulgação desses artigos, Pensar Contábil publicou dois artigos, maior número de publicação do ano. No terceiro ano, ou seja, em 2003, três artigos foram publicados nas revistas Contabilidade Vista e Revista, Contabilidade & Finanças da USP e Contabilidade Gestão e Governança, em razão de um por revista. As revistas de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis e Contabilidade & Finanças da USP foram responsáveis para publicar os artigos de 2005, mas foi a de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis que publicou o maior número de publicação do ano, ou seja dois artigos.

Em 2004 comparado com 2003, houve um aumento nas publicações para cinco artigos que foram distribuídos por duas revistas, sendo quatro foram publicados na revista Contabilidade & Finanças da USP que foi o maior número de publicação do ano. Percebeu-se uma diminuição nas publicações em 2005 para a publicação de três artigos.

Em 2006, seis artigos foram publicados em quatro revistas que são: Contabilidade & Finanças da USP, Contabilidade Gestão e Governança, Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis e Pensar Contábil. O maior número de publicações para esse ano foi nas revistas Contabilidade & Finanças e Pensar Contábil com dois artigos publicados por cada uma delas.

Em 2007 teve um aumento para sete artigos que foram publicados em cinco revistas: Contabilidade e Organizações, Contabilidade & Finanças da USP, Contemporânea de Contabilidade, Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis do Pensar Contábil. O maior número de publicação do referido ano foi de dois artigos publicados nas revistas Contemporânea de Contabilidade e Pensar Contábil, por cada uma delas.

A partir de 2008, as publicações foram feitas em oito revistas, aumentaram a produção para 13 artigos publicados; o maior número de publicações deste ano foi dois artigos publicados nas revistas Contabilidade & Finanças, Contabilidade Gestão e Governança, Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis, Pensar Contábil e Catarinense da Ciência Contábil, cada.

As publicações passaram para 16 em 2009, distribuídas em sete revistas, os maiores números de publicação foram seis, publicados na Contabilidade Vista e Revista (única revista que publicou maior número dos maiores em um ano, foi o ano de 2009 com seis artigos, e esse ano também foi o único do estudo com maior número de publicação), seguido por dois publicados nas revistas Contabilidade e Organizações, Pensar Contábil, Catarinense da Ciência Contábil e Informação Contábil, cada. As produções em 2010 ficaram constante comparativamente ao ano de 2009 para 16 artigos publicados em 11 revistas, os maiores números de artigos desse ano foram publicados nas revistas Contabilidade e Organizações e Informação Contábil com três artigos por cada uma delas, seguido por dois publicados na revista Contabilidade Vista e Revista.

Em 2011, oito revistas foram responsáveis pelas publicações do ano, havendo uma diminuição para 15 publicações, e os maiores números de artigos publicados nesse ano foram: três, na revista Registro Contábil, seguido por dois publicados nas revistas Contabilidade Vista e Revista, Contabilidade e Organizações, Contabilidade & Finanças, Universo Contábil e *Advance in Scientific and Applied Accounting*, cada.

Em 2012 os números de publicações voltaram a aumentar para 18 artigos, publicados em 12 revistas. Os maiores números de publicações nesse ano citado foram de três artigos, publicados nas revistas Contabilidade & Finanças e Pensar Contábil por cada uma delas,

seguido por dois publicados nas revistas Dom Alberto de Contabilidade e Unemat de Contabilidade, cada.

No próximo ano, ou seja, 2013, 19 artigos foram publicados em 13 revistas, sendo os maiores números de publicação de artigos foram quatro, publicados na revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis, seguido por três publicados na revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e dois na revista de Contabilidade da UFBA.

Em 2014, o número das publicações aumentou para 28 artigos publicados em 18 revistas, maiores números de publicação foram de quatro artigos na revista Contabilidade e Organizações, seguido por três publicados nas revistas Contabilidade & Finanças, Universo Contábil e Catarinense da Ciência Contábil, por cada uma delas e dois na revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis. O número das publicações diminuiu em 2015 para 21 publicados em 15 revistas, maiores números da produção do ano foram: três, publicados nas revistas Contabilidade & Finanças e Contabilidade e Controladoria, por cada uma delas, seguido por dois publicados nas revistas Sociedade, Contabilidade e Gestão e Unemat de Contabilidade, cada. Mesmo que a produção diminuiu nesse ano, percebeu-se nesse período mesmo um crescimento de forma acentuada nas produções até o final do estudo.

Os anos de 2016, 2017 e 2018 apresentaram os números de publicações que tiveram maior crescimento.

No ano de 2016, 27 artigos foram publicados em 14 revistas, os maiores números da produtividade deste ano foram de quatro artigos, nas revistas Contabilidade, Gestão e Governança e Pensar Contábil, por cada uma delas, seguido por três na revista de Contabilidade e Controladoria e dois nas revistas Educação e Pesquisa em Contabilidade, Enfoque: Reflexão Contábil, Catarinense da Ciência Contábil, Auditoria Governança e Contabilidade e a de Gestão e Contabilidade da UFPI, cada.

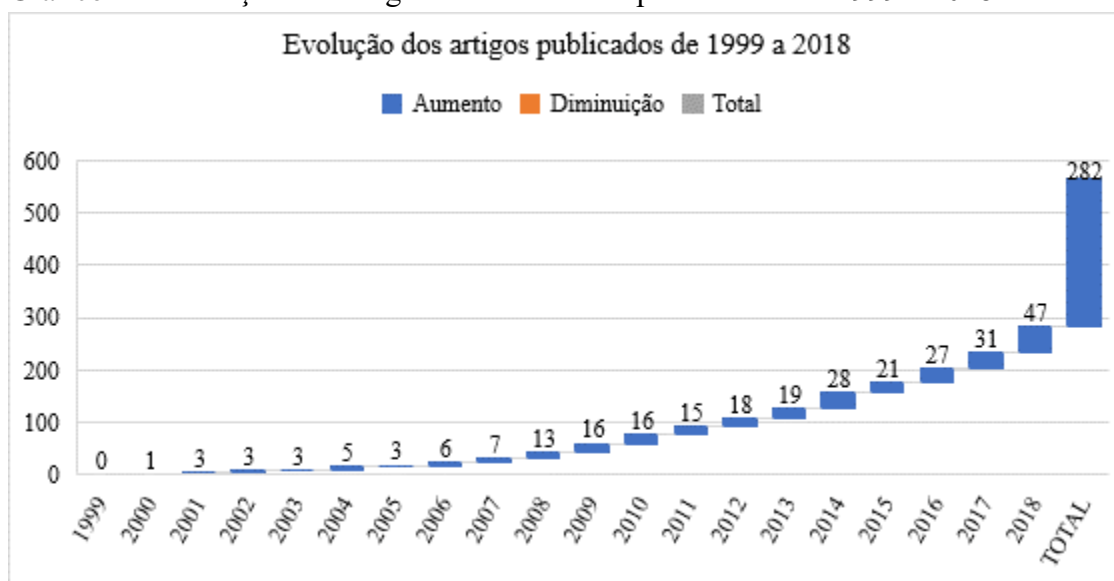
Em 2017, 31 artigos foram publicados em 16 revistas, sendo os maiores números da produção do ano foram quatro artigos publicados na revista Pensar Contábil, seguido por três nas revistas Contabilidade & Finanças da USP, Sociedade Contabilidade e Gestão, Auditoria Governança e Contabilidade, por cada uma delas e dois nas revistas Contemporânea de Contabilidade, Gestão Governança e Contabilidade, Educação e Pesquisa em Contabilidade, a de Gestão, Finanças e Contabilidade, a de Administração, Contabilidade e Economia e a de Informação Contábil, cada.

Já em 2018, 47 artigos foram publicados em 22 revistas, levando em conta a presença das 22 revistas que somam o número da produtividade do ano citado, esse ano foi o ano mais produtivo do estudo e maiores números de produções dele foram de cinco artigos publicados

na revista de Auditoria Contabilidade e Governança, seguido por quatro artigos publicados nas revistas de Contabilidade e Organizações, Contabilidade & Finanças da USP, revista Catarinense da Ciência Contábil por cada uma delas e três nas revistas Contabilidade e Controladoria e a de Dom Alberto de Contabilidade, cada.

A evolução das pesquisas acadêmicas sobre a auditoria no período de 1999 a 2018 pode ser notada no Gráfico 1, onde é apresentado o volume anual das publicações.

Gráfico 1 – Evolução dos artigos sobre auditoria publicados de “1999 a 2018”



Fonte: Dados da pesquisa.

Como esperado, o Gráfico 1 mostra que tinha três anos com um número de publicação constante, ou seja, 2001, 2002 e 2003 com três artigos publicados em cada ano. Constatou-se também que a quantidade de artigos publicados anualmente chegou a 13 publicações em 2008. A partir de 2009 observa-se um salto de 16, representando um aumento interessante em relação de 2008. Em 2010 as publicações mantem o mesmo número de publicação de 2009, volume que se diminui em 2011 para 15. Em 2012, o número de publicação aumentou para 18 artigos e em 2013 para 19 artigos. Também houve um crescimento considerável nas publicações com 28 artigos em 2014, seguido de uma queda para 21 artigos em 2015. Nos anos posteriores, houve maior crescimento até atingir um volume de 47 artigos em 2018, o maior nível desde 2010, período da adoção das IFRS. O Gráfico 1 mostra que houve maior interesse em pesquisas sobre os temas relacionados a auditoria a partir de 2015 a 2018, tendo registrado maior volume de artigos publicados durante o período pós IFRS, com o aumento da produção a partir de 2009.



Tabela 5 – Resultado anual por periódico na ordem Qualis

(continua)

Revista abreviada	Quant. e %	Anos																			Total
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
CVR	Q %				1	1				1	6	2	2			1				1	15
					7%	7%				7%	40%	13%	13%			7%				7%	100%
RCO	Q %								1			3	2	1	1	4				4	16
									6%			19%	13%	6%	6%	25%				25%	100%
RFCUSP	Q %			1	1	4	1	2	1	2	2	1	2	3	1	3	3	1	3	4	35
				3%	3%	11%	3%	6%	3%	6%	6%	3%	6%	9%	3%	9%	9%	3%	9%	11%	100%
RCCUFSC	Q %								2					1	1	1			2	3	10
									20%					10%	10%	10%			20%	30%	100%
RUC	Q %									1		2	1	1	3	1	1	1			11
										9%		18%	9%	9%	27%	9%	9%	9%			100%
ASAA	Q %											2	1								3
												67%	33%								100%
BASERAC	Q %														1	1			1		3
															33%	33%			33%		100%
RCGG	Q %				1			1		2		1		1	1	1	4	2	2		17
					6%			6%		12%		6%		6%	6%	6%	24%	12%	12%		100%
REPEC	Q %									1					3	1	1	2	2	1	11
										9%					27%	9%	9%	18%	18%	9%	100%
ERC	Q %									1				1	1		1	2		1	7
										14%				14%	14%		14%	29%		14%	100%
RCMCC	Q %		1	3			2	1	1	2			1	1	4	2	1				19
			5%	16%			11%	5%	5%	11%			5%	5%	21%	11%	5%				100%
RGFC	Q %													1					2		3
														33%					67%		100%
SCG	Q %										1	1				1	2		3	2	10
											10%	10%				10%	20%		30%	20%	100%
PECONT	Q %				2			2	2	2	2	1		3	1			4	4	1	24
					8%			8%	8%	8%	8%	4%		13%	4%			17%	17%	4%	100%
RCCC	Q %									2	2	1	1			3	1	2	1	4	17
										12%	12%	6%	6%			18%	6%	12%	6%	24%	100%
RACE	Q %															1			2	1	4
																25%			50%	25%	100%

Tabela 5 – Resultado anual por periódico na ordem Qualis

(conclusão)

Revista abreviada	Quant. e %	Anos																			Total	
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2018
RACEF	Q %															1 33%			1 33%	1 33%	<b>3</b> <b>100%</b>	
RC&C	Q %											1 9%				1 9%	3 27%	3 27%			3 27%	<b>11</b> <b>100%</b>
REMICONT	Q %																		1 25%	1 25%	2 50%	<b>4</b> <b>100%</b>
RACIESA	Q %																			1 33%	2 67%	<b>3</b> <b>100%</b>
RAGC	Q %																1 9%	2 18%	3 27%	5 45%	<b>11</b> <b>100%</b>	
RCUFBA	Q %											1 13%			2 25%	1 13%	2 25%	1 13%	0%		1 13%	<b>8</b> <b>100%</b>
RDAC	Q %													2 33%					1 17%		3 50%	<b>6</b> <b>100%</b>
REFICONT	Q %																			1 33%	2 67%	<b>3</b> <b>100%</b>
GECONT	Q %																		2 100%			<b>2</b> <b>100%</b>
RUNEMAT	Q %													2 50%	0%	1 25%	1 25%					<b>4</b> <b>100%</b>
BJMAA	Q %																				1 100%	<b>1</b> <b>100%</b>
RECOCONT	Q %																		1 100%			<b>1</b> <b>100%</b>
REAC	Q %														1 20%	1 20%	1 20%				2 40%	<b>5</b> <b>100%</b>
RECONT	Q %													3 50%		1 17%	1 17%	1 17%				<b>6</b> <b>100%</b>
RIC	Q %											2 22%	3 33%					1 11%		2 22%	1 11%	<b>9</b> <b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Em busca de um panorama sobre a contribuição anual de cada periódico, a Tabela 5 foi construída para apresentar a quantidade e a porcentagem dos artigos publicados para cada revista em cada ano ao longo do período de estudo. Assim, em termos percentuais, tem-se 13 revistas com maiores números de produções assim consideradas aquelas com número de produções maior ou igual a dez, sendo aquelas mencionadas no primeiro parágrafo de análise dos resultados.

Dentre as 13 revistas mais produtivas sobre auditoria, observou-se que a revista de Contabilidade & Finanças da USP foi a mais produtiva do estudo, tendo iniciado suas publicações sobre auditoria em 2002, totalizando 35 artigos sobre o tema. Destacam-se os anos de 2004 e 2018 como os mais produtivos, com a publicação de quatro artigos que foram publicados em cada ano, ou seja, 11% do total de artigos publicados pela revista.

A revista Pensar Contábil realizou sua primeira edição em 2002 e gerou 24 artigos sobre auditoria. Nos anos de 2003, 2004, 2005, 2011, 2014 e 2015, a revista não publicou artigos sobre auditoria, e os anos de 2016 e 2017 foram os mais produtivos da mesma, com quatro artigos publicados, ou seja, 17% para cada ano. Em 2018, houve uma queda considerável tendo sido publicado somente um artigo sobre auditoria.

A revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis publicou 19 artigos no total. Seu primeiro trabalho em auditoria foi publicado em 2000, tendo sido a única e primeira revista que publicou sobre o tema nesse período. Essa revista apresentou uma ausência de publicações sobre auditoria em 2002, 2003, 2004, 2009 e 2010; após, desde o ano de 2015 até o período final do estudo nenhum artigo sobre o tema foi publicado. O ano de 2013 foi o ano mais produtivo em termos de publicação sobre auditoria, com quatro artigos publicados, ou seja, 21% do total de artigos publicados pela revista.

As revistas Contabilidade Gestão e Governança e Catarinense da Ciência Contábil publicaram o mesmo número de artigos, quais sejam, 17 artigos cada. A primeira revista teve sua edição inicial sobre auditoria no ano de 2003. Houve uma ausência de publicações nos anos de 2004, 2005, 2007, 2009 e 2011. O ano de 2016 foi o mais produtivo para ela com quatro artigos publicados, ou seja, 24% do total de artigos publicados pela revista. A segunda iniciou suas publicações no ano de 2008, tendo uma ausência de publicações sobre o tema nos anos de 2012 e 2013. O ano de 2018 foi o ano mais produtivo para ela com quatro artigos publicados, ou seja, 24% do total de artigos publicados pela revista.

Na revista Contabilidade e Organizações, o primeiro trabalho sobre auditoria foi publicado em 2007. Teve uma ausência de publicação nos anos de 2008, 2009, 2015, 2016 e 2017 sobre o tema. Essa revista gerou 16 artigos sobre auditoria no total. E os anos de 2014 e

2018 foram os mais produtivos, com a publicação de quatro artigos, ou seja, 25% para cada ano.

A revista Vista e Revista publicou 15 artigos e 2003 foi o ano da sua primeira publicação sobre auditoria. O ano de 2009 foi o mais produtivo com seis artigos publicados, ou seja, 40% das publicações da revista. Foi também o periódico que publicou o maior número em um ano sobre o tema em todo o período do estudo, ou seja, seis artigos em 2009. Nos anos de 2005, 2006, 2007, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017, a revista não publicou nenhum artigo.

As revistas Universo Contábil, Educação e Pesquisa em Contabilidade, Contabilidade e Controladoria, e Auditoria, Governança e Contabilidade detêm o mesmo número de publicações, ou seja, 11 artigos sobre auditoria a cada uma delas. A revista Universo Contábil publicou pela primeira vez artigos sobre auditoria a partir de 2009. Em 2010 e 2018 nenhum artigo foi publicado sobre o tema e, em 2014 observa-se o maior número de produção para a revista com três artigos, ou seja, 27% do total de artigos publicados pela revista. A segunda revista fez sua primeira publicação em 2008 e ela não publicou nenhum artigo durante quatro anos consecutivos: 2009, 2010, 2011 e 2012. O ano de 2013 foi o mais produtivo com três artigos publicados, ou seja, 27% do total de artigos publicados pela revista. A terceira revista publicou o primeiro artigo sobre auditoria em 2010, sem haver publicações nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2017. Os anos 2015, 2016 e 2018 foram os mais produtivos com três artigos cada, ou seja, 27% de publicações em cada um desses anos. A revista Auditoria, Governança e Contabilidade, ou seja, a última fez sua primeira publicação a partir de 2015. O ano de 2018 foi o mais produtivo com a publicação de cinco artigos publicados, ou seja, 45% do total de artigos publicados pela revista.

As revistas Contemporânea de Contabilidade e Sociedade, Contabilidade e Gestão tiveram o mesmo número de publicações, ou seja, 10 artigos cada. A primeira fez sua primeira edição em 2007. O ano 2018 foi o mais produtivo para a revista Contemporânea de Contabilidade com três artigos, ou seja, 30% do total de artigos publicados pela revista, com ausência de publicação sobre auditoria nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2015 e 2016. A segunda revista publicou seu primeiro artigo sobre auditoria em 2009 e não publicou artigos nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2016, e o ano de 2017 foi o mais produtivo com três artigos, ou seja, 30% do total de artigos publicados pela revista.

Dentre as 13 revistas com maior publicação em auditoria, a revista de Contabilidade & Finanças da USP e a revista de Auditoria, Governança e Contabilidade foram as que publicaram artigos sobre auditoria ininterruptamente em todos os anos do estudo.

Tabela 6 – Quantidade de temas por ano na pesquisa sobre auditoria (temas na ordem alfabética)

Temas em auditoria	Anos																		Total		
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		2017	2018
Amostra em auditoria					1			3	1		1							1	1		8
Auditoria Ambiental				1							1	1		1							4
Auditoria de imposto													1	1			1				3
Auditoria Externa										2		2		1		1		2		3	11
Auditoria Interna										1	1			1		1		2	1	1	8
Auditoria Operacional															1				1		2
Comitê de auditoria								1			1	1			3	1		2	3	1	13
Contrato Auditor-Auditado												1					1				4
Controle interno							1	1			1	1		1		1					8
Dados Sócio econômicos da empresa			1													1		1			5
Educação			1							1		1		1	2	2	1			2	11
Ética/Moral			1		1											1					3
Governança Corporativa							1		1		1		1	1	2			1	1	4	13
Julgamento do auditor												1			1		1	1	1		5
Mercado da auditoria						3			1	3		4	5	4	3	4	4	8	9	8	56
Parecer de Continuidade										3	6	1	2		3	3	1	2		5	26
Pesquisa									2	1	1	1				2	1	1	3	6	18
Procedimento de auditoria		1									1	1		2	1	1					7
Profissão				1		2		1	2	1		1	1	1	1	3	3	1	2	7	27
Regulação Internacional							1		1				3			5	2	1		3	16
Relação															1		1	2	2	1	7
Relatório de auditoria e usuários das demonstrações contábeis													1	3			5	2	4		15
Responsabilidade e Litígio				1																1	2
Risco de fraude e Risco de auditoria					1				1					1		1			1	1	6
Serviços não relacionados a auditoria											2				1	1					4
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>282</b>

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 6 apresenta os temas relacionados a auditoria que foram mais discutidos pelos autores durante o período do estudo. De acordo com as definições metodológicas atribuídas para os temas no Quadro 5 em que se apresenta o critério de classificação dos temas abordados em pesquisa de auditoria, constatou-se, a partir da Tabela citada, que alguns temas são emergentes e outros estão em declínio. O tema cobertura da mídia não é tratado em nenhum artigo da amostra, assim ela não será considerada. Essa qualificação foi realizada somente para se avaliar as temáticas mais publicadas. Então, pode-se observar que 25 temas foram os mais tratados na literatura investigada. Identificou-se os temas mais profícuos ou mais publicados considerando para tanto todo tema com um número de dez ou mais publicações. Assim tiveram maior representatividade os temas Mercado de Auditoria (MRKT) que foi discutido 56 vezes, Profissão (PROF) foi discutido 27 vezes, Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP) foi tratado 26 vezes, Pesquisa em Auditoria (RESE) foi debatido 18 vezes, Regulação Internacional (INTR) foi discutido 16 vezes, Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO) foi discutido 15 vezes, Comitê de Auditoria (ACOM) e Governança Corporativa (CGOV) foram citados 13 vezes cada, por fim Auditoria Externa (EXTE) e Educação (EDUC) foram debatidas 11 vezes cada. Na seguinte sequência apresenta-se mais detalhes sobre esses temas.

Em primeira posição entre aqueles com mais de dez temas, o tema Mercado de Auditoria (MRKT) foi tratado 56 vezes em 12 anos, três vezes em 2004, uma vez em 2007, três vezes em 2008, quatro vezes em 2010, cinco vezes em 2011, quatro vezes em 2012, três vezes em 2013, quatro vezes em 2014 e em 2015, oito vezes em 2016, nove vezes em 2017 e oito vezes em 2018. Esse tema teve o maior resultado com uma representatividade de 19,8%, começou por ser tratado a partir de 2004, não teve nenhuma publicação nos anos de 2005, 2006 e 2009. Apontou-se que o tema foi mais discutido no ano de 2017 com a frequência de 9 publicações. Os artigos referem-se aos fatores associados às empresas no mercado de auditoria como mencionado no Quadro 5.

O tema Profissão foi tratado em segunda posição, entre aqueles com mais de dez temas, com uma porcentagem de 9,5% na amostra do estudo e foram mencionados 27 vezes. Esse tema (PROF) com 27 publicações em 14 anos, inicialmente uma vez em 2002, duas vezes em 2004, uma vez em 2006, duas vezes em 2007, uma vez nos anos 2008, 2010, 2011, 2012, 2013 cada, três vezes em 2014 e em 2015, uma vez em 2016, duas vezes em 2017, sete vezes em 2018. O tema não foi discutido nos anos de 2003, 2005 e 2009 e foi mais tratado em 2018 com a frequência de sete publicações. Os trabalhos sobre esse tema tratam-se dos

assuntos que tem que ver com nível de experiência, idade, formação educacional, sustentabilidade especializada e atuarial.

Em terceira posição é o tema Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP) que foi tratado 26 vezes em nove anos. Durante o estudo, o primeiro tratamento do tema foi em 2008 e foi tratado três vezes nesse ano, seis vezes em 2009, uma vez em 2010, duas vezes em 2011, três vezes em 2013 e em 2014, uma vez em 2015, duas vezes em 2016 e cinco vezes em 2018. O tema não foi discutido nos anos de 2012 e 2017 e a frequência mais elevada do tema foi em 2009 com seis publicações. Os trabalhos sobre este tema discutem os fatores que envolvem a opinião do auditor ao emitir relatórios sobre a capacidade dos clientes em continuar com seus negócios. Esse tema teve uma representatividade de 9,21%.

O quarto tema mais investigado no período de análise foi Pesquisa em Auditoria (RESE), tratado 18 vezes em nove anos, abordado duas vezes em 2008 pela primeira vez, uma vez em 2009, 2010 e 2011, duas vezes em 2014, uma vez em 2015 e 2016, três vezes em 2017 e seis vezes em 2018. O tema não foi debatido nos anos 2012 e 2013. A frequência mais elevada do tema foi em 2018, publicado seis vezes. Como referência, destaca-se, o estudo da revisão da literatura em auditoria, temática, bibliometria e metodologia da pesquisa (LESAGE; WECHTLER, 2012) esse tema provou ser de grande representatividade (6,38%).

O tema Regulação de Auditoria ficou na quinta posição nas publicações sobre auditoria (INTR), esse tema foi tratado 16 vezes em sete anos, discutido uma vez em 2005 e 2007, três vezes em 2011, cinco vezes em 2014, duas vezes em 2015, uma vez em 2016 e três vezes em 2018. O tema não foi discutido nos anos de 2006, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2017. A frequência mais alta desse tema foi cinco no ano de 2014 e foi abordado pela primeira vez em 2005. Relatam-se aplicação e implementação de regras para divulgação de demonstrações financeiras, autoridade reguladora, aspectos legais relativos à proteção de partes interessadas e responsabilidade legal das empresas, esse tema mostrou sua relevância com 5,67 % na amostra.

Em sexta posição chegou o tema Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO) foi tratado 15 vezes em cinco anos, uma vez em 2011, três vezes em 2012, cinco vezes em 2015, duas vezes em 2016, quatro vezes em 2017. O tema não foi debatido nos anos de 2013, 2014 nem no último ano do estudo. A frequência mais alta desse tema foi cinco no ano de 2015 e foi discutido pela primeira vez em 2011. Este tema apresenta artigos referentes aos relatórios de auditoria e aos impactos que podem afetar os clientes das demonstrações financeiras, com 5,31% de produção entre os mais profícuos.

Os temas Comitê de Auditoria (ACOM) e Governança Corporativa (CGOV) foram discutidos no estudo na sétima posição, cada um desses temas tinha uma frequência de 13 representações. O primeiro (ACOM) foi abordado pela primeira vez em 2006 e foi tratado 13 vezes em oito anos: uma vez em 2006, 2009 e 2010, três vezes em 2013, uma vez em 2014, duas vezes em 2016, três vezes em 2017 e uma vez em 2018. Nos anos de 2007, 2008, 2011, 2012 e 2015 o ACOM não foi discutido. O ano com maior frequência desse tema foi 2013 e 2017 com três publicações cada. Agrupam-se, nesse tema, artigos que avaliam assuntos relacionados à unidade do comitê de auditoria de empresas que podem passar por auditoria externa. Tal temática mostrou sua importância com 4,6% de frequência. Quanto ao assunto Governança Corporativa (CGOV), tratado 13 vezes em nove anos, foi abordado uma vez em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2012, duas vezes em 2013, uma vez em 2016 e 2017 e quatro vezes em 2018. Este tema não foi discutido em 2006, 2008, 2010, 2014 e 2015. A frequência mais elevada para esse tema foi 2018 com quatro publicações. Os trabalhos sobre o referido tema analisam as conexões com o processo de governança corporativa no mundo organizacional e sua proeminência foi revelada com 4,6% de frequência.

Auditoria Externa (EXTE) e Educação (EDUC) são os temas que ficaram na oitava posição, no quesito temas mais pesquisados, sendo debatidos 11 vezes cada tema. O primeiro tema (EXTE) foi tratado pela primeira vez em 2008 e foi publicado onze vezes em seis anos. Este tema foi discutido duas vezes em 2008 e 2010 cada, uma vez em 2012 e 2014 a cada um desses anos, duas vezes em 2016 e três vezes em 2018. Teve uma ausência sobre o tema nos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017. O ano com frequência mais elevada sobre o tema foi 2018 com três publicações. Este tema apresentou artigos relacionados aos serviços de auditoria e a relação entre o auditor e seu cliente durante a auditoria externa. Ele representou 3,9% de produção para os temas mais tratados. De forma similar, o segundo tema (EDUC), foi tratado pela primeira vez em 2001 e foi discutido 11 vezes em oito anos: uma vez em 2001, em 2008, em 2010 e em 2012, duas vezes em 2013 e em 2014, uma vez em 2015, duas vezes em 2017 e, naturalmente, representou também 3,9% da amostra dos temas mais comuns. O tema não foi publicado em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2011, 2016 e 2018. A frequência mais elevada do tema foi em 2013, 2014 e 2017 com duas publicações cada.

Constatou-se dentre os dez temas mais presentes do estudo o tema Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO) foi tratado durante cinco anos no período do estudo, anualmente este tema foi o menos tratado. Os temas Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP), Pesquisa em Auditoria (RESE) e Governança



Corporativa (CGOV) cada um desses temas foram discutidos durante nove anos. Para os temas Comitê de Auditoria (ACOM) e Educação (EDUC), mesma análise foi feita, esses temas foram discutidos durante oito anos, cada. O tema Profissão (PROF) foi discutido anualmente mais do que o Mercado de Auditoria que foi discutido durante 12 anos, como foi dito na análise deste tema, ele foi discutido durante 14 anos.

Observou-se na posição vertical da tabela 6, a partir de 2008 até 2018 teve um número de publicação maior que 10 artigos. Notou-se o ano de 2008 com a publicação de 13 artigos daqueles sete temas foram tratados. Os temas Mercado de Auditoria (MRKT) e Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP) foram os mais tratados para esse ano com uma frequência de três, cada.

Em 2009 com a distribuição de 16 artigos, dez temas foram tratados, o tema Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP) foi aquele mais presente neste ano com uma frequência de seis. Em 2010, o número de publicação não mudou comparado com 2009, dos 16 artigos que foram publicados 12 temas foram discutidos. Com a frequência de quatro, o tema de Mercado de Auditoria (MRKT) foi o mais debatido para o ano mencionado.

Em 2011 com a publicação de 15 artigos, 8 temas foram tratados, o tema Mercado de Auditoria (MRKT) foi o mais discutido com a frequência de cinco. No seguinte ano, ou seja, em 2012, 18 artigos foram publicados daqueles 12 temas foram discutidos. O tema mais discutido para esse ano foi Mercado de Auditoria (MRKT) com a frequência de quatro.

No ano de 2013, 19 artigos foram publicados e desses artigos publicados 11 temas foram discutidos. Os temas Comitê de Auditoria (ACOM) Mercado de Auditoria (MRKT) e Parecer de Continuidade /Opiniões dos Auditores (GCOP) foram os mais tratados para esse ano com uma frequência de três, cada. Em 2014, 28 artigos foram publicados daqueles, 15 temas foram debatidos. O tema mais discutido foi Regulação Internacional (INTR), discutido cinco vezes.

Em 2015, 21 artigos foram publicados daqueles 11 temas foram tratados, o tema mais tratado foi Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO) discutido cinco vezes neste ano. Em 2016, dos 27 artigos publicados 14 temas foram tratados, o tema mais presente deste ano foi também Mercado de Auditoria (MRKT) discutido oito vezes.

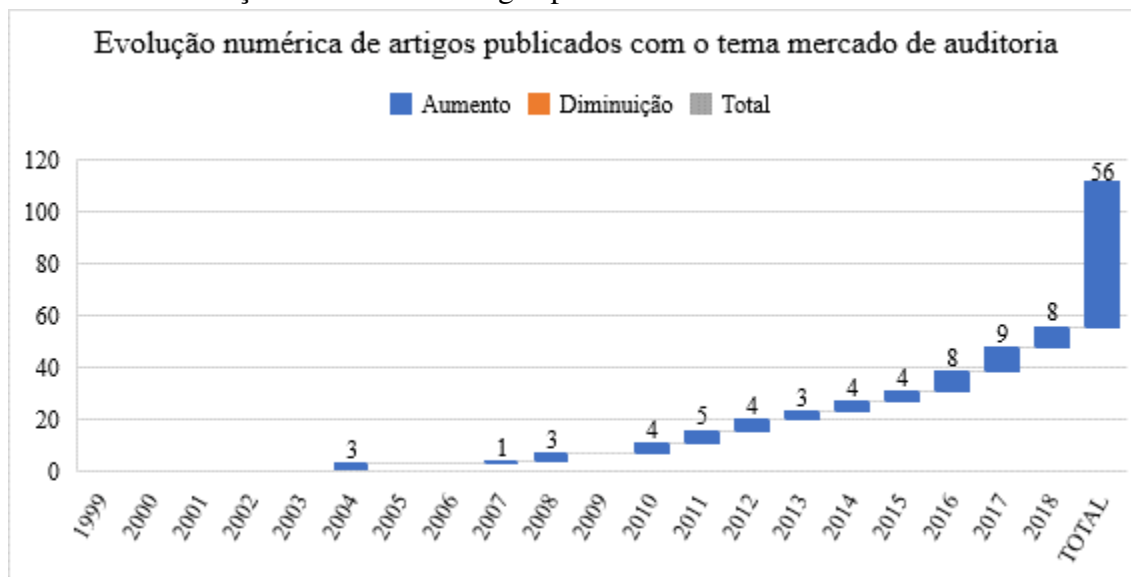
Em 2017 dos 31 artigos que foram publicados 13 temas foram discutidos; o tema mais discutido neste ano foi Mercado de Auditoria (MRKT), presente nove vezes. Em 2018, 47 artigos foram publicados 15 temas foram debatidos. O tema mais debatido para esse ano foi Mercado de Auditoria (MRKT) também com a frequência de oito.

Constata-se o ano de 1999, por sua vez, foi o ano onde nenhum artigo sobre auditoria foi publicado. Os anos de 2014 e 2018 foram os anos mais proeminentes onde 15 temas foram tratados para cada um desses anos com números de publicações diferentes, ou seja, 28 e 47 artigos respectivamente. Também, 12 temas foram tratados nos anos de 2010 e 2012 com as publicações de 16 e 18 artigos respectivamente. Por fim, mesma análise foi feita nos anos de 2013 e 2015 com número de publicações diferentes, ou seja, com 19 e 21 artigos respectivamente, trataram 11 temas em cada um desses anos.

Observa-se na Tabela 6 em resumo que o tema com a maior frequência no estudo e dos temas mais relevantes definidos foi o Mercado de Auditoria (MRKT) e os temas com a menor frequência foram Educação (EDUC) e Auditoria Externa (EXTE), dentre os dez temas definidos mais publicados. Também se destaca as representações mais relevantes do tema Mercado de Auditoria (MRKT), e demonstra a clara a proeminência do tema durante este tempo.

Dessa maneira, apresenta-se a evolução do tema mais publicado do estudo, ou seja, Mercado de Auditoria (MRKT) no gráfico 2 seguir:

Gráfico 2 – Evolução numérica de artigos publicados com o tema Mercado de Auditoria



Fonte: dados da pesquisa

Verifica-se no Gráfico 2, a evolução da presença do tema mercado de auditoria que teve o maior número de publicações no estudo. Ele foi tratado a partir de 2004, destacando-se a ausência de publicação de artigos nos anos de 2005 e 2006. No ano de 2007 diminui a produção para um, nos seguintes anos tinha uma variação decrescente, mas conseguiu manter o mesmo número durante dois anos consecutivos (2014 e 2015), aumentou em 2016 para oito.

O gráfico 2 mostrou que o tema atingiu seu nível mais alto em 2017 com nove artigos para depois diminuir para oito em 2018.

A Tabela 7 a seguir foi feita para apresenta as principais contribuições das revistas científicas ao mostrar a frequência dos temas identificados na pesquisa.

Tabela 7 – Periódicos que mais publicaram os temas do estudo (periódicos na ordem Qualis)

Temas abreviados em inglês	Revistas																										Total							
	CVR	RCO	RFCUSP	RCCUFSC	RUC	ASA	BASERAC	RCGG	REPEC	ERC	RCMCC	RGFC	SCG	PECONT	RCCC	RACE	RACEF	RC&C	REMCONT	RACIESA	RAGC	RCUFBA	RDAC	RCFUNIMEP	GECONT	RUNEMAT		BJMAA	RECOCONT	REAC	RECONT	RIC		
ACOM	1	2	2						2		1		1	1	1				1			1												13
MRKT	2	5	8		3	1	2	5	3	2	2	1	1	6			1	1			2	3		2	1					4	1		56	
PROC	1	1		1							2		1													1							7	
REPO			1	1							2		1	2	2			1			2	1	1	1									15	
SAMP	1	1	1					3			1								1														8	
JUDG	1		1					1					1							1													5	
CONT													1		1						1								1				4	
CGOV	2		1	1	1		1				1			1		1	1	1					1		1								13	
EDUC					1			3	1		1			1				1				2								1			11	
EXTE	1			1				2		1	1	1											2								2		11	
RISK	1													1	1			1			1					1							6	
ETHI				1							1						1																3	
GCOP	1	2	1	1	3			1	2	2	2			3	4						1	1							1		1		26	
INTE	1			1	1								1		1						2							1					8	
ICON				1	1					1	1				1				1				1								1		8	
INTR		1	6	1	1	1		1							1		1	1			1										1		16	
LTIG				1																													2	
NAS				1	1									1	1																		4	
PROF			4	7						1	3		1	6	1	1		1			1					1							27	
RESE	2			2			1			1			1	1				2	2	1									2		3		18	
RELA					1			1	2			1			2																		7	
SEDC					1						1														1	1			1				5	
TAX	1					1									1																		3	
AMA												1	1				1						1										4	
OPA																1													1				2	
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>282</b>		

Fonte: dados da pesquisa.

As análises foram feitas para as 13 revistas consideradas mais produtivas. De acordo com a Tabela 7, pode-se identificar até três maiores números no máximo por cada tema representando a frequência de tratamento desse tema e em quais periódicos esse tema foi mais presente. Dessa maneira analisaram-se os dez temas mais evidentes:

Mercado de Auditoria (MRKT), tema tratado 56 vezes em 21 revistas. As suas maiores frequências foram nas revistas: Contabilidade & Finanças oito vezes, Pensar Contábil seis vezes; Contabilidade e Organizações e Contabilidade Gestão e Governança cinco vezes cada.

Profissão (PROF) foi tratado 27 vezes, 11 revistas foram responsáveis pela publicação do tema, com maiores frequências nas revistas Contabilidade & Finanças da USP sete vezes, a de Pensar Contábil seis vezes, a de Contabilidade e Organizações quatro vezes.

Parecer de continuidade/ opiniões dos auditores (GCOP) foi tratado 26 vezes. Dessa forma, 15 revistas foram responsáveis por publicar esse tema, com frequência máxima na revista Catarinense da Ciência Contábil quatro vezes, seguido por três vezes nas revistas Universo Contábil e a de Pensar Contábil, cada.

Pesquisa em Auditoria (RESE) que apareceu 18 vezes, foi publicada por 11 revistas, com maior frequência na revista de Informação Contábil três vezes e duas vezes nas revistas Contabilidade Vista e Revista, Contabilidade & Finanças da USP, Contabilidade e Controladoria, Minera de Contabilidade, e Administração e Contabilidade.

Regulação Internacional sobre Auditoria (INTR) foi publicado 16 vezes por 11 revistas, sendo mais presente na revista Contabilidade & Finanças da USP seis vezes.

Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO) foi tratado 15 vezes nas 11 revistas, sendo mais frequente nas revistas Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis, Pensar Contábil, Catarinense da Ciência Contábil e Auditoria, Governança e Contabilidade com dois artigos cada.

Comitê de Auditoria (ACOM) e Governança Corporativa (CGOV) foram temas recorrentes em 13 publicações distintas. Notou-se que 10 revistas contribuíram para as publicações do primeiro tema (ACOM). Esse tema foi mais presente nas revistas Contabilidade e Organizações, Contabilidade & Finanças da USP e Educação e Pesquisa em Contabilidade, com dois artigos em cada uma dessas revistas. O segundo tema (CGOV) foi tratado em 12 revistas, com maior frequência em Contabilidade Vista e Revista duas vezes.

Educação sobre Auditoria (EDUC) e Auditoria Externa (EXTE) tiveram mesmo número de publicações com 11 artigos. O primeiro tema (EDUC) foi publicado em oito revistas, com maiores frequências nas revistas Contabilidade Gestão e Governança três vezes

e revista de Contabilidade da UFBA duas vezes. O tema auditoria externa foi tratado em oito revistas, com maiores frequências nas revistas: Contabilidade, Gestão e Governança, Dom Alberto de Contabilidade e Informação Contábil duas vezes cada.

Uma vez que as 13 revistas foram identificadas como mais produtivas, por deterem maior número de artigos sobre auditoria na amostra do estudo, cada uma delas foi analisada para identificar o volume de produção por tema dos 25 temas do presente estudo (frequências de publicação dos temas do estudo nas revistas evidenciadas na Tabela 7). Os demais 18 periódicos tiveram uma amostragem um pouco menor por tema, mas isso não quer dizer que elas não são significativas para o desenvolvimento científico em auditoria. Foi observado ainda que das 25 temáticas pesquisadas em auditoria, as revistas contemplaram tais temas de diferentes formas. Nessa análise, a consideração sobre os números ou as frequências não será feita como antes. Cada revista considerada produtiva será analisada totalmente no que se refere a quantidade de tema que elas trataram.

Destaca-se, nesse sentido a revista Contabilidade & Finanças, com a publicação de 35 artigos, e que tratou de 15 dos 25 temas sobre auditoria estudados: Mercado de Auditoria (MRKT) foi tratado oito vezes, Profissão (PROF) foi tratada sete vezes, Regulação Internacional (INTR) foi tratada seis vezes. Os de Comitê de Auditoria (ACOM) e Pesquisa em Auditoria (RESE) foram mencionados duas vezes cada. Os temas Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO), Amostragem em Auditoria (SAMP), Julgamento dos Auditores (JUDG), Governança Corporativa (CGOV), Ética e Moral sobre Auditoria (ETHI), Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP), Auditoria Interna (INTE), Controle Interno (ICON), Responsabilidade e Litígio (LITG) e serviço não Auditoria (NAS) foram tratados só uma vez cada pela revista.

A revista Pensar Contábil publicou 24 artigos e tratou de 11 dos 25 temas sobre auditoria no período do estudo: Mercado de Auditoria (MRKT) e Profissão (PROF) foram debatidos seis vezes cada. O tema Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) foi tratado três vezes. O tema Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO) foi mencionado duas vezes. Os temas Comitê de Auditoria (ACOM), Governança Corporativa (CGOV), Educação (EDUC), Risco de Distorção, Risco de Fraude (RISK), Serviço de Não auditoria (NAS), Pesquisa em Auditoria (RESE) e Auditoria Ambiental (AMA) foram tratados uma vez cada.

A revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ publicou 19 artigos e foi responsável por publicar uma média de 13 temas dos 25 temas sobre auditoria

que são: Profissão (PROF) foi tratado três vezes e os de Mercado de auditoria (MRKT), Procedimento de Auditoria (PROC), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO) e Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) foram tratados duas vezes cada. Os de Comitê de auditoria (ACOM), Amostragem em auditoria (SAMP), Governança Corporativa (CGOV), Educação (EDUC), Auditoria Externa (EXTE), Ética/Moral (ETHI), Controle Interno (ICON) e Dados Socioeconômicos (SEDC), foram tratados uma vez cada.

A revista de Contabilidade, Gestão e Governança e a revista Catarinense da Ciência Contábil publicaram 17 artigos cada. A primeira foi responsável por publicar uma média de oito temas dos 25 temas do estudo sobre auditoria que são: Mercado de auditoria (MRKT) cinco vezes. Os de Amostragem em Auditoria (SAMP) e Educação (EDUC) foram mencionados três vezes cada. A Auditoria Externa (EXTE) foi discutida duas vezes. Os de Julgamento dos auditores (JUDG), Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP), Regulação Internacional (INTR) e Relação sobre auditoria (RELA) foram discutidos uma vez cada.

A revista Catarinense da Ciência Contábil, também com 17 artigos publicados, foi responsável por publicar uma média de 12 dos 25 temas sobre auditoria que são: Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) foi tratado quatro vezes. Os temas Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO) e Relação sobre auditoria (RELA) foram tratados duas vezes cada. Os de Comitê de Auditoria (ACOM), Contrato do Auditor auditado (CONT), Risco de Distorção Risco de Fraude (RISK), Auditoria Interna (INTE), Controle Interno (ICON), Regulação Internacional (INTR), Serviço de Não Auditoria (NAS), Profissão (PROF) e Auditoria de Imposto (TAX) foram mencionados em uma vez só, cada.

A revista de Contabilidade e Organizações publicou 16 artigos e foi responsável por publicar sete dos 25 temas sobre auditoria que são: Mercado de auditoria (MRKT) foi tratado cinco vezes, o de Profissão (PROF) foi discutido quatro vezes. Os de Comitê de Auditoria (ACOM) e de Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) foram tratados duas vezes cada. Os de Procedimento de auditoria (PROC), Amostragem em Auditoria (SAMP) e Regulação Internacional (INTR) foram discutidos uma vez.

A revista de Contabilidade Vista e Revista publicou 15 artigos e foi responsável por tratar 12 dos 25 temas sobre auditoria que são: Mercado de Auditoria (MRKT), Governança Corporativa (CGOV) e Pesquisa em Auditoria (RESE) foram debatidos duas vezes cada. Os de Comitê de Auditoria (ACOM), Procedimento de Auditoria (PROC), Amostragem em Auditoria (SAMP), Julgamento dos auditores (JUDG), Auditoria Externa (EXTE), Risco de

Distorção Risco de Fraude (RISK), Parecer de Continuidade de Auditoria e Opiniões dos Auditores (GCOP), Auditoria Interna (INTE) e Auditoria de Imposto (TAX) foram discutidos uma vez cada.

As revistas Universo Contábil, Educação e Pesquisa em Contabilidade, Contabilidade e Controladoria, Auditoria Governança e Contabilidade publicaram 11 artigos cada uma. A primeira foi responsável por tratar sete dos 25 temas sobre auditoria que são: Mercado de Auditoria (MRKT) e Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) que foram discutidos três vezes, cada. Os de Governança Corporativa (CGOV), Educação (EDUC), Auditoria Interna (INTE), Regulamentação Internacional (INTR) e Auditoria de Imposto (TAX) foram mencionados uma vez cada. A segunda foi responsável por tratar seis dos 25 temas sobre auditoria que são: Mercado de Auditoria (MRKT) foi debatido três vezes. Os de Comitê de Auditoria (ACOM), Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) e Relação sobre Auditoria (RELA) foram discutidas duas vezes cada. Também os de Educação sobre Auditoria (EDUC) e Pesquisa em Auditoria (RESE) foram debatidos uma vez cada. A terceira foi responsável por tratar dez dos 25 temas sobre auditoria, que são: Pesquisa em Auditoria (RESE), a qual foi discutida duas vezes. Os de Mercado de Auditoria (MRKT), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO), Julgamento dos Auditores (JUDG), Governança Corporativa (CGOV), Educação sobre auditoria (EDUC), Risco de Distorção /Risco de Fraude (RISK), Regulação Internacional (INTR), Profissão (PROF), Auditoria Ambiental (AMA) foram debatidos uma vez. E a última foi responsável por tratar oito temas dos 25 temas sobre auditoria que são: Mercado de Auditoria (MRKT), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações (REPO) e Auditoria Interna (INTE) foram discutidos duas vezes. Os de Contrato (CONT), Risco de Distorção /Risco de Fraude (RISK), Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP) e Regulação Internacional (INTR), Profissão (PROF) foram tratados uma vez cada.

As revistas Contemporânea de Contabilidade e Sociedade Gestão e Contabilidade publicaram dez artigos, cada uma, dez temas dos 25 temas sobre auditoria. A primeira revista publicou os temas Procedimento de auditoria (PROC), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO), Governança Corporativa (CGOV), Auditoria Externa (EXTE), Parecer de Continuidade/Opiniões dos Auditores (GCOP), Controle Interno (ICON), Regulação Internacional (INTR), Serviço de Não auditoria (NAS), Relação sobre Auditoria (RELA) e Dados socioeconômicos da empresa (SEDC), cada um desses temas foi tratado uma única vez pela revista. Também a segunda, ou seja, a revista Sociedade Gestão e Contabilidade foi responsável para tratar os assuntos Comitê de Auditoria (ACOM), Mercado



de Auditoria (MRKT), Procedimento de Auditoria (PROC), Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO), Julgamento dos auditores (JUDG), Contrato (CONT), Auditoria Interna (INTE), Profissão (PROF), Pesquisa em auditoria (RESE), Auditoria Ambiental (AMA), todos esses temas foram tratados uma vez pela revista.

Notou-se que 21 revistas foram responsáveis pela publicação dos artigos relacionados ao tema Mercado de Auditoria (MRKT). Os temas Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis (REPO), Regulação Internacional (INTR), Profissão (PROF), Pesquisa em auditoria (RESE) foram quatro temas que foram distribuídos por onze revistas cada, com frequência distinta, 15 vezes, 16 vezes, 27 vezes, 18 vezes respectivamente na ordem da tabela 7. Havia oito revistas que foram responsáveis para os temas Educação (EDUC) e Auditoria Externa cada, com mesma frequência também, 13 vezes a cada tema.

Observou-se a partir da Tabela 7 na posição vertical, na ordem de Qualis, oito revistas tiveram um tema diferente para cada artigo publicado essas revistas são: Contemporânea de Contabilidade (UFSC) publicou dez artigos daqueles dez temas distintos foram discutidos., a de *Advance in Scientific and Applied Accounting*, para três artigos publicados, três temas diferentes foram tratados, a de Gestão, Finanças e Contabilidade detém três artigos daqueles três temas diferentes foram debatidos. Para a de Sociedade, Contabilidade e Gestão dez artigos foram revelados, a partir deles dez temas distintos foram também debatidos. A revista de Administração, Contabilidade e Economia possui quatro artigos, para cada artigo um tema diferente foi relacionado. A revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace publicou três artigos daqueles três temas diferentes foram atribuídos. A de Administração e Contabilidade (RAC-IESA) há três artigos e para cada um deles, um tema foi catalogado. Para a de Gestão e Contabilidade da UFPI dois artigos foram publicados e para cada um dele um tema distinto foi atribuído. E por fim a revista Unemat de Contabilidade distribui quatro artigos e para cada um deles um tema diferente foi relacionado.

A revista Contabilidade & Finanças foi a que publicou mais temas no estudo. As revistas Contabilometria e Conhecimento Contábil foram as duas que publicaram menos número de artigos e menor número de tema no período do estudo inteiro com um tema para um artigo cada. Das 13 revistas consideradas mais produtivas sobre o tema auditoria, a revista Educação e Pesquisa em Contabilidade publicou menos temas com seis temas para 11 artigos.

A próxima análise dos resultados do estudo será feita na Tabela 8 que mostra a relação entre os temas que foram citados nos artigos do estudo, ou seja, como um artigo foi relacionado a um tema específico em razão do seu objetivo, mas também pode ter relação com outro tema.

Tabela 8 – Relações entre os temas sobre auditoria

(continua)

	ACOM	MRKT	PROC	REPO	SAMP	JUDG	CONT	CGOV	EDUC	EXTE	RISK	ETHI	GCOP	INTE	ICON	INTR	LTIG	NAS	PROF	RESE	RELA	SEDC	TAX	AMA	OPA	Total	
<b>ACOM</b>		2 9%		1 4%				3 13%		2 9%			1 4%		2 9%							3 13%					<b>23</b>
<b>MRKT</b>	2 2%		2 2%		2 2%			6 7%	2 2%	3 4%			5 6%	1 1%	3 4%	2 2%		1 1%	1 1%		1 1%		1 1%			<b>83</b>	
<b>PROC</b>		2 25%								1 13%	1 13%					1 13%										<b>8</b>	
<b>REPO</b>	1 6%							2 11%		2 11%	2 11%	1 6%	1 6%			2 11%					1 6%	2 11%				<b>18</b>	
<b>SAMP</b>		2 40%																			1 20%					<b>5</b>	
<b>JUDG</b>										1 50%						1 50%										<b>2</b>	
<b>CONT</b>										1 33%										1 33%						<b>3</b>	
<b>CGOV</b>	3 19%	6 38%		2 13%										1 6%	1 6%							1 6%				<b>16</b>	
<b>EDUC</b>		2 14%											1 7%	2 14%						2 14%						<b>14</b>	
<b>EXTE</b>	2 7%	3 11%	1 4%	2 7%		1 4%	1 4%						5 19%	3 11%	1 4%	2 7%				3 11%		1 4%		1 4%		<b>27</b>	
<b>RISK</b>			1 6%	2 13%									2 13%		1 6%	1 6%				1 6%						<b>16</b>	
<b>ETHI</b>				1 25%								2 50%								1 25%						<b>4</b>	
<b>GCOP</b>	1 3%	5 15%		1 3%					1 3%	4 12%	1 3%			2 6%		2 6%				8 24%						<b>34</b>	
<b>INTE</b>		1 8%						1 8%	2 15%	3 23%			2 15%			1 8%				1 8%						<b>13</b>	
<b>ICON</b>	2 15%	3 23%						1 8%		1 8%	1 8%											1 8%				<b>13</b>	
<b>INTR</b>		2 11%	1 6%	2 11%		1 6%				2 11%			3 17%							1 6%				1 6%		<b>18</b>	

Tabela 8 – Relações entre os temas sobre auditoria

(conclusão)

	ACOM	MRKT	PROC	REPO	SAMP	JUDG	CONT	CGOV	EDUC	EXTE	RISK	ETHI	GCOP	INTE	ICON	INTR	LTIG	NAS	PROF	RESE	RELA	SEDC	TAX	AMA	OPA	Total	
<b>LTIG</b>																	1									2	
<b>NAS</b>		1 33%																1								3	
<b>PROF</b>		1 4%				1 4%	1 4%		1 4%	3 12%	1 4%	1 4%	8 31%	1 4%		1 4%			1					1 4%	1 4%	1 4%	26
<b>RESE</b>				1 5%	1 5%															1						19	
<b>RELA</b>	3 50%	1 17%		2 33%				1 17%		2 33%																6	
<b>SEDC</b>															1 25%											12	
<b>TAX</b>		1 25%								1 25%									1 25%							4	
<b>AMA</b>																1 14%			1 14%							7	
<b>OPA</b>																			1 50%							2	

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 8 mostram a relação entre os temas de auditoria, ou seja, o número de artigos que tratam de dois ou mais temas ao mesmo tempo, assim como o seu percentual em relação ao total publicado. A citada Tabela foi elaborada com base no trabalho de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) no intuito de apresentar um panorama quanto à relação dos temas tratados nas pesquisas de auditoria. Pode-se observar que tiveram maior porcentagem:

- Comitê de Auditoria (ACOM) está relacionado em 13% dos artigos com a Governança Corporativa (CGOV) e Relação sobre Auditoria (RELA) e em 9% com a Auditoria externa (EXTE), Mercado de Auditoria (MRKT) e com Controle Interno (ICON).

- Mercado de Auditoria (MRKT) está relacionado em 7% com a Governança Corporativa (CGOV), 4% com a Auditoria Externa (EXTE), em 6% com Parecer de auditoria (GCOP) e 4% com o Controle Interno (ICON).

- Procedimento em Auditoria (PROC) está relacionado nos artigos em 25% com Mercado de Auditoria (MRKT), em 13% com Auditoria Externa (EXTE), Risco de Fraude (RISK) e Regulação Internacional (INTR) cada.

- Relatório de Auditoria (REPO) está relacionado em 6% com Pesquisa (RESE), Comitê de Auditoria (ACOM), Parecer de Auditoria (GCOP) e Ética (ETHI) e em 11% com Governança Corporativa (CGOV), Auditoria Externa (EXTE), Risco de Fraude (RISK), Regulação Internacional (INTR) e relação sobre auditoria (RELA).

- Amostragem em Auditoria (SAMP) está relacionada em 40% com Mercado de Auditoria (MRKT) e em 20 % com Pesquisa (RESE).

- Julgamento do Auditor (JUDG) está relacionado em 50% dos artigos com Auditoria Externa (EXTE) e Regulação Internacional (INTR).

- Contrato (CONT) está relacionado em 33% com Auditoria Externa (EXTE) e Profissão (PROF).

- Governança Corporativa (CGOV) está relacionada em 19% com Comitê de Auditoria (ACOM), com Mercado de Auditoria (MRKT) em 38% e em 13% com Relatório de Auditoria (REPO).

- Educação (EDUC) está relacionada em 14% com Auditoria Interna (INTE), Mercado de auditoria (MRKT) e Profissão (PROF), e em 7% com Parecer de Auditoria (GCOP).

- Auditoria Externa (EXTE) por sua vez está relacionada em 19% com Parecer de Auditoria (GCOP), Mercado de Auditoria (MRKT) e Auditoria Interna (INTE), e a Auditoria Operacional em 50% com Profissão (PROF).

- Risco de Fraude (RISK) está relacionado com 13% dos artigos com Relatório de Auditoria (REPO) e Risco de Fraude (RISK) e em 6% com Procedimento (PROC), Parecer de Auditoria (GCOP), Controle Interno (ICON) e com Profissão (PROF).

- Ética (ETHI) está relacionada em 25% com Relatório de Auditoria (REPO) e Profissão (PROF) e em 50 % com Risco de Fraude (RISK).

- Parecer de Auditoria (GCOP) está relacionado em 24% com Profissão (PROF), em 15% com Mercado de Auditoria (MRKT) e em 12% com Auditoria Externa (EXTE).

- Auditoria Interna (INTE) está relacionada nos artigos em 23% com Auditoria Externa (EXTE) em 15% com Educação (EDUC) e Parecer de Auditoria (GCOP). Também foi relacionado em 8% com Mercado de Auditoria (MRKT), Governança Corporativa (CGOV), Regulação Internacional (INTR) e com Profissão (PROF).

- Controle Interno (ICON) está relacionado nos artigos em 23% com Mercado de Auditoria (MRKT), em 15% com Comitê de Auditoria (ACOM), em 8% com Governança Corporativa (CGOV), Auditoria Externa (EXTE), Risco de Fraude (RISK) e com Dados Socioeconômicos (SEDC).

- Regulação Internacional (INTR) está relacionada nos artigos em 11% com Mercado de Auditoria (MRKT), Educação (EDUC), Relatório de Auditoria (REPO) cada um, e em 6% com Procedimento de Auditoria (PROC), Julgamento do Auditor (JUDG), Profissão (PROF) e Auditoria Ambiental respectivamente e em 17% com Parecer de Auditoria (GCOP).

- Serviço de não Auditoria (NAS) está relacionado nos artigos em 33% com Mercado de Auditoria (MRKT).

- Profissão (PROF) está relacionada em 31% dos artigos com Parecer de Auditoria (GCOP) e em 12% com auditoria externa.

-Pesquisa (RESE) se relacionou nos artigos em 5% com Relatório de Auditoria e Amostragem de Auditoria (SAMP).

- Relação sobre auditoria (RELA) se relacionou nos artigos em 50% com Comitê de Auditoria (ACOM), em 33% com Relatório de Auditoria (REPO) e Auditoria Externa (EXTE), em Mercado de Auditoria (MRKT) e Governança Corporativa (CGOV) em 17% cada.

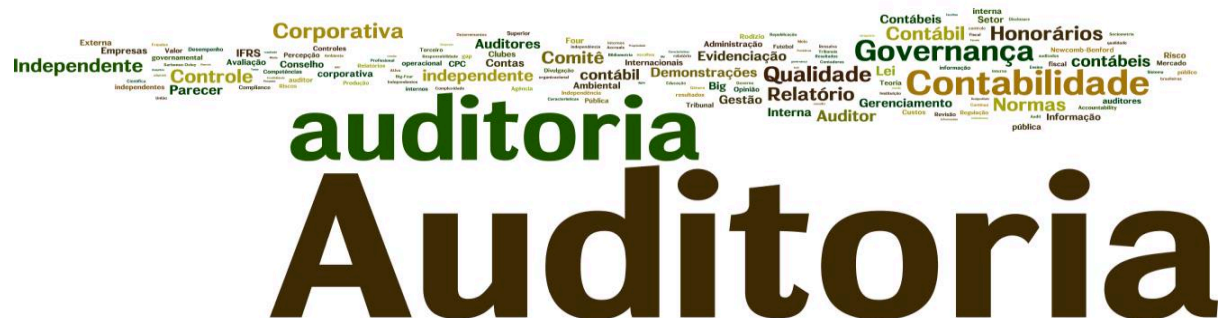
- Dados Socioeconômicos (SEDC) estão relacionados em 25% com Controle Interno (ICON).

- Auditoria de Imposto (TAX) está relacionada em 25% com Mercado de Auditoria (MRKT), Auditoria Externa (EXTE) e Profissão (PROF).



responsabilidade, transparência, demonstrações, observância, Sarbanes-Oxley foram as mais recorrentes no período de 1999 a 2008, que corresponde ao período anterior às IFRS.

Figura 3 – Palavras-chaves frequentes nas pesquisas em auditoria de 2009 a 2018



Fonte: dados da pesquisa.

Novamente, na Figura 3 as palavras auditoria, empresas, parecer, independente, controle, IFRS, auditores, comitê, contábil, demonstrações, ambiental, evidenciação, qualidade, relatório, honorários, normas, CPC, gerenciamento, big, gestão, lei, corporativa foram as mais pesquisadas no período em questão, ou seja, 2009 a 2018, que corresponde ao período pós IFRS. Pode se observar a existência das IFRS, porém em proporções um pouco menores.

#### 4.2 Relação entre autores e artigos

A maioria dos artigos foram escritos por um ou mais autores, por esse fato a tabela 9 foi feita para mostrar a relação dos autores nos artigos.

Tabela 9 – Relação de número de autores por artigo

Número de autores	Artigos
1 autor	35 artigos
2 autores	80 artigos
3 autores	91 artigos
4 autores	54 artigos
5 autores	21 artigos
6 autores	1 artigo

Fonte: dados da pesquisa.

Destaca-se na Tabela 9 a relação entre o número de autores por artigo sobre auditoria identificados na amostra. Ao verificar o número de autores por artigo constatou-se (Tabela 9) uma maior frequência de estudos realizados por três pesquisadores, presente em 91 artigos.

A amostra do presente trabalho foi de 282 artigos publicados em 31 revistas, escritos por 568 autores. Houve 465 autores cujos nomes foram citados uma vez, 62 foram citados duas vezes, 19 foram citados três vezes, seis foram citados quatro vezes, sete foram citados cinco vezes, um deles foi citado seis vezes, dois foram citados sete vezes, três foram citados oito vezes, um outro foi citado nove vezes, e outro ainda foi citado quinze vezes e o último foi citado vinte e duas vezes. Os autores que foram citados quatro vezes ou mais são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Autores que mais publicaram no trabalho

<b>Nome dos autores</b>	<b>Quantidade de artigos publicados</b>
Paulo Roberto da Cunha	22
Luiz Alberton	15
José Alves Dantas	9
Bruno José Machado de Almeida	8
Edilson Paulo	8
Rita de Cássia Correa Pepinelli Camargo	8
Ilse Maria Beuren	7
Raphael Vinicius Weigert Camargo	7
José Emerson Firmino	6
Adolfo Henrique Coutinho e Silva	5
Antônio Lopo Martinez	5
José Alonso Borba	5
Lorena Costa de Oliveira Mello	5
Luzivalda Guedes Damascena	5
Márcia Martins Mendes de Luca	5
Marcelo Haendchen Dutra	5
Antônio Artur de Souza	4
Clóvis Antônio Kronbauer	4
Jorge Katsumi Niyama	4
Júlio Sergio de Souza Cardozo	4
Paula Carolina Ciampaglia Nardi	4
Vagner Antônio Marques	4

Fonte: dados da pesquisa.

No presente estudo, de forma similar ao de Cunha, Correa e Beuren (2010), fez-se a classificação dos assuntos pesquisados na área de auditoria. Entretanto, os períodos e metodologias dos dois estudos foram diferentes, os temas mais relevantes dos trabalhos também se diferenciam. Os autores citados concluíram que os assuntos de auditoria publicados em periódicos no Brasil e no exterior são distintos. A necessidade de verificar se a adoção das IFRS pode ter tido efeito na quantidade de artigos publicados sobre auditoria foi um diferencial do presente estudo. Então, mesmo com a busca de palavras-chaves mais



utilizadas, as IFRS não aparecem em número muito elevado, observando sua presença na imagem do mapeamento das palavras-chaves, pois ela não foi tratada com uma alta frequência nos artigos sobre auditoria no período do estudo. Esse resultado não permite ainda constatar o aproveitamento da sugestão de Lima et al (2014), que destacam que o processo de adoção das IFRS oferece uma excelente oportunidade para a auditoria se envolver, durante o período de conversão das informações financeiras das empresas ou para permanecer envolvida.

Alguns estudos abordaram a questão de expansão da pós-graduação em contabilidade no Brasil, autores como Comunelo *et al.* (2012) verificaram a participação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade em nível de mestrado quanto a formação de professores e pesquisadores e encontram que os PPG em ciências contábeis formaram professores em sua maioria e não pesquisadores. A expansão do programa de Pós-graduação em contabilidade como apresentado no referencial teórico no Quadro 2 mostrou desde o período inicial de aprovação dos PPG, ou seja, 1978 a 2008, existem 13 cursos de mestrado e dois cursos de doutorado, mas durante o período desse estudo, 10 programas de pós-graduação em mestrado e um em doutorado. No período de 2009 a 2018, existem 16 cursos de mestrado e 12 cursos de doutorado incluindo um em 2019. Como entendido no contexto brasileiro que as universidades assumem um papel importante na pesquisa, produção científica e tecnológica, levando essas evidências em conta, pode se dizer que a expansão dos programas de pós-graduação seria um possível motivo que impacta as publicações, pois, com mais alunos há tendência de aumento das publicações. Nesse contexto pode-se dizer que a expansão dos programas de pós-graduação desempenha um papel importante na evolução das produções acadêmicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida para responder a seguinte questão: Como as pesquisas acadêmicas sobre a auditoria no que se refere as temáticas evoluíram no Brasil no período de 1999 a 2018 e quais os temas mais relevantes? Consequentemente o objetivo foi classificar as temáticas das pesquisas acadêmicas em auditoria nas publicações científicas brasileiras sobre o tema no período em dois períodos distintos: de 1999 a 2008 e de 2009 a 2018 e ao mesmo tempo, verificar se a adoção das IFRS impactou a produção acadêmica sobre auditoria. A partir da adoção das IFRS no Brasil em 2010 passou a haver maior julgamento profissional para mensuração, reconhecimento, classificação e apresentação das transações nas demonstrações contábeis, visto que as normas internacionais de contabilidade são baseadas em princípios. Portanto, essa nova abordagem trouxe impactos substanciais para a profissão contábil, visto que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil.

Para atender ao objetivo proposto foram analisados 282 artigos de 31 periódicos nacionais classificados nos estratos A2 a B5, do triênio 2013-2016 da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo do Qualis/CAPES. A bibliometria e suas três leis foram o instrumento adotado para avaliar e classificar os temas, para descobrir as revistas mais produtivas, para mapear as palavras-chaves mais utilizadas e também os autores mais profícuos. Baseada na catalogação e nos estudos de Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018), foi possível identificar dez temas como relevantes na área de auditoria, que foram, em ordem decrescente: Mercado de Auditoria, Profissão, Parecer de Continuidade, Pesquisa, Regulamentação Internacional, Relatório de Auditoria e Usuários das Demonstrações Contábeis, Comitê de Auditoria, Governança Corporativa, Auditoria Externa e Educação. Também como contribuição para esse estudo, quatro novos temas, como Relação sobre auditoria (RELA), Auditoria Ambiental (AMA), Auditoria Operacional (OPA) e Ética et/ou Moral (ETHI) foram catalogados.

É válido evidenciar que o tema Mercado de Auditoria teve destaque quanto ao seu estudo nos artigos abordados, com 57 menções, tratados durante 12 anos. Em segundo lugar tem-se o tema Profissão com uma frequência de 27 publicações discutidos durante 14 anos e em terceira posição foi o tema de Pareceres de Continuidade foi repetido 26 vezes, debatidos durante nove anos. Esses três temas apresentaram maior significância nos estudos relacionados a auditoria, pois em um segundo método de avaliação, no que tange as associações com outras temáticas, novamente se destacaram. Isso demonstra que, além de

buscar o entendimento de aspectos legais, técnicos e burocráticos da profissão de auditoria, os pesquisadores também buscam conhecimento relativo aos fatores que afetam os usuários das informações.

A principal motivação para justificar a associação dos temas identificados na pesquisa à Regulamentação Internacional fundamentou-se nas mudanças trazidas quanto a nova estrutura do relatório do auditor, que passou a ser maior e mais complexa, para atender as necessidades de evitar fraude e diminuir o risco de auditoria. Tal mudança fez com que os temas associados a Regulação Internacional pudessem ser mencionados 16 vezes nas pesquisas sobre auditoria. Com base nas evidências do estudo não é possível afirmar que a adoção das IFRS no Brasil impactou de forma relevante as pesquisas sobre auditoria, tanto nas palavras-chaves mais utilizadas, quanto pelo tema Regulação Internacional que se relaciona à norma internacional. Como as universidades assumem um papel importante na produção científica, pode-se dizer que a expansão dos programas de pós-graduação de 2009 a 2018, período que coincidiu com o período pós-adoção, teve um crescimento nos programas de pós-graduação no Brasil, ou seja, 16 cursos de mestrado e 12 cursos em doutorado incluindo um em 2019

O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e sua importância para a pesquisa é fato, uma vez que a grande maioria da produção científica do país passa por esse canal, tornando relevante o incentivo da institucionalização e consolidação da pesquisa científica. Desse modo, a pós-graduação no Brasil desempenha uma importante missão social, ou seja, ao formar recursos humanos que participam da solução de problemas econômicos, sociais e tecnológicos do Brasil, uma vez que o conhecimento é o elemento básico para a geração do desenvolvimento.

Como resultado da presente pesquisa, cabe ainda destacar a identificação de temas de auditoria ainda não catalogados em pesquisas bibliométricas anteriores, tais como Auditoria Ambiental (AMA), Auditoria Operacional (OPA), Ética/Moral (ETHI) e Relação sobre Auditoria (RELA). Logo, essa evidenciação é uma contribuição para a literatura por ampliar as categorias de análise da produção acadêmica em auditoria. Tal evidência aponta para novas agendas de pesquisas, de modo que se permita identificar os fatores que fomentaram a emergência destes temas, bem como traçar um perfil da produção acadêmica em auditoria, indicando as relações entre autores, coautores e as instituições mais prolíficas, criando assim uma rede social de pesquisadores em auditoria.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTON, L.; MARQUART, A. Parecer de auditoria das companhias listadas no nível 1 de governança corporativa da BOVESPA: uma análise das ressalvas, ênfases e empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 43-55, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v8n23p43-55>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALBUQUERQUE, S.; LOPES, K. S.; DIAS FILHO, J. M.; CASSIMIRO, S. F. D. Auditoria e custo de capital de terceiros: estudo empírico sobre o custo dos financiamentos bancários nas empresas brasileiras de capital aberto auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 65-78, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5502/3958>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALEXANDRE, N. O.; MELLO, L. C. O. Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 5, n. 20, p. 16-32, 2017. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1020/769>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALEXANDRE, N. O.; LOPES JUNIOR, E. P. Análise da relação entre níveis diferenciados de governança corporativa e inconformidades dos relatórios dos auditores independentes. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 64-77, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.13059/racef.v9i1.525>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALMEIDA, C. M. Auditoria: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v5i5-6p87-116>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALMEIDA, J. J. M. D. A auditoria legal na União Europeia: enquadramento, debate atual e perspectivas futuras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 29-38, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772002000100002>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALMEIDA, B. J. M. D. Auditoria e sociedade: o diálogo necessário. Uma análise nos gastos da união: aplicabilidade da lei de Newcomb-Benford. **Contabilometria** v. 15, n. 34, p. 80-96, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000100006>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALMEIDA, B. J. M. D. Análise comparativa das filosofias de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 85-102, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000100007>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 62-74, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200005>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. J. M. A contabilidade e auditoria na sociedade atual: uma análise sistêmica. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 15-26, 2012. Disponível em <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1336>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. J. M. Independência do auditor em Portugal: o estudo teórico e empírico do remotness gap. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 159-186, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n21p159>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. J. M. Ética empresarial: evidência empírica das percepções dos profissionais portugueses. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 13, n. 2, p. 737-766, 2014. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5160867>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, J. J. M. D.; MARQUES, M. D. C. D. C. A auditoria ambiental na união europeia: especial referência à situação em Portugal. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 18-23, 2015. Disponível em <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2401/2079>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. Os postulados de auditoria na escola universitária inglesa: um cruzamento perfeito entre a sociedade e a auditoria. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 106-130, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v7i3.40095>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. J. M. Aplicação da metodologia CSSI à interpretação do audit expectation gap. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 168-191, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2016v19n2a1](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n2a1). Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, L. S. F.; VIEIRA NETO, J.; ABUNAHMAN, J. G.; NASCIMENTO, F. M. G. B. Um estudo documental sobre a lei Dodd Frank: fraudes e aspectos contábeis. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 5, n. 19, p. 1-25, 2017. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/862/736>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, B. J. M. Justificar e legitimar a auditoria nas sociedades: discussão teórica e análise empírica. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v10i1.54232>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AMORIM, E. N. C.; CARDOZO, M. A.; BORGES, L.J. Revisão externa de qualidade dos auditores independentes do Brasil: uma análise dos relatórios emitidos de 2008 a 2010. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-91, 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/1296>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AMORIM, E. N. C.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 3, p. 23-35, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i3.15616>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ANJOS, L. C. M.; TAVARES, M. F. N.; SILVA, J. D. G. da. Avaliação de desempenho: percepção dos auditores independentes na aferição da remuneração. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 22-40, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/8335>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ANTUNES, J. Lógica nebulosa para avaliar riscos na auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 80-91, set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000400007>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. de. A adoção das normas internacionais de Contabilidade IFRS, o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações internacionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 5-19, jan. 2012. Disponível em: <http://estacio.webaula.com.br/cursos/cmtcc9/galeria/aula6/docs/a01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ARAÚJO, F. J. Auditoria do patrimônio líquido. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 23-27, 2013. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewFile/1635/1457>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ARAÚJO, L. C.; SANSÃO, J. P. H.; YEHIA, H.C. Influência da Lei de Zipf na escolha de senhas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-11173812125>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ASSING, I.; AVILA, R. V.; ALBERTON, L. Atendimento às normas na reavaliação de ativos imobilizados e nos pareceres emitidos por auditoria independente. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/7885/7961>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 1995.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. P.25; São Paulo: Atlas, 1998.

ÁVILA, J. R. M. S.; COSTA, P. S.; FÁVERO, L. P. L. Honorários de auditoria e book-tax differences. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 31-46, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134473>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AZAMBUJA, P. A.; TEIXEIRA, A.; NOSSA, S. N. Aprovação de contas municipais com irregularidades gravíssimas: quando a auditoria técnica não é suficiente. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 12, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.149212>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AZEVEDO, R. R.; LINO, A. F. O distanciamento entre as normas de auditoria e as práticas nos Tribunais de Contas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 9-27, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v13i2.13665](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i2.13665). Acesso em: 15 nov. 2020.

BAIOCO, V. G.; ALMEIDA, J. Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 74, p. 229-248, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703250>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BAIRRAL, M. A. C.; FERREIRA, M. C.; BAIRRAL, L. F. A assimetria informacional e os pareceres prévios de auditoria dos Tribunais de Contas Estaduais: uma abordagem reflexiva. **Pensar contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 14-23, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1479/1327>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org). Os desafios da educação no Brasil. 1. Ed Rio de Janeiro; Editora nova Fronteira 2005, v.1, p,285-314. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BARBOSA, U. L.; REINA, D.; REINA, D. R. M.; ARRIGONE, F. J. Honorários de Auditoria: estudo comparativo sobre seu impacto após adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 4, n. 17, p. 45-61, 2016. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/847>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BARCELLOS, P. L.; SILVA, A. H. C.; COSTA, J. V. Normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 27-37, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista\\_54.pdf](http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista_54.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.

BARCELLOS, L. P.; COSTA JÚNIOR, J. V.; LAURENCE, L. C. Determinantes do prazo de divulgação das demonstrações contábeis das companhias não financeiras listadas na BOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 84-100, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v8i20.69265>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BARROS, A.; FRAZÃO, D.; BARTOLUZZIO, A.; SANTOS, M.; VILELA, M. Contabilidade do terceiro setor: um estudo bibliométrico nos principais congressos de contabilidade do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, Feira de Santana, v. 10, n. 2, p. 70-81, 2018. Disponível em: <http://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/144>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BEUREN, I. M.; NASS, S.; THEISS, V.; CUNHA, P. R. da. Caracterização proposta para o comitê de auditoria no código de governança corporativa do Brasil e de outros países. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 7, n. 4, p. 407-423, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.989>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BORBA, J. A.; SOUZA, M. M.; ALBERTON, L. Divulgação da perda por impairment em empresas auditadas pelas big four. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 46, p. 12-19, 2010. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/366>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BORELY, A. M.; CARDOZO, J. S. D. S. Auditoria como ferramenta estratégica de controles de ONGS. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-58, 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5607>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BORGES, E. F. Processo de formação da opinião do auditor: uma abordagem a partir da suficiência e propriedade da prova. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v2i2.27>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BORGES, V. P.; NARDI, P. C. C.; SILVA, R. L. M. Determinantes dos honorários de auditoria das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 216-230, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2017v20n2a3](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n2a3). Acesso em: 15 nov. 2020.

BORTOLON, P. M.; NETO, A. S.; SANTOS, T. B. Custos de auditoria e governança corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 61, p. 27-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100004>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BOTINHA, R. A.; NGANGA, C. S. N.; TAVARES, M. Escolhas contábeis: características das companhias brasileiras que optaram pela manutenção versus baixa da reserva de reavaliação. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 48-61, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.13059/racef.v8i3.335>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRAGA, M. V. A.; MARTINS, A. C. M.; MARANHÃO, C. F.; CUNHA, W. P.; SANTOS, R. T. Relato do uso do modelo COSO na gestão de contratos em governos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-8, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v13i2.13659](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i2.13659). Acesso em: 15 nov. 2020.

BRANDT, V. A. A auditoria e a função do auditor. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 41-54, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/258>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965**. Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF: CAPES, 1965. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer\\_CESU\\_977\\_1965.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRIGHENTI, J.; JACOMOSSI, F.; SILVA, M. Z. Desigualdades de gênero na atuação de contadores e auditores no mercado de trabalho catarinense. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 109-122, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v34i2.27807>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRIGHENTI, J.; DEGENHART, L.; CUNHA, P. R. fatores influentes nos honorários de auditoria: análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, p. 16-27, 2016. Disponível em:



<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2663>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BROWN, L. D.; GARDNER, J. C.; VASARHELYI, M. A. An analysis of the research contributions of Accounting, Organizations and Society, 1976-1984. **Accounting, Organizations & Society**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 193-204, 1987. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(87\)90006-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(87)90006-7). Acesso em: 15 nov. 2020.

CABRAL, R. A.; RIBEIRO, M. A. Análise dos apontamentos do TCE-MT nas contas públicas dos municípios da região médio norte do Mato Grosso. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Nova Mutum, v. 1, n. 2, p. 30-53, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v1i2.387>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CÂMARA, A. L.; LIMA, D. V. de. Os tribunais de contas como usuários da informação contábil no setor público brasileiro. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 11, n.2, p. 19-35, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/230529>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, R. V. W.; DUTRA, M. H.; PEPINELLI, R. C. P.; ALBERTON, L. Parecer dos auditores independentes: uma análise da produção científica nacional desenvolvida entre os Anos de 1987 e 2010. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 162-183, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ASAA/article/view/1829>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, R. C. C. P.; CAMARGO, R. V. W.; ALBERTON, L.; DUTRA, M. H. A percepção dos auditados em relação às competências comportamentais dos auditores Independentes: um estudo empírico na região da grande Florianópolis/SC. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 37-47, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v7i18.55303>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, R. V. W.; CAMARGO, R. de C. C. P.; DUTRA, M. H.; ALBERTON, L. Produção científica em auditoria: uma análise dos estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 84-111, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1239>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, R. V. W.; FLACH, L. Fatores associados à constituição de comitês de auditoria nas empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA. **Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte**, v. 17, n. 1, p. 14-24, 2016. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=158>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARDOSO, J. A. D. S.; CARDOSO, M. M. D. S.; AMARAL, S. P. Atuação do profissional da contabilidade na auditoria ambiental. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 37, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/118>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARDOZO, J. S. D. S. Governança corporativa: solução, paliativo ou modismo? **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2,

2005, p. 41-50, 2010. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/671>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARDOZO, J. S. S.; FERNANDES, A. M. Auditoria das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro: **FGV Editora**, 2018.

CARRERA, N.; TROMBETTA, M. A pequena vira grande! O papel das “pequenas” auditorias no estudo do mercado de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, n. 76, p. 9-15, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201890230>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO, L. N.; PINHO, R. C. D. S. Auditoria: independência, estratégias mercadológicas e satisfação do cliente-um estudo exploratório sobre a região Nordeste. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 34, p. 23-33, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000100002>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO, E. S.; LAGIOIA, U. C. T.; GRAZIELLA, S.; LIBONATI, J. J. Normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma análise das percepções dos auditores independentes. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.13059/racef.v5i1.58>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO, G. M. B.; MONTEIRO, M. S. L. Avaliação ambiental estratégica e auditoria contábil ambiental como instrumentos para a otimização da política pública ambiental no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 54-72, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v8i1.953>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO JÚNIOR, C. V.; CORNACCHIONE, E.; ROCHA, A. F.; ROCHA, F. T. Mapeamento cognitivo cerebral de auditores e contadores em julgamentos de continuidade operacional. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 132-147, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703430>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CASTALDELLI JÚNIOR, E.; AQUINO, A. C. B. Indicadores de desempenho em entidades fiscalizadoras superiores: o caso brasileiro. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 15-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1240>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CASTAÑEDA, B. E.G; CARVALHO, L. N. G. D.; LISBOA, N. P. Comparação entre as normas de auditoria do Brasil e as internacionais (IAASB). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 487-505, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CASTRO, W. B. L.; PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 261-273, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501560>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CASTRO, R. L. C.; VASCONCELOS, J. P. B.; DANTAS, J. A. Impactos das normas internacionais de auditoria nos relatórios dos auditores sobre as demonstrações financeiras dos

bancos brasileiros. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7827>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CERQUEIRA, L. S.; FADUL, É. M. C.; TENÓRIO, R. Auditoria operacional em programas de governo no tribunal de contas do estado da Bahia: perspectivas e possibilidades. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, Feira de Santana, v. 5, n. 3, p. 22-42, 2013. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/index.php/react/article/view/71>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CHACÓN, J. I. A. Auditoria governamental e tipos de serviços de auditoria prestados pela equipe de auditoria governamental. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 127-143, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v7i2.38165>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CHIODINI, D. M.; DE SOUZA, M.M; BORBA, J. A.; DUCATI, E. Adequação das Companhias que atuam no Brasil à Governança Corporativa: O Comitê de Auditoria. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 21-35, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6041/6173>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CHIUDINI, V.; CUNHA, P. R.; MARQUES, L. Relação entre a republicação das demonstrações contábeis e o Audit Delay. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 89-107, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2617>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CLEYTON, O. R. Análise comparativa do controle interno nas contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda e Alfa Ltda. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 9, n. 26, p. 62-78, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v9n26p63-78>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CODESSO, M. M. **Modelo de auditoria contínua**: framework de integração de dados.. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 15, n. 34, p.144-157, jan./mar. 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n34p144>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COELHO, E.; LUNKES, R. J.; MACHADO, A. D. O. A controladoria na hierarquia organizacional: um estudo nas maiores empresas do estado de Santa Catarina. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 33-46, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i2.15490>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COELHO, G. N.; CAMARGO, R. C. C. P.; DUTRA, M. H.; PETRI, S. M. Competências exigidas nos primeiros anos da carreira de auditoria em uma big four. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 17, n. 1, p. 151-174, 2018. Disponível em: 2018. <https://doi.org/10.18593/race.v17i1.15168>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COLARES, A. C. V.; ALVEZ, I. K. C.; FERREIRA, C. O. Principais assuntos de auditoria: expectativas dos auditores independentes quanto ao novo relatório de auditoria. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 64-76, 2018. Disponível em: 2018. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n3t06>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COLARES, M. C.; CLEMENTE, A. Amostragem em auditoria: um estudo bibliométrico dos artigos nacionais e internacionais publicados e avaliados pelo periódico da CAPES In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 4.; CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CCGUNBC, 1., 2018, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2018. Disponível em:

<https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/4CCGUNB/paper/downloadSuppFile/11245/2066>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COMUNELO, A. L.; ESPEJO, M. M. S. B.; VOESE, S. B.; LIMA, E. M. Programas de pós-graduação Stricto Sensu em contabilidade: sua contribuição na formação de professores e pesquisadores. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 1, p. 7-26, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i1.13375>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 953, de 24/01/03: NBC T 11: normas de auditoria independente das demonstrações contábeis. Brasília, DF: CFC, 2003. Disponível em:

[http://aulas.verbojuridico3.com/receita/Receita\\_Federal\\_Auditoria\\_Marcos\\_Simch\\_Aula1\\_14-11-09\\_Parte2\\_finalizado\\_ead.Pdf](http://aulas.verbojuridico3.com/receita/Receita_Federal_Auditoria_Marcos_Simch_Aula1_14-11-09_Parte2_finalizado_ead.Pdf). Acesso em: 27 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 26 (R2) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Altera a NBC TG 26 (R1) apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, DF: CFC, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 701** – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Brasília, DF: CFC, 2016.

CORDEIRO, C. M. R. Auditoria como instrumento de gestão. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 134, p. 72-78, 2002. Disponível em <https://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista130/auditoria.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CORDEIRO, F. A.; PEREIRA, F. R.; DURSO, S. O; CUNHA, J. V. A. C. J. Complexidade organizacional e liderança feminina nas empresas de auditoria externa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 31-48, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p31>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, S. A. M.; CORTES, B. E.; COSTA, L. L. A corrupção em uma abordagem econômico-contábil e o auxílio da auditoria como ferramenta de combate. **Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte**, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/575>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, M. T.; ALEVATO, H. Auditoria odontológica: uma ferramenta de gestão em saúde suplementar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010, Niterói. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: [https://www.inovarse.org/sites/default/files/T10\\_0315\\_1184.pdf](https://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0315_1184.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, S. R. R.; FAJARDO, J. M. Um estudo acerca do uso da gestão de riscos estratégicos na auditoria de gestão da Marinha do Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**,

Florianópolis, v. 10, n. 28, p. 73-89, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v10n28p73-89>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, J. I. F.; SANTOS, J.; TRAVASSOS, S. K. M.; Análise de conformidade nos gastos públicos dos entes federativos: aplicação da lei de Newcomb-Bendford para o primeiro e segundo dígitos dos gastos em dois estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 60, p. 187-198, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300004>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, C.; COSTA, F.M.; BATISTA, E. M.; SOUZA, F. J. V.; MELO, O. A. Avaliações de programas públicos realizadas pelo TCU na área de saúde. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 20-32, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n41p20-32>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, A. R. R.; ALVES, A. T.; SOARES, L. A. C. F. Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base Scopus, de 2002 A 2015. **Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte**, v. 18, n. 1, p. 38-51, 2017. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=346>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, J. F.; COSTA, P. S. Honorários de auditoria e as book-tax differences nas companhias abertas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 166-182, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i2.21689>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil. Artigo classificado em **2º lugar no Prêmio Contador Américo Matheus Florentino** - Edição 2013. Disponível em: <http://www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CRUZ, A. P. C.; WALTER, S. A.; ESPEJO, M. M. S. B.; GASSNER, F. P. Uma análise da evolução do campo de ensino e pesquisa em contabilidade sob a perspectiva de redes. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 76-93, out./dez. 2009. Disponível em: 2009. <https://doi.org/10.4270/ruc.2009432>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CRUZ, N. G.; LIMA, G. H.; DURSO, S. O.; CUNHA, J. V. A. Desigualdade de gênero em empresas de auditoria externa. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 142-159, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2018v21n1a8](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a8). Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M.; PEREIRA, E. Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina registradas na Comissão de Valores Mobiliários. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3967, p. 44-65, 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/download/7882/7958>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R. D.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina versus na cidade do Rio

de Janeiro. **UNB Contábil**, Brasília, DF, v. 9, n.1, p. 85-114, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1519-7077200600010000>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R. D.; BEUREN, I. M. Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 40, p. 67-86, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000100006>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R. D. BEUREN, I. M. Amostragem nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000100006>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; CORREA, D. C.; BEUREN, I. M. Assuntos de auditoria publicados nos periódicos nacionais e internacionais de contabilidade listados no Qualis CAPES. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 4, n. 1, p. 57-75, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7888>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, A. S.; SILVEIRA, E. D.; DOROW, A. Relevância em auditoria. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5554/pdf>. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v13i1.5554>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; KLANN, R. C.; RENGEL, S.; SCARPIN, J. E. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 65-85, 2010. <https://doi.org/10.11606/rco.v4i10.34777>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; SANT'ANA, S. V.; THEIS, M. B.; KRESPI, N. T. Características do comitê de auditoria e os reflexos no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 2-19, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12979/7514>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; UTZIG, M. S.; SALLLA, N. G. Oportunidade de melhoria na disciplina de auditoria contábeis identificadas por meio do modelo Kano de qualidade e da matriz de importância versus desempenho. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 73-88, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i9.34772>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; HILLESHEIM, T.; FAVERI, D. B. de; RODRIGUES JUNIOR, M. M. Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 15-25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.58500>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P.; WRUBEL, F.; CHIARELLO, T. C. Deficiências de auditoria nos relatórios de inspeção do pcaob: uma análise das empresas de auditoria brasileiras e norte americanas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 25-46, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v10i3.13360](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i3.13360). Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; LUNELLI, L. de O.; SANTOS, V. dos; FAVERI, D. B. de; RODRIGUES JÚNIOR, M. M. Relação entre as características do comitê de auditoria e o atraso da emissão do relatório da auditoria independente (audit delay). **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 47-65, 2015. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/804/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; PLETSCHE, C. S.; SILVA, A. Relação entre as características da empresa, do comitê de auditoria e do auditor independente com o prazo de publicação das demonstrações financeiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 9, n. 4, p. 415-429, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v9i4.1232>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CUNHA, P.; PICOLLI, M. R.; TOIGO, L. Produção científica sobre o comitê de auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais de 2000 a 2012. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 26-46, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v8i1.35902>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CUNHA, P. R.; TOIGO, L.; PICOLLI, M. R. Produção científica sobre comitê de auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 26-46, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/rcc.v8i1.35902>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CUNHA, L. C.; LAVARDA, C. E. F.; CUNHA, P. R. Pesquisa comportamental em auditoria: classificação de estudos do período de 2004 a 2015. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 93-112, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i2.13408](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i2.13408). Acesso em: 18 nov. 2020.

CUPERTINO, C. M.; MARTINEZ, A. L. Qualidade da auditoria e earnings management: risk assessment através do nível dos accruals discricionários. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 69-93, 2008. Acesso em: 22 de novembro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DALTO, C. C.; NOSSA, V.; MARTINEZ, A. L. Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acordos do Tribunal de Contas da União (TCU). **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 6-23, 2014. Disponível em: [https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3540/pdf\\_8](https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3540/pdf_8). Acesso em: 22 nov. 2020.

DAMASCENA, L. G.; FIRMINO, J. E.; PAULO, E. Estudo sobre os pareceres de auditoria: análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações Contábeis das companhias listadas na BOVESPA. **Revista Contabilidade de Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 125-154, 2011. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/939>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DAMASCENA, L. G.; PAULO, E.; CAVALCANTE, P. R. N. Divergências entre Parágrafos de Ressalva e Parágrafos de Ênfase nos Pareceres de Auditoria. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 2, p. 50-66, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v16i2.5431>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DAMASCENA, L. G.; ALVES, K. R. C. P.; CAMARA, R. P. B. Discussões relativas à transparência das empresas de auditoria e a qualidade dos seus serviços. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-16, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/270>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DAMASCENA, L. G. Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 3, p. 104-127, 2013. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3321/2402>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, D. S.; BOENTE, M. G.; RODRIGUES, D. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 75-90, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34805>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; CHAVES, S. T.; SILVA, M. R.; CARVALHO, R. P. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: o papel dos auditores independentes. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 45-64, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2011212>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; CHAVES, S. M. T.; SOUSA, G. A.; SILVA, E. M. Concentração de auditoria no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 4-21, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45398>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; COSTA, F.; NIYAMA, J.; MEDEIROS, O. Regulação da auditoria em sistemas bancários: análise do cenário internacional e fatores determinantes. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 7-18, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000100002>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 43-56, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201400030>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; CARVALHO, P. R. M.; COUTO, B. A.; SILVA, T. N. Determinantes da remuneração dos auditores independentes no mercado de capitais brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 68-85, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2016428>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DANTAS, J. A.; BARRETO, I. T.; DE CARVALHO, P. R. M. Relatório com modificação de opinião: risco para o auditor? **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 140-157, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n33p140>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DEFOND, M.; ZHANG, J. A review of archival auditing research *Journal of Accounting and Economy*. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 58, n. 2-3, p. 275-326,



Nov./Dec. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.002>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, I. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, F. F.; SALES, E. N. A percepção dos auditores e dos auditados sobre o trabalho da auditoria interna em uma empresa estatal federal. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 25, p. 116-131, 2018. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1435>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DONIZETE R.; NASCIMENTO, S.; MAXIMIANO R. D. R. A percepção dos auditores quanto à utilização dos red flags nas principais empresas de auditoria brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 27, n. 2, p. 71-86, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v27i2.6172>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DUARTE, L. S. **Auditoria financeira: relatório de estágios**. 2010. 76 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Faculdade da Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/14023/1/Relat%C3%B3rio%20Est%C3%A1gio%20Lara%20Duarte.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DUTRA, M. H.; ALBERTON, L.; CAMARGO, R. C. C. P.; CAMARGO, V. W. Competências do auditor: um estudo empírico sobre a percepção dos auditados das empresas registradas na CVM. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 37-55, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v32i3.17231>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ELIZEIRE, M. B.; CARRARO, W. B. W. Atendimento das exigências legais do sistema de controles internos em uma entidade fechada de previdência complementar. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 17, n. 33, p. 34-52, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229768613.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ESPEJO, M. M. S. B.; RIBEIRO, F.; SILVA, P. Y. C.; OLIVEIRA, R. M. de. Conversação necessária: articulação entre o curso de graduação em Contabilidade e os programas de pós-graduação stricto-sensu na área. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 1-24, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2595>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FARIAS, S.; SCHULZ, J. P.; BELLATO, R. L.; ALBERTON, L. A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 23-40, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n18p23>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FAUSTINO, M. K. S.; NASCIMENTO, Í. C. S.; DA COSTA, W. P. L. B. A contribuição da auditoria interna para a gestão empresarial: um estudo de caso aplicado em empresas do ramo salineiro da cidade de Mossoró/RN. **Revista Conhecimento Contábil**, Mossoró, v. 3, n. 2, p.

62-80, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31864/rcc.v3i2.2016>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FERREIRA, A. O.; SOUZA, L. H. de; MACHADO, G. G. A auditoria contábil em computadores. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 62-66, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/download/7297/pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FERREIRA, A. C.; MENEZES, J. P. C. B.; SOUZA, A. A. Métodos de pesquisa em contabilidade apresentados no ENANPAD 2016. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 16, n. 32, p. 28-44, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229768156.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FIGUEIREDO, M. D.; SOUZA, M. M. P. A lei Sarbanes-Oxley e sua importância para as companhias abertas brasileiras a partir do ano de 2004. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 31-35, 2008. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/90/90>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FIRMINO, J. E.; DAMASCENA, L. G; PAULO, E. Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, p. 40-50, 2010. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v5i3.13215](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i3.13215). Acesso em: 22 nov. 2020.

FIRMINO, J. E.; PAULO, E. Aspectos comportamentais no julgamento profissional dos auditores independentes. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 16, n. 3, p. 17-40, 2013. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/579>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FLICK, U. **Introdução a metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOLADOR, E. L.; CLOVIS, F.; BALDISSERA, J. F.; TOIGO, L. A.; CAPPONI, N. F. Propriedades da auditoria contínua e auditoria de sistemas: uma análise bibliométrica e sociométrica na base Scopus e no Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Contecsi). **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 26-53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v10i1.48790>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P., LEITE, R. S.; PAULO, E. A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 149-167, 2008. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/364>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FREDERICI, D. H.; OLIVEIRA, L. H.; FLORES, M. P.; SANTANA, W. C. R.; SILVA, S. D. Auditoria contábil independente e a importância da sua aplicação nas empresas. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 14, p. 1-11, 2018. Disponível em: <http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/278>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FURUTA, F.; SANTOS, A. Comitê de auditoria versus conselho fiscal adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 1-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000200005>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GALVÃO, N. M. S.; VASCONCELOS, A. L. F. S. Ressalvas recorrentes nos relatórios de auditoria dos clubes de futebol. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 73-92, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/9964>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GARCIA JUNIOR, D.; JENKINS, L. E. C.; ZANIN, D. F.; ALMEIDA, L.B. O papel da auditoria interna na melhoria da qualidade dos gastos públicos: um estudo exploratório nas IFES do estado do Paraná. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 4, n. 17, p.17-30, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/321704322\\_O\\_Papel\\_da\\_Auditoria\\_Interna\\_na\\_Melhoria\\_da\\_Qualidade\\_dos\\_Gastos\\_Publicos\\_Um\\_Estudo\\_Exploratorio\\_em\\_Institutos\\_Federais\\_de\\_Educacao\\_no\\_Estado\\_do\\_Parana](https://www.researchgate.net/publication/321704322_O_Papel_da_Auditoria_Interna_na_Melhoria_da_Qualidade_dos_Gastos_Publicos_Um_Estudo_Exploratorio_em_Institutos_Federais_de_Educacao_no_Estado_do_Parana). Acesso em: 22 nov. 2020.

GENDRON, Y.; BEDARD, J. Academic auditing research: an exploratory investigation into its usefulness. **Critical Perspectives on Accounting**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 339-368, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/cpac.2000.0429>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GILIO, C. H.; FREITAS, L. A. O mérito da controladoria interna na gestão fiscal da prefeitura municipal de atalaia. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 13, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/267>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GONÇALVES, J. C.; BATISTA, B. L. L.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, jul./set. 2014. Disponível em: [https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3727/pdf\\_17](https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3727/pdf_17). Acesso em: 22 nov. 2020.

GRACILIANO, A. E.; MOREIRA FILHO, J. C.; NUNES, A. P.; PONTES, M. C. M.; ZAMPA, F. F. Accountability na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 43-51, 2010. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/750>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HALLAK, R. T. P.; SILVA, A. L. C. Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. **Revista Contabilidade &**

**Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 60, p. 223-231, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300007>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HOFF, J.; ALBERTON, L.; CAMARGO, R. C. C. P. A visão da academia e do mercado de trabalho sobre o ensino da auditoria. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 52-68, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i1.1408>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HOMERO JUNIOR, P. F. Impacto das fraudes contábeis no Banco Pan-americano sobre a reputação da Deloitte. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 40-53, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v6i2.33961>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de auditoria contábil**, de acordo com as leis 11. 638/07 e 11. 941/09: teoria e prática, abordagem de auditoria nas sociedades limitadas e anônimas. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

IMONIANA, J. O.; MATHEUS, C. P.; PERERA, L. C. J. Medição de desempenho de auditoria interna: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 65-93, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2014320>. Acesso em: 22 nov. 2020.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL; INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. **Auditoria**: registros de uma profissão. São Paulo: Ipsi Gráfica e Editora, 2007.

ISRAEL FILHO, P. S.; ALVES, M. E. O uso dos procedimentos de auditoria como ferramenta para identificar fraudes e erros nas empresas do ramo de materiais de construção civil no município de Nova Olímpia. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Nova Mutum, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v1i1.746>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ITO, E. Y. H.; NIYAMA, J. K.; MELO MENDES, P. C. Controle de Qualidade dos Serviços de Auditoria Independente: um estudo comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 11, n. 1-2, p. 312-328, 2009. Disponível em: < [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6100/1/ARTIGO\\_ControlQualidadeServi%C3%A7os.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6100/1/ARTIGO_ControlQualidadeServi%C3%A7os.pdf). Acesso em: 22 nov. 2020.

JESUS, S. M.; ALBERTON, L. O processo de implementação da governança corporativa nas empresas de capital aberto: um estudo com ênfase na auditoria. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 67-84, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 22 nov. 2020.

JESUS, S. S.; SOUZA, M. M. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>. Acesso em: 22 nov. 2020.

JUVENAL, D. S. F.; CAMPAGNAC, L. A. A evidenciação da informação contábil com relação à tributação no comércio eletrônico: um estudo de caso. **Pensar Contábil**, Rio de

Janeiro, v. 9, n. 36, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/126>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KAVESKI, I. D. S.; CUNHA, P. R. Fatores determinantes dos honorários da auditoria das empresas listadas no novo mercado da BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/40924>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KAVESKI, I. D. S.; DEGENHART, L.; FERNANDES, M. S.; FARIA, L. F. C.; MANUEL JUNIOR, M. M. Qualidade da governança corporativa, honorários de auditoria e não-auditoria das empresas brasileiras de capital aberto do índice de ações com governança corporativa diferenciada (IGCX). **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 166-180, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2016.v3ed13834>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KERBER, C. R.; SIQUEIRA, J. R. M. Auditoria de avaliação da gestão: um estudo de caso na marinha do Brasil. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 27-37, 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1337>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KIM, J.; LIU, X.; ZHENG, L. The impact of mandatory IFRS adoption on audit fees: theory and evidence. **The Accounting Review**, [S. l.], v. 87, n. 6, p. 2061-2094, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/accr-50223>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KLOPEL, F. V.; LUNKES, R. J.; SCHIMITZ, E. Análise sobre a (s) linha (s) de pesquisa dos professores de programa de pós-graduação em contabilidade. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, Guarapuava, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2067>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação à análise de dissertações e teses. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. especial, p. 106-115, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p106>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KROGSTAD, J. L.; SMITH, G. Assessing the influence of auditing: a journal of practice theory 1985-2000. **Auditing: a journal of practice & theory**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 195-204, Mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.1.195>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A.; RASIA, K. A.; JACQUES, F. V. S. Auditoria e evidenciamento ambiental: um histórico da legislação das normas brasileiras, americanas e europeias. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 29-46, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v2i2.20110>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KRONBAUER, C. A.; KRÜGER, G. P.; OTT, E.; NASCIMENTO, C. J. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de contabilidade e organizações**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 48-71, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v5i12.34794>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, I. J. C.; ALVES FILHO, B. F.; BARROS, M. A. B.; NASCIMENTO, S. G. O. A. S. Aplicabilidade da lei de Newcomb-Benford nas fiscalizações do imposto sobre serviços-ISS. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 203-224, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200006>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LAY, L. A.; GONÇALVES, M.; CUNHA, P. R. Relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o audit delay. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 118-139, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n33p118>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LAY, L. A.; SILVA, T. B. J.; MICHELS, A. Fatores explicativos da evidenciação dos benefícios aos empregados em empresas brasileiras listadas no IBRX 100 da BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bonfim, v. 7, n. 1, p. 185-204, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p185-204>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LAZZAROTTO, M. O que pensam os usuários de auditoria? **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Nova Mutum, v. 4, n. 7, p. 77-89, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v4i7.313>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LEITÃO, J. M.; DANTAS, J. A. Materialidade em auditoria financeira no setor público: a prática internacional e a opinião de especialistas brasileiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 146-166, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/40929>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 533-554, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000200011>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LEITE, C. E. B. Programa de auditoria para as contas de resultado. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-79, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/1613>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LÉLIS, D. L. M.; PINHEIRO, L. E. T. Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa do setor energético. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 60, p. 212-222, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300006>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LESAGE, C.; WECHTLER, H. Typology of research topics in audit: a content analysis. **Contemporary Accounting Research**, Toronto, v. 29, n. 2, p. 487-504, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01111.x>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LIMA FILHO, R. N. Auditoria Independente nos contratos de parceria em entidades do terceiro setor, à luz da lei 9. 790/99. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, Feira de Santana, v. 2, n. 1, p. 15-27, 2010. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3626472](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3626472). Acesso em: 22 nov. 2020.

LIMA, M. N.; SOUZA, Z. de; MACHADO, G. G. Tecnologia da informação ao alcance da auditoria. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 67-71, 2013. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewPDFInterstitial/1663/1484>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LIMA, G. C.; MIRANDA, L. C.; VASCONCELOS, M. T. C.; OLIVEIRA, R. R. Avaliação das normas editadas pelos tribunais de contas brasileiros para orientar os poderes municipais na institucionalização dos sistemas de controle interna. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 20-34, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/20>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LIMA, K. R.; SILVEIRA, T. R.; BARBOSA, W. H.; BATISTA, A. A. R. A importância da auditoria para a prevenção de erros e fraudes na organização. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática**, [S. l.], v. 1, n. 2, edição 1, jan. /dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/dialogoscont/article/view/1226>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LIMA, R. J. V. S.; ARAUJO, A. O. Desenvolvimento de competências e a trajetória do controller. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 28-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n3t03>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LINO, A. F.; AQUINO, A. C. B. A diversidade dos tribunais de contas regionais na auditoria de governos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, n. 76, p. 26-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201803640>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LUCA, M. M. M.; MARTINS, L. C.; MAIA, A. B. G. R.; COELHO, A. C. D. Os mecanismos de auditoria evidenciados pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e no novo mercado da BOVESPA. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 101-130, 2010. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/817>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MACÊDO, J. M. A.; LOPES, J. E. G.; SILVA, L. M.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; FEITOSA, M. G. G. Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCES, contadores e gestores públicos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 69-91, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i8.34759>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MACEDO, M. A. S.; SILVA, D. T.; AYUB, G. P.; PACHECO, L. O. Impacto de mecanismos de auditoria na precificação de ações: evidências sob a perspectiva da relevância e da tempestividade para o ano de 2010 no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 17, n. 3, p. 127-144, 2014. Disponível em: <http://rebacc.crcrj.org.br/handle/123456789/6350>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MACHADO, L. C.; MACHADO, M. R. R.; GUERRA, F. M. Formação do auditor nas instituições de ensino superior e a capacitação profissional nas firmas de auditoria. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 4-20, 2014. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6517>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MACIEL, F. F. S.; SALOTTI, B. M.; IMONIANA, J. O. Escolhas contábeis na Demonstração dos Fluxos de Caixa no contexto do mercado de capitais brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 4, p. 194-211, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2017432>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MACKENZIE, B.; COETSEE, D.; NJIKIZANA, T.; CHAMBOKO, R.; COLYVAS, B. **IFRS 2012**: interpretação e aplicação. São Paulo: Bookman, 2012.

MAFRA, A. S.; CAVALCANTI, M. A. N.; PENHA, R. S. Fatores condicionantes da opinião modificada nos relatórios de auditoria de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 5, n. 20, p. 65-79, 2017. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/973>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MAIA, T. A responsabilidade das auditorias externas nos escândalos financeiros. **Revista Eduicep**, São José, v. 1, n. 1, p. 14-32, 2016. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/eduicep/article/view/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARASSI, R. B.; BRIZOLLA, M. M.; CUNHA, P. R. Produção científica sobre rodízio de auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica nas bases Science e Scopus. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 4-21, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18405/recfin20140101>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARAVALHAS, E.; ODELIUS, C. C. Aprendizagem e sensemaking em práticas de auditoria interna. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 17-37, 2010. Disponível em: <http://www.revistacgg.org/contabil/article/view/82>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARQUES, M. D. C. D. C.; ALMEIDA, J. J. M. D. Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 35, p. 84-95, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000200007>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARQUES, A. E. C.; HOLANDA, A. P.; COELHO, A. C. D. Qualidade informacional dos lucros e firmas de auditoria: evidências no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 157-180, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.14392/ASAA/2012050201>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARQUES, V. A.; BUENOS AIRES, D. D.; CERQUEIRA, N.; SILVA, L. K. C. Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997-2012. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 19, n. 3, p. 440-464, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2016v19n3a6](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n3a6). Acesso em: 22 nov. 2020.

MARQUES, V. A.; SOUZA, M. K. P. Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1-22, out./dez. 2017. Disponível em



<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/230107/25628>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARQUES, V. A.; LOUZADA, L. C.; AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. O poder da reputação: evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 15, n. 35, p. 3-31, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p3>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINEZ, A. L. Quando o conselho de administração e a auditoria evitam o gerenciamento de resultados? Evidências empíricas para empresas brasileiras. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 4, n. 1, p. 76-93, 2010. Disponível em: Disponível em [http://legado.fucape.br/public/producao\\_cientifica/2/lopo-quando%20o%20conselho.pdf](http://legado.fucape.br/public/producao_cientifica/2/lopo-quando%20o%20conselho.pdf). Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINEZ, A. L.; REIS, G. M. R. Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 48-64, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i10.34776>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINEZ, A. L. Listagem em segmentos especiais de governança corporativa e a auditoria minimizam o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais? Evidências do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 98-117, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2011433>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINS, O. S.; BRASIL, A. M. S. A contabilidade internacional e a convergência às normas internacionais de contabilidade do IASB. **QUALIT@S Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 7, n. 2, p. 1-14, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v7i2.151>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINS, L. D. L.; PINHEIRO, L. E. T. Benefícios percebidos na adequação à lei Sarbanes-Oxley: um estudo empírico da percepção dos gestores em uma empresa de energia elétrica. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 2, p. 17-36, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ricontabeis/article/view/7866/0>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das Companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 30-54, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i9.34766>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARTINS, V. A.; DAL VESCO, D. G.; TOLEDO FILHO, J. R.; THEISS, V. Análise das produções científicas em auditoria por meio de estudos de redes sociais. **CAP Accounting and Management**, Toledo, v. 6, n. 6, p. 169-185, 2012. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/1539>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MATOS, R. M.; COELHO E. G.; CLEMENTE, A. O custo do peer review e a relação com os auditores independentes no mercado de capitais: uma pesquisa sob a perspectiva brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: CBC, 2015. Disponível em: <http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3905>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MATOS, T. M. P.; SANTOS, O. M.; RODRIGUES, A.; LEITE, R. O. Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 246-265, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201804330>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MAZZIONI, S.; POLITELO, L.; MOREIRA, W. J.; KLANN, R. C. Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) em empresas listadas na BM&FBOVESPA. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 4, p. 276-291, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/base.2014.114.01>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELO, I. I. S. L.; CALVANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. X-X, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i3.984>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELO, G. J. P.; PAIVA, S. B. Benefícios potenciais da auditoria operacional para a administração pública: a percepção dos auditores do TCE/PB. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 16, n. 1, p. 353-380, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/race.v16i1.10559>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELLO, I. R.; BARBOSA, K. M. F.; DANTAS, J. A.; BOTELHO, D. R. 25 anos de publicação em auditoria: análise bibliométrica sob o ponto de vista da Lei de Lotka, Lei de Zipf e Ponto de Transição (T) de Hoffman. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 45-65, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/rec/article/download/32197/23464>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELLO, L. C. O.; VALENTIM, I. P. A Influência dos mecanismos de governança corporativa nos honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na B3. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 103-123, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v10i1.54294>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELLO, L. C. O.; ARAUJO, P. G. L.; CUNHA, M. G. F. O Impacto das normas internacionais de contabilidade nos honorários dos auditores independentes das companhias brasileiras. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 22, p. 64-80, 2018. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1129>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELLO, L. C. O.; ARAÚJO, P. G. L.; FELIX, M. K. C. Escolhas de práticas contábeis: estudo sobre a adoção do custo atribuído no ativo imobilizado. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP**, Piracicaba, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2018. Disponível em: <http://www.reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/80>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MELLO, L. C. O.; SANGIORGI, C. T.; GARCIA, E. A. R. Fatores que influenciam os honorários de auditoria nas empresas brasileiras. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 23, p. 16-33, 2018. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1142>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MERIGO, J. M.; YANG, J. B. Accounting research: a bibliometric analysis. **Australian Accounting Review**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 71-100, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/auar.12109>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MIRANDA, G. J.; LEMES, S.; LIMA, F. D. C.; JUNIOR, V. B. relações entre desempenho acadêmico e acesso aos programas de mestrado em Ciências Contábeis. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 6, n. 1, p. 141-162, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4482>. Acesso 22 nov. 2020.

MORAIS, M. L. S.; MARTINS, Z. B.; ALBERTON, L. Percepção dos auditores independentes quanto à efetividade da capacitação realizada para o cumprimento da norma brasileira de contabilidade de educação profissional continuada. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 69, p. 4-17, 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3179>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOREIRA, R. de L.; BISPO, O. N. de A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. Conservadorismo e a qualidade informacional dos resultados contábeis publicados: um estudo em siderúrgicas. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 3., 2009, São Paulo. Anais [...] São Paulo: ANPCONT, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/30679297/406.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOREIRA, F. S.; FIRMINO, J. F.; GOMES, A. N.; PAULO, E. O efeito da adoção às normas internacionais de contabilidade nos relatórios dos auditores independentes: um estudo nas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 9, n. 3, p. 35-53, jul./set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/13363/16064>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOREIRA, F. S.; FIRMINO, J. E.; SANTOS, A. R.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C. Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo do julgamento dos auditores independentes na aderência do ajuste a valor presente nas companhias de construção e engenharia listadas na BM&F-BOVESPA. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 63-80, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v10i1.13344](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i1.13344). Acesso em: 22 nov. 2020.

MOTA, P. R.; MARTINS, V. F. Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 25, p. 65-84, 2018. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1554>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOURA, G. D.; ZANCHI, M. M.; MAZZIONI, S.; MACÊDO, F. F. R. R.; KRUEGER, S. D. Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 329-346, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1572>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Possibilidades de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da CAPES. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 30-43, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100004>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NAKAYAMA, W. K.; SALOTTI, B. M. Fatores determinantes do nível de divulgação de informações sobre combinações de negócios com a entrada em vigor do pronunciamento técnico CPC 15. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 267-280, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201411260>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NARDI, P. C. C.; ORSI, L. E.; BORGES, V. P.; SILVA, R. L. M. Influência de práticas contábeis discricionárias no honorário de auditoria. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 55-72, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i3.34831>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NASCIMENTO, A. Auditoria Interna e Externa uma Abordagem Metodológica. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 17-25, 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/85>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NASCIMENTO, W. C. A.; FAJARDO, J. M. Controle gerencial e auditoria de gestão: uma análise dos aspectos comportamentais e influências. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 8, n. 24, p. 23-39, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v8n24p23-39>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NIYAMA, J. K.; COSTA, F. M.; DANTAS, J. A.; BORGES, E. F. Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 127-161, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14392/ASAA.2011040201>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NOGUEIRA, D. R.; PIRES, P. A. S. Nível de disclosure do CPC 29 ativos biológicos: análise dos fatores determinantes nas companhias brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 38-54, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2017v20n1a3](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a3). Acesso em: 22 nov. 2020.

NUNES, A. A. B. Práticas de controladoria adotadas pelas organizações brasileiras: um estudo sobre publicações. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, Feira de Santana, v. 6, n. 1, p. 42-56, 2014. Disponível em: <http://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/80>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. L. R.; SOUZA, A. A.; VIEIRA, C. M. Análise dos fatores envolvidos na estimação de custos e formação de preço das empresas de auditoria. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 107-125, 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/259>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. Q. D.; SANTOS, N. M. B. F. D. Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 91-100, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000400009>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, R. R.; CARVALHO, V. S. A produção científica sobre auditoria: um estudo bibliométrico a partir do caderno de indicadores da CAPES no Período de 2004 a 2006. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 12-21 out. /dez. 2008. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/88/88>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, O. V.; ARAGAO, L. A.; GELEILATE, J. M. G. Práticas de governança corporativa adotadas por companhias fechadas brasileiras e alinhamento às demandas do mercado de capitais. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 196-209, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/base.2013.103.01>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. B.; ARAUJO, J. G.; ARAUJO, D. J. C.; LAGIOIA, U. C. T. A independência dos auditores independentes: um estudo da percepção dos auditores sobre as situações que influenciam a sua perda. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 4, p. 86-105, 2014. Disponível em: [https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4151/pdf\\_30](https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4151/pdf_30). Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, N. C.; NAKAO, S. H.; NARDI, P. C. C. Análise da influência das firmas de auditoria na divulgação de informações em notas explicativas. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 139-154, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/base.2017.142.05>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. A. J.; MILANI FILHO, M. A. F.; FRANCISCHETTI, C. E.; OLIVEIRA JUNIOR, S. V.; PADOVEZE, C. L. Uma análise nos gastos da união: aplicabilidade da lei de Newcomb-Benford. **Contabilometria**, Monte Carmelo, v. 5, n. 2, p. 123-141. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/view/1112>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PASTRE, F.; ZARO, E. S.; ALBERTON, L. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 47-64, 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/2865>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PELEIAS, V. R.; SEGRETI, J. B.; SILVA, G. P.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. especial, p. 19-32, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; ARAÚJO C. C. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts-ADRs. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 41-65, 2009. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/1970/197015470003.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PELEIAS, I. R.; PENHA, J. C.; SEGRETTI, J. B.; PEREIRA, A. C. Percepções do corpo diretivo de uma multinacional oriental quanto à implementação dos requisitos da lei Sarbanes-Oxley. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 15-40, 2010.

Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/814>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PELLEGRINI, V. L. B.; BARBOSA, J. G. P.; PITASSI, C.; OLIVEIRA, M. A. Auditoria de processos de inovação: um estudo de caso no Inmetro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 124-141, 2014. Disponível em:

[https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v9i1.13315](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v9i1.13315). Acesso em: 22 nov. 2020.

PEREIRA, A. N. Comitês brasileiros de auditoria: uma abordagem exploratória e introdutória de conceitos e práticas dos 4 (quatro) maiores bancos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 30, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/41>.

Acesso em: 22 nov. 2020.

PERERA, L. C. J.; FREITAS, E. C.; IMONIANA, J. O. Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 3-30, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n23p3>.

Acesso em: 22 nov. 2020.

PEREIRA, E. R. N.; CAJAIBA, K. S. Análise bibliométrica da produção científica nacional sobre agremiações esportivas de futebol profissional, em periódicos de ciências contábeis, entre 2012 e 2016. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 12, n. 1, p. 52-76, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/235032/29863>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PEREZ, J. H. J. **Auditoria de demonstrações contábeis, normas e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

PIERRI JUNIOR, M. A.; CAMARGO, R. C. C. P.; CAMARGO, R. V. W.; AZEVEDO, N. K.; ALBERTON, L. Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, Piracicaba, v. 2, n. 2, p. 77-91, 2015. Disponível em:

<http://www.reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/37>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PIERRI JUNIOR, M. A.; PEPINELLI, R. C. C.; ALBERTON, L. Comportamento dos honorários de auditoria na troca de firma de auditoria ou sócio responsável. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 35, n. 3, p. 19-32, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i3.32817>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PILATI, O. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado. **Revista Brasileira de pós-graduação - RBPG**, Brasília, DF, v. 3, n. 5, p. 7-26, jun. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2006.v3.93>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PINHEIRO, G. J.; CUNHA, L. R. S. A importância da auditoria na detecção de fraudes. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 31-47, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197018217003>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PIZETTA, K. C.; COSTA, F. M. O papel do conselho de administração na contratação da empresa de auditoria: evidências empíricas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 291-304, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i3.921>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; VIEIRA, A. L. Planejamento das atividades de auditoria interna nas universidades federais brasileiras: apresentação do embasamento normativo. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 7, n. 20, p. 29-42, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v7n20p29-42>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PORTE, M. S.; SAMPAIO, E. S. Pesquisa bibliométrica e cientiométrica em auditoria (2002-2013). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 143-159, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v9i2.1183>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PORTE, M.; SAUR-AMARAL, I. S.; PINHO, J. C. Pesquisas em auditoria principais temas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, n. 76, p. 41-59, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201804410>. Acesso em: 22 nov. 2020.

QUEVEDO, M. C.; PINTO, L. J. S. Percepção do rodízio de auditoria sob o olhar dos auditores independentes. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 13, n. 38, p. 9-22, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n38p9-22>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RAMOS, F. M.; SCHUH, C.; SOUZA, T. R.; XAVIER, R. V.; KRONBAUER, C. A. Percepção pública do profissional de auditoria interna e externa. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 72, p. 40-59, 2018. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3369>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RAUPP, F. M.; WARKEN, R. M. Utilização da due diligence em processos de fusão e aquisição. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 34-40, 2011. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/136>. Acesso em: 22 nov. 2020.

REINA S. G.; VAROLO, F. A. de Q.; GOZER, I. C. Normas internacionais de contabilidade: um estudo bibliométrico nos periódicos contábeis. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR-RECEU**, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 131-152, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/receu.v12i1.4022>. Acesso em: 22 nov. 2020.

REIS, A. J.; SILVA, S. L.; SILVA, C. C. A. A história da contabilidade do Brasil. **Revista UNIFACS**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 25-29, 2007. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/38662301/A\\_HISTORIA\\_DA\\_CONTABILIDADE\\_NO\\_BRASIL.docx](http://www.academia.edu/download/38662301/A_HISTORIA_DA_CONTABILIDADE_NO_BRASIL.docx). Acesso em: 22 nov. 2020.

REIS, C. M. N.; TOSTES, F. P.; DUQUE, A. P. O. Auditoria contínua: tendências no cenário brasileiro. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 36-54, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6290>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RIBEIRO, J. M.; DIAS FILHO, J. M. Aplicação de métodos quantitativos em auditoria: propostas para otimizar procedimentos e reduzir riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 43-59, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v1i1.34696>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RIBEIRO, H. C. M. Análise das pesquisas sobre auditoria publicadas em periódicos brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 8, n. 1 p. 88-112 jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14392/asaa.2015080105>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, L. N. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 35, p. 22-34, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000200002>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ROCHA JUNIOR, F. R.; RODRIGUES SOBRINHO, W. B.; BORTOLON, P. M. Fatores determinantes da mudança voluntária da empresa de auditoria externa no mercado brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 35, n. 3, p. 53-67, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i3.29460>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RODRIGUES, R. N.; SILVA, G. C.; FAUSTINO, O. C.; Subvenção e assistência governamental sob a ótica do CPC 07: reconhecimento contábil após a lei 11.638/2007 nas entidades privadas no estado de Pernambuco. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 46-64, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/507>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, N. A.; FARONI, W. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): um estudo descritivo sobre os desperdícios ativos e passivos. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 50, p. 89-105, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n50.2488>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ROSA, C. A., GUZZO, E. J.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Custos dos Serviços de Não-Auditoria (SNA) das maiores empresas brasileiras. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 13, n. 38, p. 23-36, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n38p23-36>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTANA, A. G.; BEZERRA, F. A.; TEIXEIRA, S. A.; CUNHA, P. R. Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas Big Four e Não Big Four. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3,



p. 70-87, 2014. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/2838>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, A. D.; GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 32, p. 7-22, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772003000200001>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, L. A. A.; LEMES, S. Desafios das empresas brasileiras na implantação da lei Sarbanes-Oxley. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 37-46, jan. /abr. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228631004.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, A. C.; SOUZA, M. A.; MACHADO, G. D; SILVA, R. P.; Auditoria independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na BOVESPA e na Nyse. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 44-62, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2009430>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, J.; RIBEIRO FILHO, J. F.; ALVES FILHO, B. F.; ARAUJO, I. J. C. Aplicações da lei de Newcomb-Benford na auditoria tributária do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 63-78, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000100006>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, J.; TENÓRIO, J. N. B.; SILVA, L. G. C. Uma aplicação da teoria das probabilidades na contabilometria: a lei de Newcomb-Benford como medida para análise de dados no campo da auditoria contábil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 35-54, 2009. Disponível em: <http://www.revistacgg.org/contabil/article/download/192/132>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, M. I. C. A influência da aplicação dos mecanismos e instrumentos de auditoria nos resultados da cooperativa de crédito de uma instituição federal de ensino tecnológico–CEFET-PB. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 11, n. 1-2, p. 104-116, 2009. Disponível em: <https://cgg.emnuvens.com.br/contabil/article/view/20>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendência de Pesquisa Brasileira em Ciência de Informação**, [S. l.], v. 2, p. 155-172, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119278>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção obrigatória das IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 161-176, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200006>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, M. M.; INÁCIO, H. C.; VIEIRA, E. F. S. Governo das sociedades e a opinião do auditor: evidência portuguesa (2008-2011). **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 150-168, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2015326>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, A. S.; AVANCO, L.; DOMINGUES, M. C. M.; VIRISSIMO, D. B. Boas práticas tecnológicas na auditoria de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho para avaliação de conformidade com regulamentações brasileiras. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2016.v3ed12089>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, C. M. V.; PIMENTA, M. M.; RANGEL, T. P.; OHAYON, P. Características dos municípios fluminenses e suas falhas ressaltadas nos pareceres de prestação de contas do TCE-RJ. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 41-48, 2016. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2946>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, L. A. F.; GASPARI, S. S. L. C.; MARQUES, M. S. Pesquisa bibliométrica sobre os métodos de ensino em contabilidade. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 60-71, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v24i2.32399>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, V.; SCHMEIDER, C. F.; CUNHA, P. R. Características do comitê de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 16, n. 49, p. 17-33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/rccc.v16n49.2449>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, E.; OLIVEIRA, N. S.; CONCEIÇÃO, M. G. Características dos pareceres de auditoria independente emitidos sobre as demonstrações contábeis das empresas do setor agropecuário listadas na BM&F BOVESPA. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, Feira de Santana, v. 10, n. 2, p. 15-31, 2018. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/158>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, M. J. A. Auditoria de gestão de riscos: o novo olhar do Tribunal de Contas da União. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 22, p. 99-113, 2018. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/racg/article/view/1195>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SEBASTIÃO, M. S.; SOUZA, M. M. Propriedades para investimento: uma análise do nível de evidenciação, da representatividade e das características das companhias de capital aberto brasileiras. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP**, Piracicaba, v. 5, n. 1, p. 77-94, 2018. Disponível em: <http://reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/88>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; SALLA, N. M. G. Auditoria ambiental: um estudo de caso em uma propriedade rural da região noroeste do Rio Grande Do Sul. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 128-148, 2012. Disponível em:

<http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/156>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A. C. B.; OLIVEIRA, E. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. Revista Contabilidade & Finanças-USP: uma comparação entre os períodos 1989/2001 e 2001/2004. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 20-32, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000300003>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A. G.; ROBLES JUNIOR, A. Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 112-127, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000300010>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, L. M. D. Auditoria das receitas públicas: análise crítica e contribuição. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-23, 2008. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/46>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, K. L.; OLIVEIRA, M. C.; MENDES, M. M.; ARAÚJO, O. C. A implementação dos controles internos e do comitê de auditoria segundo a lei SOX: o caso Petrobras. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 39-63, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/650>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, L. M. D. Atuação dos contadores e auditores na descoberta e na apuração de fraudes: uma reflexão. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2010. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/646>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, P. C.; WEFFORT, E. F. J.; PETERS, M. R. S.; SALES, J. N. Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 69-94, 2010. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/885>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, F. R. C.; LUCA, M. M. M.; CORREA, D. M. M. C.; OLIVEIRA, M. C. A auditoria ambiental como instrumento gerencial de apoio à preservação do meio ambiente. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 72-87, 2010. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v4i2.13180](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v4i2.13180). Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, H. A. S.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. Programas de pós-graduação em contabilidade: análise da produção científica e redes de colaboração. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p. 145-162, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45420>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, R. L. M. **Adoção completa das IFRS no Brasil**: qualidade das demonstrações financeiras e o custo de capital próprio. 2013. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03062013-162758/en.php>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, V. A.; OLIVEIRA, C. E.; CAMELO, P. G.; NUNES, E. S.; CARVALHO, A. G. A profissão do auditor e o perito contábil na visão dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis de universidade pública e privada de Tangará da Serra/MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Nova Mutum, v. 3, n. 6, p. 7-20, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v3i6.262>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A.; PLETSCHE, C. S.; VAGAS, A. J.; FAZOLIN, L. B.; KLANN, R. C. Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 59-69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v2i3.64>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A. H. C.; MENDES, D. A. P. Sistemas de custos em empresas prestadoras de serviços profissionais de auditoria: um estudo de caso. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 1-9, 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2391>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, T. B. J.; SANTOS, C. A.; CUNHA, P. R. Relação entre o desempenho econômico-financeiro e o relatório de auditoria dos clubes de futebol brasileiros. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bonfim, v. 7, n. 3, p. 177-200, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3198>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, R. C.; MOREIRA, F. S.; FIRMINO, J. E.; MIRANDA, J. P.; SILVA, J. D. G. Julgamento dos auditores independentes sobre o ativo intangível: um estudo sobre a qualidade da auditoria em clubes de futebol do Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 65-81, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v8i3.39449>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, J. S.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, p. 40-50, 2016. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2665>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, J. P.; BONFIM, M. P.; NORILLER, R. M.; BERNER, C. V. Mechanisms of corporate governance and performance: analysis of public companies listed in BM&FBOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 1161-1184, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/race.v16i3.12792>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, W. B.; TRAVASSOS, S. K. M.; COSTA, J. I. F. Utilização da Lei de Newcomb-Benford como método identificador de desvios em ambientes de auditoria contínua: uma proposta de identificação de desvios no tempo. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 11-26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201702690>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, D. S. C.; VASCONCELOS, A. C.; LUCA, M. M. M. Comitê de auditoria e gerenciamento de resultados em empresas reguladas e empresas não reguladas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1-19, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i3.14164](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i3.14164). Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A.; CUNHA, P. R.; TEIXEIRA, S. A. Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 12, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.138529>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, T. C.; DANTAS, J. A. Audit assertions e a modificação de opinião dos auditores no mercado brasileiro. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v12i1.1713>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, J. P.; BONFIM, M. P.; GONÇALVES, R. de S.; NIYAMA, J. K. Qualidade do lucro versus governança corporativa: uma análise das companhias de utilidade pública listadas na B3. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 48-76, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22561/cvr.v29i1.3680>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A. H. C.; LOURENÇO, T. S.; SANCOVSCHI, M. Reação do mercado aos pareceres dos auditores sobre incertezas quanto à continuidade operacional de empresas de capital aberto após a Adoção do IFRS. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 4-13, 2018. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3271>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A. B.; SILVA, A. H. C. Qualidade da divulgação de informações sobre os serviços prestados pelos auditores independentes no relatório da administração. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 52-59, 2018. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3277>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVERIO, A. L. F.; TAKAMATSU, R. T.; MIRANDA, R. D. Harmonização contábil e a segunda fase de adoção do IFRS no Brasil. In: CONGRESSO USP, 11., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/393.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVESTRE, A. O.; PEREIRA, F. A.; KHATIB, A. S. Auditoria independente: um estudo sobre o conteúdo dos relatórios das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 90-107, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v8i2.41270>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVESTRE, A. O.; SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A. Relatório modificado de auditoria: análise pré e pós-convergência aos padrões internacionais de contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 44, p. 75-85, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n44p75-85>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOARES, S. V.; RICHARTZ, F.; MURCIA, F. D. R. Ranking da pós-graduação em contabilidade no Brasil: Análise dos programas de mestrado com base na produção científica em periódicos acadêmicos no triênio 2007-2009. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.

9, n. 3, p. 55-74, jul. /set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2013322>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOARES C. R.; MOTOKI, F. Y. S.; MONTE-MOR, D. S. IFRS e probabilidade de republicação: um estudo das empresas brasileiras listadas na BOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 52, p. 70-83, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2694>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOBRINHO, J. R. Papeis de trabalho na auditoria. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 38-40, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/download/1600/1422>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SORRENTINO, M. S. A. S.; TEIXEIRA, B.; VICENTE, E. F. R. Comitê de auditoria: adequação às regras da SOX, Bacen, Susep e IBGC. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF, v. 10, n. 3, p. 241-257, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v10i3.1337>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUSA, F. C. O.; MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R. Aderência ao disclosure relativo à ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 14-24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v8i21.55456>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUSA, F. C.; COELHO, C. U. F. Ativo contingente: a percepção dos contadores e auditores externos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 14-23, 2018. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3272>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, S. A. de; CARVALHO JÚNIOR, C. V. de O.; ALBUQUERQUE, K. S. L. de S. Auditoria externa em organizações do terceiro setor: um estudo da percepção de contadores e não contadores. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bonfim, v. 2, n. 2, p. 47-60, 2012. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/RGFC/article/view/2131>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, F. E. A.; BOTINHA, R. A.; SILVA, P. R.; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 154-166, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500580>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, B. F.; NARDI, P. C. C. Influência da opinião do auditor independente no retorno das ações das empresas brasileiras de capital aberto. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 2., 2016, Brasília. **Anais [...]** Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/34d8/c7ff5b619e42d38a849f25626292332a4e7c.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, M. K. P.; MARQUES, V. A. Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA. **Revista de Informação**

**Contábil**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/230107/25628>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, R. G.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S. Um panorama das pesquisas acadêmicas sobre auditoria interna publicadas em periódicos e congressos nacionais. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 17, n. 34, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229768553.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, M. F.; LIMA, G. A. S. F. Escolha de carreira: o dark triad revela interesses de estudantes de contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 12, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.151837>. Acesso em: 22 nov. 2020.

STOLZ, B. M. M.; GELATTI, R.; MORAES, D. R.; BRAUN, D. R. uma análise dos relatórios de auditoria externa dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul na série a do campeonato brasileiro em 2015. **Revista Dom Alberto da Contabilidade**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 10, p. 5-29, 2016. Disponível em: <http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/229/196>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SUZART, J. A. S. As instituições superiores de auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 107-118, 2012. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/447>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SUZART, J. A. S. Ser ou não ser independente? Um estudo exploratório sobre a independência das instituições superiores de auditoria e o nível de transparência fiscal dos países. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 3, p. 24-39, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2012320>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TEIXEIRA, I. S. Uma análise da auditoria interna em empresas de transformação. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 48-53, 1992. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/522>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TEIXEIRA, B.; CAMARGO, R. V. W.; VICENTE, E. F. R. Relação entre as características do comitê de auditoria e a qualidade da auditoria independente. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 44, p. 60-74, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n44p60-74>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TEIXEIRA, A.O.; TERRES JUNIOR, J. C.; SOUZA, C. M.; ALBERTON, L. As causas fiscais e tributárias que levam a desconsideração da contabilidade pelos auditores fiscais na Construção Civil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1-18, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v13i3.5539>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da**

- Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 369-379, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VASCONCELOS, V. L.; CRUZ, V. L.; SANTOS, R. R.; AMORIM, K. A. F. As práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito sob a perspectiva do coso II. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 113-130, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i2.13409](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i2.13409). Acesso em: 22 nov. 2020.
- VEGINI, D.; PFITSCHER, E. D.; NUNES, J. P. O.; ROSA, F. S. Contabilidade e auditoria ambiental como forma de gestão: um estudo de caso de um hospital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 7, n. 21, p. 23-40, ago./nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v7n21p23-40>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VEIGA, R. M. B.; BORGES, L. J.; DE AMORIM, E. N. C. Profissão Auditor Independente no Brasil: percepção dos contadores registrados nos CRCs. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 13, n. 39, p. 64-78, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n39p64-78>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VELOSO, A. C. C.; FERREIRA, C. O.; MARQUES, V. A.; AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Auditando os auditores: motivações dos processos contra auditores junto à comissão de valores mobiliários no período de 2007-2013. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 3, n. 6, p. 46-60, 2015. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/564>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VELOZO, E. J.; PINHEIRO, L. B.; SANTOS, M. J. A.; CARDOZO, J. S. S. Concentração de firmas de auditoria: atuação das big four no cenário empresarial brasileiro. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 58, p. 55-61, 2014. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/1984>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VENDRAMIN, E. O. **Uma contribuição ao entendimento da formação da linha da pesquisa na área de ensino contábil no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-19092014-110911/publico/ElisabethOVendramin\\_Corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-19092014-110911/publico/ElisabethOVendramin_Corrigida.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.
- VENDRUSCOLO, M. I.; JUSTEN, C. L. Adoção inicial do CPC 39 e IAS 32 nas companhias brasileiras: um estudo sobre as ações preferenciais resgatáveis. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 149-169, 2012. Disponível em: <http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/157>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VIANNA, S. I.; CARDOZO, J. S. S. Ética profissional na auditoria. **Revista do Mestrado em Ciências Contábeis**, Rio de Janeiro, p. 40-54, 2001. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewFile/1660/1608>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VIDAL, D. C.; SILVA, A. H. C. A percepção dos auditores externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro,



v. 18, n. 67, p. 57-64, 2016. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2948>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VIEIRA, R. L. P.; TEIXEIRA, F. S.; HANSEN, J. F. Análise bibliométrica dos artigos sobre auditoria publicados na revista de educação e pesquisa em contabilidade (REPEC) no período de 2008 a 2014. In: CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 1., 2014, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2015. Disponível em: [http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-3086\\_analise\\_bibliometrica.pdf](http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-3086_analise_bibliometrica.pdf). Acesso em: 22 nov. 2020.

VIEIRA, R. T.; BORBA, J. A. Cartas de comentários das empresas enviadas ao IASB: uma análise da revisão pós-implementação do IFRS 8–operating segment. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 64-80, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v7i1.34950>. Acesso em: 22 nov. 2020.

WICKBOLDT, L. A.; ALENCAR, J. B.; MOREIRA, J. A. P.; SILVA, M. R. Um estudo sobre as mudanças nos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 a partir de 2018. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 15, p. 96-118, 2018. Disponível em: <http://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/300/255>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. A efetividade dos institutos supremos de auditoria e dos legislativos na transparência fiscal. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 26-38, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.55608>. Acesso em: 22 nov. 2020.

## APÊNDICE A – DADOS DOS ARTIGOS DA AMOSTRA

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
1	Programa de auditoria para as contas de resultado	Leite (200)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
2	Tecnologia da informação ao alcance da auditoria	Lima e Souza (2001)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
3	A auditoria contábil em computadores	Ferreira, Souza e Machado (2001)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
4	Ética profissional na auditoria	Vianna (2001)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
5	A auditoria legal na União Europeia: enquadramento, debate atual e perspectivas futuras	Almeida (2002)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
6	Sistemas de custos em empresas prestadoras de serviços profissionais de auditoria: um estudo de caso	Silva e Mendes (2002)	Pensar Contábil	B2
7	A auditoria ambiental na união europeia: especial referência à situação em Portugal	Almeida e Marques (2002)	Pensar Contábil	B2
8	Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores	Santos e Grateron (2003)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
9	A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes	Pinheiro e Cunha (2003)	Contabilidade Vista e Revista	A2
10	Uma aplicação da Teoria das probabilidades na Contabilometria: A Lei de Newcomb-Benford como medida para análise de dados no campo da auditoria contábil.	Santos, Tenório e Silva (2003)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
11	Auditoria: independência, estratégias mercadológicas e satisfação do cliente - um estudo exploratório sobre a região Nordeste	Carvalho e Pinho (2004)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
12	Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública	Almeida e Marques (2004)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
13	Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil	Ricardino (2004)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
14	Análise dos Fatores Envolvidos na Estimação de Custos e Formação de Preço das Empresas de Auditoria	Oliveira, Souza e Vieira (2004)	Contabilidade Vista e Revista	A2
15	Auditoria e sociedade: o diálogo necessário	Almeida (2004)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
16	Análise comparativa das filosofias de auditoria	Almeida (2005)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
17	Auditoria como ferramenta estratégica de controles de ONGs	Borely e Cardozo (2005)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
18	Governança corporativa: solução, paliativo ou modismo?	Cardozo (2005)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
19	Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina	Cunha e Beuren (2006)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
20	Lógica nebulosa para avaliar riscos na auditoria	Antunes (2006)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
21	Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina versus na cidade do Rio de Janeiro	Cunha e Beuren (2006)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
22	Amostragem nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina	Cunha e Beuren (2006)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
23	Auditoria das receitas públicas: análise crítica e contribuição	Silva (2006)	Pensar Contábil	B2
24	Comitês brasileiros de autoria: uma abordagem exploratória e introdutória de conceitos e práticas dos 4(quatro) maiores bancos	Pereira (2006)	Pensar Contábil	B2
25	Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado	Oliveira e Santos (2007)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
26	Comparação entre as normas de auditoria do Brasil e as internacionais (IAASB)	Castañeda, Carvalho e Lisboa (2007)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
27	O processo de implementação da governança corporativa nas empresas de capital aberto: um estudo com ênfase na auditoria	Jesus e Alberton (2007)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
28	Aplicação de métodos quantitativos em auditoria: propostas para otimizar procedimentos e reduzir riscos	Ribeiro e Dias Filho (2007)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
29	Atuação dos contadores e auditores na descoberta e na apuração de fraudes: uma reflexão	Silva (2007)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
30	Atuação do profissional da contabilidade na auditoria ambiental	Cardoso, Cardoso e Amaral (2007)	Pensar Contábil	B2
31	A evidenciação da informação contábil com relação à tributação no comércio eletrônico: um estudo de caso	Juvenal e Campagnac (2007)	Pensar Contábil	B2
32	Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley	Silva e Robles Junior (2008)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
33	Possibilidades de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da CAPES	Murcia e Borba (2008)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
34	A Contribuição do Rodízio de Auditoria para a Independência e Qualidade dos Serviços Prestados: um Estudo Exploratório Baseado na Percepção de Gestores de Companhias Abertas Brasileiras	Formigoni <i>et al.</i> (2008)	Contabilidade Vista e Revista	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
35	A Influência da Aplicação dos Mecanismos e Instrumentos de Auditoria nos Resultados da Cooperativa de Crédito de uma Instituição Federal de Ensino Tecnológico – CEFET-PB	Santos (2008)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
36	Controle de Qualidade dos Serviços de Auditoria Independente: Um Estudo Comparativo entre as Normas Brasileiras e as Normas Internacionais	Ito e Niyama (2008)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
37	Processo de formação da opinião do auditor: uma abordagem a partir da suficiência e propriedade da prova	Borges (2008)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
38	A percepção dos auditores quanto à utilização dos red flags nas principais empresas de auditoria brasileiras	Nascimento, Reina e Reina (2008)	Enfoque: Reflexão Contábil	B1
39	A Produção Científica sobre Auditoria: um Estudo Bibliométrico a partir do Caderno de Indicadores da CAPES no Período de 2004 a 2006	Oliveira e Carvalho (2008)	Pensar Contábil	B2
40	A Lei Sarbanes-Oxley e Sua Importância para as Companhias Abertas Brasileiras a partir do Ano de 2004	Figueiredo e Souza (2008)	Pensar contábil	B2
41	Contabilidade e Auditoria Ambiental como Forma de Gestão: um estudo de caso de um hospital	Vegini <i>et al.</i> (2008)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
42	Planejamento das atividades de auditoria interna nas universidades federais brasileiras: apresentação do embasamento normativo	Platt Neto, Cruz e Vieira (2008)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
43	As causas fiscais e tributárias que levam a desconsideração da contabilidade pelos auditores fiscais na construção civil	Teixeira <i>et al.</i> (2008)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
44	Relevância em auditoria	Cunha, Silveira e Dorow (2008)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
45	Uma Análise da Auditoria Interna em Empresas de Transformação	Teixeira (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2
46	Auditoria Interna e Externa uma Abordagem Metodológica	Nascimento (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2
47	A Corrupção em uma Abordagem Econômico-Contábil e o Auxílio da Auditoria como Ferramenta de Combate	Silva, Braga e Laurencel (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2
48	Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emittentes de <i>American Depositary Receipts</i> – ADRs	Peleias, Segreti e Costa (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2
49	Qualidade da Auditoria e Earnings Management: Risk Assessment Através do Nível dos Accruals Discricionários	Cupertino e Martinez (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
50	A Implementação dos Controles Internos e do Comitê de Auditoria Segundo a Lei SOX: o Caso Petrobras	Silva <i>et al.</i> (2009)	Contabilidade Vista e Revista	A2
51	Auditoria e <i>earnings management</i> : estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas <i>big four</i> e demais firmas de auditoria	Almeida e Almeida (2009)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
52	Aplicações da lei de <i>Newcomb-Benford</i> na auditoria tributária do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)	Santos <i>et al.</i> (2009)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
53	Auditoria independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na BOVESPA e na NYSE	Santos <i>et al.</i> (2009)	Revista Universo Contábil	A2
54	A Auditoria Ambiental como Instrumento Gerencial de Apoio à Preservação do Meio Ambiental	Silva <i>et al.</i> (2009)	Sociedade contabilidade e Gestão	B2
55	Utilização da <i>Due Diligence</i> em Processos de Fusão e Aquisição	Raupp e Warken (2009)	Pensar Contábil	B2
56	Divulgação da perda por <i>impairment</i> em empresas auditadas pelas Big Four	Souza, Borba e Alberton (2009)	Pensar Contábil	B2
57	Parecer de Auditoria das Companhias Listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA: uma análise das ressalvas, ênfases e empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007	Alberton e Marquart (2009)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
58	Controle gerencial e auditoria de gestão: uma análise dos aspectos comportamentais e influências	Wanderley e Fajardo (2009)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
59	Benefícios percebidos na adequação à lei Sarbanes-oxley: um estudo empírico da percepção dos gestores em uma empresa de energia elétrica	Lélis e Pinheiro (2009)	Revista de Informação Contábil	B5
60	Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina registradas na comissão de valores mobiliários	Cunha, Beuren e Pereira (2009)	Revista de Informação Contábil	B5
61	Os Mecanismos de Auditoria Evidenciados pelas Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e no Novo Mercado da BOVESPA	De Luca <i>et al.</i> (2010)	Contabilidade Vista e Revista	A2
62	Percepções do Corpo Diretivo de uma Multinacional Oriental quanto à Implementação dos Requisitos da Lei Sarbanes-Oxley	Peleias <i>et al.</i> (2010)	Contabilidade Vista e Revista	A2
63	Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor	Cunha <i>et al.</i> (2010)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
64	Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil	Martinez e Reis (2010)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
65	Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos	Macêdo <i>et al.</i> (2010)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
66	Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs	Furuta e Santos (2010)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
67	Aprendizagem e <i>Sensemaking</i> em Práticas de Auditoria Interna Eleonora Maravalhas	Odelius (2010)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
68	Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo sobre a Atuação das Auditorias Independentes Denominadas Big Four	Firmino, Damascena e Paulo (2010)	Sociedade contabilidade e Gestão	B2
69	<i>Accountability</i> na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU	Graciliano <i>et al.</i> (2010)	Pensar Contábil	B2
70	Análise comparativa do controle interno no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda. e Alfa Ltda.	Ritta (2010)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
71	Auditoria e evidenciação ambiental; um histórico da legislação das normas brasileiras, americanas e europeias	Kronbauer <i>et al.</i> (2010)	Revista Contabilidade e Controladoria	B3
72	Auditoria e Custo de Capital de Terceiros: Estudo Empírico sobre o Custo dos Financiamentos Bancários nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto Auditadas pelas Big Four e Demais Firmas de Auditoria	Albuquerque, Dias Filho e Silva (2010)	Revista de Contabilidade da UFBA	B4
73	Auditoria Independente nos Contratos de Parceria em Entidades do Terceiro Setor, à Luz da Lei 9. 790/99	Lima Filho (2010)	Revista de Administração e Contabilidade	B5
74	Atendimento às Normas na Reavaliação de Ativos Imobilizados e nos Pareceres Emitidos por Auditoria Independente	Assing, Avila e Alberton (2010)	Revista de Informação Contábil	B5
75	Quando o conselho de administração e a auditoria evitam o gerenciamento de resultados? evidências empíricas para empresas brasileiras	Martinez (2010)	Revista de Informação Contábil	B5
76	Assuntos de Auditoria Publicados nos Periódicos Nacionais e Internacionais de Contabilidade Listados no Qualis CAPES	Cunha, Correa e Beuren (2010)	Revista de Informação Contábil	B5
77	Indicadores de Desempenho em Entidades Fiscalizadoras Superiores: o caso brasileiro	Cataldelli Júnior e Aquino (2011)	Contabilidade Vista e Revista	A2
78	Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos Parágrafos de Ênfase e Ressalvas Constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias Listadas na BOVESPA	Damascena, Firmino e Paulo (2011)	Contabilidade Vista e Revista	A2
79	A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados	Dantas e Boente (2011)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
80	Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública	Kronbauer <i>et al.</i> (2011)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
81	Aplicabilidade da Lei de <i>Newcomb-Benford</i> nas fiscalizações do imposto sobre serviços – ISS	Lagioia <i>et al.</i> (2011)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
82	Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras	Oliveira e Lemes (2011)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
83	Listagem em segmentos especiais de Governança corporativa e a auditoria minimizam o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais Evidências do Brasil	Martinez (2011)	Revista Universo Contábil	A2
84	Determinações de refazimento/replicação de demonstrações financeiras pela CVM: o papel dos auditores independentes	Dantas <i>et al.</i> (2011)	Revista Universo Contábil	A2
85	Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação	Niyama <i>et al.</i> (2011)	<i>Advances in Scientific and applied accounting</i>	A2
86	Parecer dos auditores independentes: uma análise da produção científica nacional desenvolvida entre os anos de 1987 e 2010	Camargo <i>et al.</i> (2011)	<i>Advances in Scientific and applied accounting</i>	A2
87	Divergências entre parágrafos de ressalva e parágrafos de ênfase nos pareceres de auditoria	Damascena, Paulo e Cavalcante (2011)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
88	Um estudo acerca do uso da gestão de riscos estratégicos na auditoria de gestão da Marinha do Brasil	Costa e Fajardo (2011)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
89	A auditoria e a função do auditor	Brandt (2011)	Registro Contábil	B5
90	Discussões relativas à transparência das empresas de auditoria e a qualidade dos seus serviços	Damascena, Alves e Câmara (2011)	Registro Contábil	B5
91	Subvenção e assistência governamental sob a ótica do CPC 07: reconhecimento contábil após a lei 11. 638/2007 nas entidades privadas no estado de Pernambuco	Rodrigues, Silva e Faustino (2011)	Registro Contábil	B5
92	Concentração de auditoria no mercado de capitais brasileiro	Dantas <i>et al.</i> (2012)	Revista Contabilidade e Organizações	A2
93	Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa do setor energético	Lélis e Pinheiro (2012)	Revista Contabilidade e Finanças	A2
94	Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil	Hallak e Silva (2012)	Revista Contabilidade e Finanças	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
95	Análise de conformidade nos gastos públicos dos entes federativos: aplicação da lei de <i>Newcomb-Benford</i> para o primeiro e segundo dígitos dos gastos em dois estados brasileiros	Costa, Santos e Travassos (2012)	Revista Contabilidade e Finanças	A2
96	A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010	Farias <i>et al.</i> (2012)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
97	Ser ou não ser independente? um estudo exploratório sobre a independência das instituições superiores de auditoria e o nível de transparência fiscal dos países	Suzart (2012)	Revista Universo Contábil	A2
98	Qualidade informacional dos lucros e firmas de auditoria: evidências no Brasil	Marques, Holanda e Coelho (2012)	<i>Advances in Scientific and applied accounting</i>	A2
99	As Instituições Superiores de Auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países	Suzart (2012)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
100	Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e <i>compliance</i> no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil	De Amorim, Cardozo e Vicente (2012)	Enfoque: Reflexão Contábil	B1
101	Revisão externa de qualidade dos auditores independentes do Brasil: uma análise dos relatórios emitidos de 2008 a 2010	Teixeira, Amorim e Borges (2012)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
102	Auditoria externa em organizações do terceiro setor: um estudo da percepção de contadores e não contadores	Souza, Carvalho Junior e Albuquerque (2012)	Revista de Gestão Finanças e Contabilidade	B2
103	Auditoria de Avaliação da Gestão: um estudo de Caso na Marinha do Brasil	Kerber e Siqueira (2012)	Pensar Contábil	B2
104	A Contabilidade e Auditoria na Sociedade Atual: Uma Análise Sistêmica	Almeida (2012)	Pensar Contábil	B2
105	A Assimetria Informacional e os Pareceres Prévios de Auditoria dos Tribunais de Contas Estaduais: uma Abordagem Reflexiva	Bairral, Ferreira e Bairral (2012)	Pensar Contábil	B2
106	Adoção inicial do CPC 39 IAS 32 nas companhias Brasileiras: um estudo sobre as ações preferenciais resgatáveis	Vendruscolo e Justen (2012)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4
107	Auditoria ambiental: um estudo de caso em uma propriedade rural da região noroeste do Rio Grande do Sul	Seibert, Wbatuba e Salla (2012)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4
108	Análise dos apontamentos do TCE-MT nas contas públicas dos municípios da região médio norte do Mato Grosso	Cabral e Ribeiro (2012)	Revista Unemat da Contabilidade	B4
109	O uso dos procedimentos de auditoria como ferramenta para identificar fraudes e erros nas empresas do ramo de materiais de construção civil no município de Nova Olímpia	Silva Filho e Alves (2012)	Revista Unemat da Contabilidade	B4



(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
110	A percepção dos auditados em relação às competências comportamentais dos auditores independentes: um estudo empírico na região da grande Florianópolis/SC	Camargo <i>et al.</i> (2013)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
111	Custos de auditoria e governança corporativa	Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013)	Revista de Contabilidade e Finanças da USP	A2
112	Independência do auditor em Portugal: o estudo teórico e empírico do <i>remotness gap</i>	Almeida (2013)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
113	Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras	Damascena e Paulo (2013)	Revista Universo Contábil	A2
114	Práticas de governança corporativa adotadas por companhias fechadas brasileiras e alinhamento às demandas do mercado de capitais	De Luca <i>et al.</i> (2013)	Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B1
115	Aspectos Comportamentais no Julgamento Profissional dos Auditores Independentes	Firmino e Paulo (2013)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
116	O papel do conselho de administração na contratação da empresa de auditoria: evidências empíricas no brasil	Pizetta e Costa (2013)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
117	Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras	Mello, Calvante e Paulo (2013)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
118	A caracterização proposta para o comitê de auditoria no código de governança corporativa do brasil e de outros países	Beuren <i>et al.</i> (2013)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
119	Competências do auditor: um estudo empírico sobre a percepção dos auditados das empresas registradas na CVM	Dutra <i>et al.</i> (2013)	Enfoque e Reflexão Contábil	B1
120	Papéis de trabalho na auditoria	Sobrinho (2013)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
121	O impacto da tecnologia da informação no trabalho de auditoria	Rosa (2013)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
122	Características do comitê de auditoria e os reflexos no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA	Cunha <i>et al.</i> (2013)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
123	Auditoria do patrimônio líquido	Araújo (2013)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
124	Concentração de firmas de auditoria: atuação das Big Four no cenário Empresarial Brasileiro	Veloza <i>et al.</i> (2013)	Pensar Contábil	B2
125	Adequação das companhias que atuam no brasil à governança corporativa: o comitê de auditoria	Chiodini <i>et al.</i> (2013)	Revista da Contabilidade da UFBA	B4

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
126	Auditoria contínua: tendências no cenário brasileiro	Reis, Tostes e Duque (2013)	Revista de Contabilidade da UFBA	B4
127	Auditoria Operacional em Programas de Governo no Tribunal de Contas do Estado da Bahia: Perspectivas e Possibilidades	Cerqueira, Fadul e Tenório (2013)	Revista de Administração e Contabilidade	B5
128	Oportunidade de melhoria na disciplina de auditoria contábeis identificadas por meio do modelo Kano de qualidade e da matriz de importância versus desempenho	Cunha, Utzig e Salla (2013)	Registro Contábil	B5
129	Produção Científica em Auditoria: uma Análise dos Estudos Acadêmicos Desenvolvidos no Brasil.	Camargo <i>et al.</i> (2014)	Contabilidade Vista e Revista	A2
130	Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA	Cunha <i>et al.</i> (2014)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
131	A efetividade dos institutos supremos de auditoria e dos legislativos na transparência fiscal	Zuccolotto e Teixeira (2014)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
132	Aderência ao <i>disclosure</i> relativo à ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBOVESPA	Sousa, Mapurunga e Ponte (2014)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
133	Determinantes do prazo de divulgação das demonstrações contábeis das companhias não financeiras listadas na BOVESPA	Barcellos, Costa Junior e Laurence (2014)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
134	Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos	Santos, Ponte e Mapurunga (2014)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
135	Regulação da auditoria em sistemas bancários: análise do cenário internacional e fatores determinantes	Dantas <i>et al.</i> (2014)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
136	Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informações sobre Combinações de Negócios com a Entrada em Vigor do Pronunciamento Técnico CPC 15	Nakayama e Salotti (2014)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
137	Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil	Perera, Freitas e Imoniana (2014)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
138	Medição de desempenho de auditoria interna: um estudo empírico	Imoniana, Matheus e Perera (2014)	Revista Universo Contábil	A2
139	A independência dos auditores independentes: um estudo da percepção dos auditores sobre as situações que influenciam a sua perda	Oliveira <i>et al.</i> (2014)	Revista Universo Contábil	A2
140	Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acordos do tribunal de contas da união (TCU)	Dalto, Nossa e Martinez (2014)	Revista Universo Contábil	A2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
141	Fatores determinantes na evidência da redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment test</i> ) em empresas listadas na BM&FBOVESPA	Mazzioni <i>et al.</i> (2014)	Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B1
142	Impacto de Mecanismos de Auditoria na Precificação de Ações: evidências sob a perspectiva da relevância e da tempestividade para o ano de 2010 no Brasil	Macedo <i>et al.</i> (2014)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
143	Avaliação ambiental estratégica e auditoria contábil ambiental como instrumentos para a otimização da política pública ambiental no Brasil	Carvalho e Monteiro (2014)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
144	Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados	Silva <i>et al.</i> (2014)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
145	Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas <i>big four</i> e não <i>big four</i>	Santana <i>et al.</i> (2014)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
146	Auditoria de Processos de Inovação: um Estudo de Caso no Inmetro	Pellegrini <i>et al.</i> (2014)	Sociedade contabilidade e Gestão	B2
147	Profissão Auditor Independente no Brasil: percepção dos contadores registrados nos CRCs	Veiga, Borges e Amorim (2014)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
148	Custos dos Serviços de Não-auditoria (SNA) das Maiores Empresas Brasileiras	Rosa <i>et al.</i> (2014)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
149	Percepção do Rodízio de Auditoria sob o olhar dos Auditores Independentes	Quevedo e Pinto (2014)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
150	Ética empresarial: evidência empírica das percepções dos profissionais portugueses	Almeida (2014)	Revista de Administração Contabilidade e economia	B3
151	Normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma análise das percepções dos auditores independentes	Carvalho, Lagiola e Libonati (2014)	Revista de Administração contabilidade e Economia da Fundace	B3
152	Impacto das fraudes contábeis no banco pan-americano sobre a reputação da Deloitte	Homero Júnior (2014)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
153	Formação do auditor nas instituições de ensino superior e a capacitação profissional nas firmas de auditoria	Machado, Machado e Guerra (2014)	Revista de Contabilidade da UFBA	B4
154	A profissão do auditor e o perito contábil na visão dos acadêmicos concluintes do curso de ciências contábeis de universidade pública e privada de tangará da serra/MT	Silva <i>et al.</i> (2014)	Revista Unemat da Contabilidade	B4
155	Práticas de controladoria adotadas pelas organizações brasileiras: Um estudo sobre publicações	Nunes (2014)	Revista de Administração e Contabilidade	B5
156	Avaliação das normas editadas pelos tribunais de contas brasileiros para orientar os poderes municipais na institucionalização dos sistemas de controle interna	Lima <i>et al.</i> (2014)	Registro Contábil	B5

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
157	Determinantes dos Honorários de Auditoria: um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil	Castro, Peleias e Silva (2015)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
158	Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos	Dantas e Medeiros (2015)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
159	A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas	Souza <i>et al.</i> (2015)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
160	Governo das sociedades e a opinião do auditor: evidência portuguesa (2008-2011)	Santos, Inácio e Vieira (2015)	Revista Universo Contábil	A2
161	Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente ( <i>Audit Delay</i> )	Cunha <i>et al.</i> (2015)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
162	Pesquisa bibliométrica e cienciométrica em auditoria (2002-2013)	Porte e Sampaio (2015)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
163	Desigualdades de gênero na atuação de contadores e auditores no mercado de trabalho catarinense	Brighenti, Jacomossi e Silva (2015)	Enfoque e Reflexão Contábil	B1
164	Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013	Pastre, Zaro e Alberton (2015)	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	B2
165	Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo do Julgamento dos Auditores Independentes na Aderência do Ajuste a Valor Presente nas Companhias de Construção e Engenharia Listadas na BM&F-BOVESPA	Moreira <i>et al.</i> (2015)	Sociedade contabilidade e Gestão	B2
166	Deficiências de Auditoria nos Relatórios de Inspeção do PCAOB: Uma Análise das Empresas de Auditoria Brasileiras e Norte Americanas	Cunha <i>et al.</i> (2015)	Sociedade contabilidade e Gestão	B2
167	Avaliações de Programas Públicos Realizadas pelo TCU na Área de Saúde	Barros <i>et al.</i> (2015)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
168	Auditoria governamental e tipos de serviços de auditoria prestados pela equipe de auditoria governamental	Chacón (2015)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
169	Os postulados de auditoria na escola universitária inglesa: um cruzamento perfeito entre a sociedade e a auditoria	Almeida (2015)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
170	Cartas de comentários das empresas enviadas ao IASB: uma análise da revisão pós-implementação do IFRS 8 – <i>operating segment</i>	Vieira e Borba (2015)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
171	Auditando os Auditores: Motivações dos Processos Contra Auditores junto à Comissão de Valores Mobiliários no período de 2007-2013	Veloso <i>et al.</i> (2015)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
172	Ressalvas recorrentes em relatórios de auditoria de clubes de futebol	Galvão e Vasconcelos (2015)	Revista da Contabilidade da UFBA	B4
173	Avaliação de Desempenho: Percepção dos Auditores Independentes na Aferição Da Remuneração	Anjos, Tavares e Silva (2015)	Revista da Contabilidade da UFBA	B4
174	Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na BM&FBOVESPA	Pierrri Junior <i>et al.</i> (2015)	Revista de Contabilidade e Finanças da UNIMEP	B4
175	O que pensam os usuários de auditoria?	Lazzarotto (2015)	Revista Unemat da Contabilidade	B4
176	Determinantes do preço dos laudos de avaliação de empresas em OPA's	Marques, Matos e Ferreira (2015)	Registro Contábil	B5
177	O efeito da adoção às normas internacionais de contabilidade nos relatórios dos auditores independentes: um estudo nas companhias listadas na BM&FBOVESPA	Moreira <i>et al.</i> (2015)	Revista de Informação Contábil	B5
178	A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul	Souza e Lemes (2016)	Revista Contabilidade e Finanças	A2
179	Determinantes da remuneração dos auditores independentes no mercado de capitais brasileiro	Dantas <i>et al.</i> (2016)	Universo Contábil	A2
180	Fatores Determinantes dos Honorários da Auditoria das Empresas Listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA	Kaveski e Cunha (2016)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
181	Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997-2012	Marques <i>et al.</i> (2016)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
182	Aplicação da Metodologia CSSI à Interpretação do <i>Audit Expectation Gap</i>	Almeida (2016)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
183	Materialidade em Auditoria Financeira no Setor Público: A Prática Internacional e a Opinião de Especialistas Brasileiros	Leitão e Dantas (2016)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
184	Relação entre as Características da Empresa, do Comitê de Auditoria e do Auditor Independente com o Prazo de Publicação das Demonstrações Financeiras	Cunha, Sulzbach e Silva (2016)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
185	Comitê de Auditoria: adequação às regras da SOX, BACEN, SUSEP e IBGC	Sorrentino, Teixeira e Vicente (2016)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
186	Fatores determinantes da mudança voluntária da empresa de auditoria externa no mercado brasileiro	Rocha Junior, Rodrigues Sobrinho e Bortolon (2016)	Enfoque e Reflexão Contábil	B1
187	Comportamento dos honorários de auditoria na troca de firma de auditoria ou sócio responsável	Pierrri Junior, Pepinelli e Alberton	Enfoque e Reflexão Contábil	B1

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
188	Nível de Evidenciação Obrigatória nas Empresas de Capital Aberto: Uma Análise do CPC 27	Silva, Silva e Laurencel (2016)	Pensar Contábil	B2
189	Características dos Municípios Fluminenses e suas Falhas Ressalvadas nos Pareceres de Prestação de Contas do TCE-RJ	Santos, Pimenta e Rangel (2016)	Pensar Contábil	B2
190	A Percepção dos Auditores Externos sobre a Adequação dos Sistemas de Controle Interno nas Empresas de Capital Aberto	Vidal e Silva (2016)	Pensar Contábil	B2
191	Fatores influentes nos honorários de auditoria: Análise das empresas Brasileiras listadas na BM&FBOVESPA	Brighenti, Degenhart e Cunha (2016)	Pensar Contábil	B2
192	Relação entre as características do comitê de auditoria e a qualidade da auditoria independente	Teixeira, Camargo e Vicente (2016)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
193	Relatório Modificado de auditoria: análise pré e pós-convergência aos padrões internacionais de contabilidade	Silvestre, Sprenger e Kronbauer (2016)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
194	Produção científica sobre comitê de auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais	Cunha, Toigo e Picolli (2016)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
195	Julgamento dos auditores independentes sobre o ativo intangível: um estudo sobre a qualidade da auditoria em clubes de futebol do Brasil	Silva <i>et al.</i> (2016)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
196	Auditoria independente: um estudo sobre o conteúdo dos relatórios das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros	Silvestre, Pereira e Khatib (2016)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
197	Fatores associados à constituição de comitês de auditoria nas empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA	Camargo e Flach (2016)	Revista Mineira de Contabilidade	B3
198	Honorários de auditoria: estudo comparativo sobre seu impacto após adoção das normas internacionais de contabilidade	Barbosa <i>et al.</i> (2016)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
199	O papel da auditoria interna na melhoria da qualidade dos gastos públicos: um estudo exploratório nas IFES do estado do Paraná	Garcia Junior <i>et al.</i> (2016)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
200	Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas <i>big four</i>	Jesus e Souza (2016)	Revista da Contabilidade da UFBA	B4
201	Uma análise dos relatórios de auditoria externa dos clubes de futebol do rio grande do sul na série a do campeonato brasileiro em 2015	Stolz <i>et al.</i> (2016)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
202	Qualidade da governança corporativa, honorários de auditoria e não-auditoria das empresas brasileiras de capital aberto do índice de ações com governança corporativa diferenciada (IGCX)	Kaveski <i>et al.</i> (2016)	Revista Gestão e Contabilidade da UFPI	B4
203	Boas práticas tecnológicas na auditoria de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho para avaliação de conformidade com regulamentações brasileiras	Santos <i>et al.</i> (2016)	Revista Gestão e Contabilidade da UFPI	B4
204	A contribuição da auditoria interna para a gestão empresarial: um estudo de caso aplicado em empresas do ramo salineiro da cidade de Mossoró/RN	Faustino, Nascimento e Costa (2016)	Revista Conhecimento Contábil	B4
205	Mapeamento cognitivo cerebral de auditores e contadores em julgamentos de continuidade operacional	Carvalho Junior <i>et al.</i> (2017)	Revista Contabilidade e Finanças	A2
206	Utilização da Lei de <i>Newcomb-Benford</i> como Método Identificador de Desvios em Ambientes de Auditoria Contínua: Uma Proposta de Identificação de Desvios no Tempo	Silva, Travassos e Costa (2017)	Revista de Contabilidade e Finanças da USP	A2
207	Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil	Baioco e Almeida (2017)	Revista de Contabilidade e Finanças da USP	A2
208	Relatório com modificação de opinião: risco para o auditor?	Dantas, Barreto e Carvalho (2017)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
209	Relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o <i>audit delay</i>	Lay, Goncalves e Cunha (2017)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
210	Escolhas contábeis na demonstração dos fluxos de caixa no contexto do mercado de capitais brasileiro	Maciel, Salotti e Imoniania (2017)	Revista Universo Contábil	A2
211	Análise da influência das firmas de auditoria na divulgação de informações em notas explicativas	Nakao, Oliveira e Nardi (2017)	Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B1
212	Nível de <i>Disclosure</i> do CPC 29 Ativos Biológicos: Análise dos Fatores Determinantes nas Companhias Brasileiras	Nogueira e Pires (2017)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
213	Determinantes dos Honorários de Auditoria das Empresas Brasileiras de Capital Aberto	Borges, Nardi e Silva (2017)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
214	A Visão da Academia e do Mercado de Trabalho sobre o Ensino da Auditoria	Hoff, Alberton e Camargo (2017)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
215	Determinantes da Qualidade da Informação Contábil em Grandes Companhias Abertas Listadas na BM&FBOVESPA	Mourra <i>et al.</i> (2017)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1
216	Relação entre o desempenho econômico-financeiro e o relatório de auditoria dos clubes de futebol brasileiros.	Silva, Santos e Cunha. (2017)	Revista de Gestão Finanças e Contabilidade	B2

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
217	Fatores explicativos da evidenciação dos benefícios aos empregados em empresas brasileiras listadas no IBRX 100 DA BM&FBOVESPA	Lay, Silva e Michels (2017)	Revista de Gestão Finanças e Contabilidade	B2
218	As Práticas de Auditoria Interna em uma Cooperativa de Crédito Sob a Perspectiva do COSO II	Vasconcelos <i>et al.</i> (2017)	Sociedade Contabilidade e Gestão	B2
219	Pesquisa Comportamental em Auditoria: Classificação de Estudos do Período de 2004 a 2015	Cunha, Lavarda e Cunha (2017)	Sociedade Contabilidade e Gestão	B2
220	Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Resultados em Empresas Reguladas e Empresas Não Reguladas	Silva, Vasconcelos e Luca (2017)	Sociedade Contabilidade e Gestão	B2
221	Qualidade da Divulgação de Informações sobre os Serviços Prestados pelos Auditores Independentes no Relatório da Administração	Silva e Silva (2017)	Pensar Contábil	B2
222	Ativo Contingente: a Percepção dos Contadores e Auditores Externos	Sousa e Coelho (2017)	Pensar Contábil	B2
223	Percepção dos Auditores Independentes quanto à Efetividade da Capacitação Realizada para o Cumprimento da Norma Brasileira de Contabilidade de Educação Profissional Continuada	Morais, Martins e Alberton (2017)	Pensar Contábil	B2
224	Reação do Mercado aos Pareceres dos Auditores sobre Incertezas quanto à Continuidade Operacional de Empresas de Capital Aberto após a Adoção do IFRS	Silva, Laurencio e Sancovschi (2017)	Pensar Contábil	B2
225	Características do comitê de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA	Santos, Schmeider e Cunha (2017)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
226	Benefícios potenciais da auditoria operacional para a administração pública: a percepção dos auditores do TCE/PB	Melo e Paiva (2017)	Revista de Administração Contabilidade e economia	B3
227	Mechanisms of corporate governance and performance: analysis of public companies listed in BM&FBOVESPA	Noriller e Berner (2017)	Revista de Administração Contabilidade e economia	B3
228	Escolhas Contábeis: Características das Companhias Brasileiras que optaram pela Manutenção Versus Baixa da Reserva de Reavaliação	Botinha, Nganga e Tavares (2017)	Revista de Administração contabilidade e Economia da Fundace	B3
229	Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base SCOPUS, de 2002 a 2015	Costa, Alves e Soares (2017)	Revista Mineira de Contabilidade	B3
230	Métodos de pesquisa em contabilidade apresentados no ENANPAD 2016	Ferreira, Menezes e Souza (2017)	Revista de Administração e Contabilidade RAC- IESA, CNEC	B4
231	Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros	Alexandre e Mello (2017)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4



(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
232	Um estudo documental sobre a Lei Dodd Frank: fraudes e aspectos contábeis	Almeida <i>et al.</i> (2017)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
233	Fatores Condicionantes da Opinião Modificada nos Relatórios de Auditoria de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA	Mafra, Cavalcanti e Penha (2017)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
234	Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA	Marques e Souza (2017)	Revista de Informação Contábil	B5
235	Os tribunais de contas como usuários da informação contábil no setor público brasileiro	Câmara e Lima (2017)	Revista de Informação Contábil	B5
236	Qualidade do lucro versus governança corporativa: uma análise das companhias de utilidade públicas listadas na B3	Silva <i>et al.</i> (2018)	Contabilidade Vista e Revista	A2
237	Aprovação de contas municipais com irregularidades gravíssimas: quando a auditoria técnica não é suficiente.	Azambuja, Teixeira e Nossa (2018)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
238	Honorários de auditoria e <i>Book-Tax Differences</i>	Ávila, Costa e Fávero (2018)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
239	Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras	Silva, Cunha e Teixeira (2018)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
240	Escolha de carreira: o <i>Dark Triad</i> revela interesses de estudantes de Contabilidade	Souza e Lima (2018)	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
241	A pequena vira grande! O papel das “pequenas” auditorias no estudo do mercado de auditoria	Carrera e Trombetta (2018)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
242	<i>Lobbying</i> na regulação de auditoria no âmbito do IAASB	Matos <i>et al.</i> (2018)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
243	A diversidade dos Tribunais de Contas regionais na auditoria de governos	Lino e Aquino (2018)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
244	Pesquisa em auditoria: principais temas	Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018)	Revista Contabilidade & Finanças	A2
245	Complexidade organizacional e liderança feminina nas empresas de auditoria externa	Cordeiro <i>et al.</i> (2018)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
246	Modelo de auditoria contínua: framework de integração de dados	Codesso <i>et al.</i> (2018)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
247	O poder da reputação: evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor	Marques <i>et al.</i> (2018)	Revista Contemporânea da Contabilidade	A2
248	Desigualdade de Gênero em Empresas de Auditoria Externa	Cruz <i>et al.</i> (2018)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
249	Influência da Opinião do Auditor no Retorno das Ações das Empresas Brasileiras de Capital Aberto	Souza e Nardi (2018)	Contabilidade Gestão e Governança	B1
250	<i>Audit Assertions</i> e a Modificação de Opinião dos Auditores no Mercado Brasileiro	Silva e Dantas (2018)	Revista da Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1

(continua)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
251	Influência de práticas Contábeis discricionárias no honorário de auditoria	Nardi <i>et al.</i> (2018)	Enfoque e Reflexão Contábil	B1
252	O distanciamento entre as Normas de Auditoria e as práticas nos Tribunais de Contas	Azevedo e Lino (2018)	Sociedade Contabilidade e Gestão	B2
253	Relato do uso do modelo COSO na gestão de contratos em governos	Braga <i>et al.</i> (2018)	Sociedade Contabilidade e Gestão	B2
254	Percepção Pública do Profissional de Auditoria Interna e Externa	Ramos <i>et al.</i> (2018)	Pensar Contábil	B2
255	Efeitos do contrato psicológico na afetividade e satisfação no trabalho de auditores	Santos <i>et al.</i> (2018)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
256	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): um estudo descritivo sobre os desperdícios ativos e passivos	Rodrigues, Silva e Faustino (2018)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
257	Relação entre a republicação das demonstrações contábeis e o <i>Audit Delay</i>	Chiudini, Cunha e Marques (2018)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
258	IFRS e probabilidade de republicação: um estudo das empresas brasileiras listadas na BOVESPA	Soares, Motoki e Monte-Mor (2018)	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
259	Competências exigidas nos primeiros anos da carreira de auditoria em uma Big Four	Coelho <i>et al.</i> (2018)	Revista de Administração Contabilidade e economia	B3
260	Análise da relação entre níveis diferenciados de governança corporativa e inconformidades dos relatórios dos auditores independentes	Alexandre e Lopes Junior (2018)	Revista de Administração contabilidade e Economia da Fundace	B3
261	Propriedades da auditoria contínua e auditoria de sistemas: uma análise bibliométrica e sociométrica na base SCOPUS e no Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Contecsi)	Folador <i>et al.</i> (2018)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
262	A Influência dos Mecanismos de Governança Corporativa nos Honorários de Auditoria das Empresas Brasileiras Listadas na B3	Mello e Valentim (2018)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
263	Justificar e legitimar a auditoria nas sociedades: discussão teórica e análise empírica	Almeida (2018)	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
264	Desenvolvimento de competências e a trajetória do <i>controller</i>	Lima e Araújo (2018)	Revista Mineira de Contabilidade	B3
265	Principais assuntos de auditoria: expectativas dos auditores independentes quanto ao novo relatório de auditoria	Colares, Alves e Ferreira (2018)	Revista Mineira de Contabilidade	B3
266	Um panorama das pesquisas acadêmicas sobre auditoria interna publicadas em periódicos e congressos nacionais	Souza, Machado e Machado (2018)	Revista de Administração e Contabilidade RAC- IESA, CNEC	B4
267	Atendimento das exigências legais do sistema de controles internos em uma entidade fechada de previdência complementar	Elizeire e Carraro (2018)	Revista de Administração e Contabilidade RAC- IESA, CNEC	B4

(conclusão)

Nº	Artigo	Autores	Nome da Revista	QUALIS CAPES 2013-2016
268	A Percepção dos Auditores e dos Auditados sobre o Trabalho da Auditoria Interna em uma Empresa Estatal Federal	Diniz e Sales (2018)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
269	Auditoria de Gestão de Riscos: o novo olhar do Tribunal de Contas da União	Santos (2018)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
270	O Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade nos Honorários dos Auditores Independentes das Companhias Brasileiras	Mello, Araujo e Cunha (2018)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
271	Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro	Mota e Martins (2018)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
272	Fatores que influenciam os honorários de auditoria nas empresas brasileiras	Mello, Sangiorgi e Garcia (2018)	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	B4
273	Honorários de auditoria e as <i>Book-Tax Differences</i> as Companhias abertas Brasileiras	Costa e Costa (2018)	Revista da Contabilidade da UFBA	B4
274	Um estudo sobre as mudanças nos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 a partir de 2018	Wickboldt <i>et al.</i> (2018)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4
275	O mérito da controladoria interna na gestão fiscal da Prefeitura Municipal de Atalaia	Gilio e Freitas (2018)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4
276	Propriedades para investimento: uma análise do nível de evidenciação, da representatividade e das características das companhias de capital aberto brasileiras	Sebastiao e Souza (2018)	Revista de Contabilidade e Finanças da UNIMEP	B4
277	Escolhas de práticas contábeis: estudo sobre a adoção do custo atribuído no ativo imobilizado	Mello, Araujo e Felix (2018)	Revista de Contabilidade e Finanças da UNIMEP	B4
278	Uma análise nos gastos da união: aplicabilidade da lei de <i>Newcomb-Benford</i>	Oliveira <i>et al.</i> (2018)	<i>Contabilometria-Brazilian Journal</i>	B4
279	Auditoria contábil independente e a importância da sua aplicação nas empresas	Frederici <i>et al.</i> (2018)	Revista Dom Alberto da Contabilidade	B4
280	Características dos Pareceres de Auditoria Independente emitidos sobre as Demonstrações Contábeis das empresas do setor agropecuário listadas na BM&FBOVESPA	Santos, Oliveira e Conceição (2018)	Revista de Administração e Contabilidade	B5
281	Contabilidade do Terceiro Setor: Um Estudo Bibliométrico nos Principais Congressos de Contabilidade do Brasil	Barros (2018)	Revista de Administração e Contabilidade	B5
282	Análise bibliométrica da produção científica nacional sobre agremiações esportivas de futebol profissional, em periódicos de ciências contábeis, entre 2012 e 2016	Cajaiba e Pereira (2018)	Revista de Informação Contábil	B5

Fonte: Elaboração própria.